

# RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL 2025



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO  
ESTADO DE SERGIPE

# **RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL 2025**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO  
ESTADO DE SERGIPE



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

### **Presidente**

Desembargadora Iolanda Santos Guimarães

### **Vice-Presidência**

Desembargador Etélio de Carvalho Prado Júnior

### **Corregedoria Geral de Justiça**

Desembargador Edivaldo dos Santos

### **Escola Judiciária do Estado de Sergipe**

Des. Gilson Félix dos Santos

### **Secretaria Judiciária**

Cynthia Barreto Silva

### **Secretaria de Finanças e Orçamento**

Pedro Vieira Santos

### **Secretário de Planejamento e Administração**

Thyago Avelino Santana dos santos

### **Secretaria de Tecnologia da Informação**

Max Ricardo Borges Ribeiro

# SUMÁRIO

<b>GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO.....</b>	<b>6</b>
POLÍTICAS JUDICIÁRIAS NACIONAIS .....	5
GERENCIAMENTO DOS MACRODESAFIOS.....	6
<b>MACRODESAFIOS E GESTORES RESPONSÁVEIS .....</b>	<b>8</b>
O MONITORAMENTO DA ESTRATÉGIA .....	10
PANORAMA DOS RESULTADOS DOS INDICADORES DE DESEMPENHO EM 2025.....	11
PANORAMA PARCIAL DAS AÇÕES E PROJETOS ESTRATÉGICOS DESENVOLVIDOS EM 2025 .....	12
<b>RESULTADOS DOS MACRODESAFIOS/ OBJETIVOS .....</b>	<b>14</b>
MACRODESAFIO GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	16
MACRODESAFIO FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INTERINSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE.....	25
MACRODESAFIO AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL .....	29
MACRODESAFIO ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	35
MACRODESAFIO PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS .....	39
MACRODESAFIO CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS.....	44
MACRODESAFIO PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE .....	48
MACRODESAFIO APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL .....	51
MACRODESAFIO APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA .....	56
MACRODESAFIO APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS .....	59
MACRODESAFIO APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....	66
MACRODESAFIO FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS .....	70
<b>DIAGNÓSTICO FINAL DA EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA .....</b>	<b>74</b>
INDICADORES REMOVIDOS.....	76
INDICADORES COM METAS ALCANÇADAS.....	77

INDICADORES COM METAS NÃO ALCANÇADAS .....	79
INDICADORES COM METAS NÃO APURADAS.....	80
MACRODESAFIO X PERSPECTIVA.....	80
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>83</b>

## **ANEXO I – EXECUÇÃO DOS PROJETOS DA GESTÃO EM 2025**

## **ANEXO II – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**



# **Governança, Estratégia e Desempenho**

## POLÍTICAS JUDICIÁRIAS NACIONAIS

As Políticas Judiciárias Nacionais são implementadas com o objetivo de solucionar os entraves enfrentados pelo Judiciário Nacional.

É por meio da execução dessas políticas que se busca aperfeiçoar a eficiência dos órgãos judiciais, e assim fomentar mudanças positivas à administração judiciária, ampliando o acesso à justiça, e, então, possibilitando o efetivo cumprimento de direitos e garantias fundamentais.

Nesse cenário, com finalidade de impulsionar a concretização das Políticas Judiciárias, foi realizado o relacionamento entre as Políticas e os Macrodesafios pelo CNJ ([Painel de Políticas Judiciárias](#)).

No âmbito do TJSE, no ano de 2023 buscou-se promover a governança ao alinhar as ações dos Comitês, Comissões e/ou Unidades Administrativas responsáveis por fomentar as políticas judiciárias aos Macrodesafios.

Macrodesafios	Política Judiciária
Garantia dos Direitos Fundamentais	Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as Mulheres pelo Poder Judiciário
	Política Nacional Judicial de Atenção e Pessoas em Situação de Rua
	Política de Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência nos Órgãos do Poder Judiciário
	Política Judiciária de monitoramento e resolução das demandas de assistência à Saúde
	Política de Combate ao Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas
	Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário
	Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação
	Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e o Meio Ambiente
	Política Judiciária Nacional para a Primeira Infância
	Política Nacional Judiciária para Equidade Racial
Fortalecimento da Relação	Política Judiciária sobre Pessoas Idosas e suas Interseccionalidades
	Política Judiciária para Tratamento Adequado dos Conflitos Fundiários de Natureza Coletiva
	Política para Adoção de Perspectiva de Gênero do PJ
	Política de Comunicação Social Integrada para o Poder Judiciário

<p>Institucional do Judiciário com a Sociedade</p>	<p>Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026</p> <p>Política Judiciária de Gestão dos Precatórios</p> <p>Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição</p> <p>Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário - SIAUD_Jud</p> <p>Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário - Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário - SINASPJ</p> <p>Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário - Proname</p> <p>Política do Sistema de Integridade do Poder Judiciário</p>
<p>Programa Justiça 4.0</p> <p>Política Aprimoramento da Prestação Jurisdicional no âmbito do Sistema dos Juizados Especiais</p>	<p>Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Jurídica</p> <p>Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário</p> <p>Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário</p> <p>Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário</p>
<p>Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional</p> <p>Política de Gestão da Inovação no âmbito do Poder Judiciário</p> <p>Política de Cooperação Judiciária</p> <p>Política Judiciária de Racionalidade e eficiência das Execuções Fiscais</p> <p>Política de Tratamento Adequado de Demandas Estratégicas ou Repetitivas e de Massa no Poder Judiciário</p>	<p>Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas</p> <p>Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário</p>
<p>Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos</p> <p>Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses no âmbito do Poder Judiciário</p> <p>Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado à Alta Litigiosidade do Contencioso Tributário no âmbito do Poder Judiciário</p>	<p>Aperfeiçoamento da gestão Orçamentária e Financeira</p> <p>Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).</p> <p>Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ)</p>
<p>Promoção da Sustentabilidade</p> <p>Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário</p>	
<p>Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal</p> <p>Poder Judiciária para a Promoção da Aplicação de Alternativas Penais</p> <p>Política Nacional de Justiça Restaurativa</p>	

## GERENCIAMENTO DOS MACRODESAFIOS

O Macrodesafio pode ser compreendido como uma abordagem estratégica adotada para enfrentar desafios de grande escala. Na esfera do Poder Judiciário, o Macrodesafio é desmembrado em objetivos menores, que ainda representam desafios significativos para o Judiciário Nacional. Esses objetivos incluem garantir os direitos fundamentais, promover agilidade e produtividade, combater a corrupção e a improbidade, e prevenir litígios. O plano para alcançar tais objetivos é delineado em um ciclo estratégico de seis anos.

O mapa estratégico apresentado na Figura 2 abaixo, traduz a identidade organizacional em um conjunto de Macrodesafios que direcionam o comportamento e o desempenho institucional, e representa graficamente os objetivos estratégicos do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJSE), e encontram-se abordados os macrodesafios da estratégia nacional do Poder Judiciário, conforme definidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Essa abordagem reflete a total aderência do planejamento estratégico do TJSE à estratégia nacional do Poder Judiciário.

No âmbito do Judiciário Sergipano o papel do Gestor de Macrodesafio foi ratificada na Resolução 02/2021. Os gestores desempenham um papel fundamental ao planejar e controlar as ações estratégicas, refletindo simultaneamente os objetivos que a organização visa alcançar, sob a ótica de cada grupo de interesse.

Cada Gestor é responsável pela condução das iniciativas estratégicas, tais como programas e projetos estratégicos, além de monitorar os indicadores de desempenho para garantir o cumprimento dos objetivos estabelecidos até 2026.

Em 2025, a exemplo como ocorrido em 2024, o papel do Gestor de Macrodesafio manteve-se como prática consolidada nas Reuniões de Análise da Estratégia. Nessas reuniões, os respectivos gestores apresentam as principais melhorias implementadas, bem como as dificuldades enfrentadas ao longo do período, reforçando a sistemática de acompanhamento e de aprimoramento contínuo da execução estratégica.

Foram os gestores dos Macrodesafios em 2025, definidos pela Portaria 233/2025 GP2<sup>1</sup>

**MACRODESAFIOS E GESTORES RESPONSÁVEIS**

Garantia dos Direitos Fundamentais	<b>Dra. Iracy Ribeiro Manguiera Marques</b> Juíza-Coordenadora da Coordenadoria da Infância e da Juventude
Fortalecimento da Relação Interinstitucional do Judiciário com a Sociedade	<b>Luciano Freire Araújo</b> Diretor de Comunicação
Combate à Corrupção e à Improbidade Administrativa	<b>Dra. Dauquíria de Melo Ferreira</b> Juíza-Corregedora
Aprimoramento da Gestão da Justiça Criminal	
Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	<b>Dr. Otávio Augusto Bastos Abdala</b> Juiz Auxiliar da Presidência
Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos	<b>Dra. Hercília Maria Fonseca Lima Barreto</b> Juíza de Direito
Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios	<b>Marcos Sebastião Santos de Araújo</b> Consultor-Chefe

Promoção Da Sustentabilidade	<b>Dr. Leonardo Souza Santana Almeida</b> Juiz-Auxiliar Da Presidência
Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária	<b>Karla Vanessa Nunes Aragão Cardoso</b> Diretora de Gestão de Pessoas
Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	<b>Pedro Vieira Santos</b> Secretário de Finanças e Orçamento
Aperfeiçoamento na Gestão Orçamentária e Financeira	
Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados	<b>Max Ricardo Borges Ribeiro</b> Secretário de Tecnologia da Informação

<sup>1</sup> Gestores dos Macrodesafios instituídos pelas Portarias Normativas nº 233/2025 GP2 - constitutiva ([clique aqui](#))



Figura 2. Mapa Estratégico do Poder Judiciário do Estado de Sergipe

## **O MONITORAMENTO DA ESTRATÉGIA**

É crucial para o sucesso da consolidação de uma cultura estratégica e do planejamento institucional ter um modelo de gestão que apoie todas as etapas do processo. O Tribunal de Justiça de Sergipe optou pelo sistema PDCA, envolvendo quatro etapas e três fases, para esse fim. Embora não formalmente descrito, está sendo implementado e refinado durante a execução do plano estratégico.

No Tribunal de Justiça de Sergipe, a supervisão da estratégia é conduzida pelo Comitê Gestor do Planejamento Estratégico, um órgão consultivo incumbido da análise crítica do planejamento estratégico, correspondente à fase de verificação do ciclo PDCA (Planejamento, Execução, Verificação e Ação Corretiva). Este comitê é composto por:

- I - um desembargador escolhido pelo Presidente do Tribunal de Justiça;**
- II - um juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça, escolhido pelo Presidente do Tribunal;**
- III - um juiz auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, indicado pelo Corregedor-Geral;**

**IV - um juiz indicado pelo Diretor da Escola Superior da Magistratura do Estado de Sergipe, após aprovação do nome pelo seu Conselho Administrativo e Pedagógico;**

**V - um membro da Secretaria de Tecnologia da Informação, escolhido pelo Presidente do Tribunal;**

**VI - dois servidores efetivos do Poder Judiciário, escolhidos pela Presidência do Tribunal de Justiça.**

Os membros do Comitê têm mandato de dois anos, permitida uma recondução, e serão substituídos, quando necessário no curso do mandato. O Comitê Gestor é presidido por um Desembargador e suas deliberações são tomadas por maioria, com voto de qualidade do presidente em caso de empate.

São atribuições do Comitê Gestor:

- I - acompanhar a execução do Plano Estratégico;**
- II - reunir-se quadrimestralmente para realizar análise estratégica - RAE**
- III - requisitar informações aos responsáveis pelos projetos estratégicos;**
- IV - promover o Encontro Anual de Planejamento Estratégico;**

**V - sugerir alterações de diretrizes e estratégias contidas no Plano Estratégico, para alcançar os objetivos propostos.**

Foram membros, em 2025, do Comitê Gestor do Planejamento Estratégico, definidos na Portaria 187/2025 GP2 - Constitutiva<sup>2</sup>

**I - Desembargador Diógenes Barreto - Presidente;**

**II - Dr. Leonardo Souza Santana Almeida, Juíza-Auxiliar da Presidência;**

**III - Dra. Dauquíria de Melo Ferreira, Juíza, Juíza-Corregedora;**

**IV - Dr. Antônio Henrique de Almeida Santos, Juiz de Direito;**

**V - Pedro Vieira Santos, Secretário de Finanças de Orçamento;**

**VI - Thyago Avelino Santana dos Santos, Secretário de Planejamento e Administração;**

**VII - Max Ricardo Borges Ribeiro, Secretário de Tecnologia da Informação;**

**VIII - Erick Silva de Andrade, Agente de Serviços Judiciários - Apoio Técnico.**

**IX - Dr. José Amintas Noronha de Menezes Júnior, Juiz de Direito representante do Comitê Gestor Orçamentário, de Gestão e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.**

No ano de 2025 se comemorou 16 anos do início da implantação do planejamento estratégico do Poder Judiciário de Sergipe, cujo marco inicial pode ser considerado o 1º Encontro Anual de Planejamento Estratégico, realizado em agosto de 2009. Na manutenção da cultura do Planejamento, a Divisão de Estatística e Planejamento Estratégico é o apoio operacional da Diretoria de Planejamento na condução do processo da gestão estratégica da instituição. Por sua vez, a Diretoria de Planejamento é o apoio gerencial para a Presidência e para o Comitê Gestor do Planejamento Estratégico no mesmo processo, cujas principais atividades são:

## **PANORAMA DOS RESULTADOS DOS INDICADORES DE DESEMPENHO EM 2025**

No monitoramento estratégico no âmbito do TJSE, são avaliados indicadores de desempenho e iniciativas estratégicas (Programas e

---

<sup>2</sup> Comitê Gestor do Planejamento Estratégico constituída pela Portaria Normativa nº 187/2025 GP2 - Constitutiva ([clique aqui](#))

Projetos), cuja execução é supervisionada pelo Comitê Gestor do Planejamento Estratégico. O cumprimento das metas estabelecidas para cada indicador de desempenho é acompanhado mensalmente, e as ações estratégicas planejadas para o ano em curso, são avaliadas anualmente.

Abaixo é apresentado um informativo de quantos indicadores foram avaliados e o desempenho no ano de 2025, baseado em cores, conforme legenda descrita adiante.

<b>METAS CUMPRIDAS</b> (Metas Alcançadas em 100%)	25	53,20%
<b>METAS PARCIALMENTE CUMPRIDAS</b> (Metas Quase Alcançadas 91% a 99%)	07	14,90%
<b>METAS NÃO CUMPRIDAS</b> (Metas Não Alcançadas 0% a 90%)	07	14,90%
<b>METAS EM REVISÃO (REMOVIDAS)</b>	08	17,00%

Informações mais detalhadas sobre os resultados são apresentadas no próximo capítulo, e podem ser acessados através dos links:

<https://diplad.tjse.jus.br/macrodessafios/index.php>

<https://www.tjse.jus.br/planejamentoestrategico/index.php>

## PANORAMA PARCIAL DAS AÇÕES E PROJETOS ESTRATÉGICOS DESENVOLVIDOS EM 2025

No contexto do plano definido para o ano de 2025 foram estabelecidos 93 Projetos do Plano de Gestão 2025/2026 como estratégicos para instituição. Esses projetos foram concebidos com o propósito de impulsionar o alcance de metas específicas e otimizar os resultados institucionais.

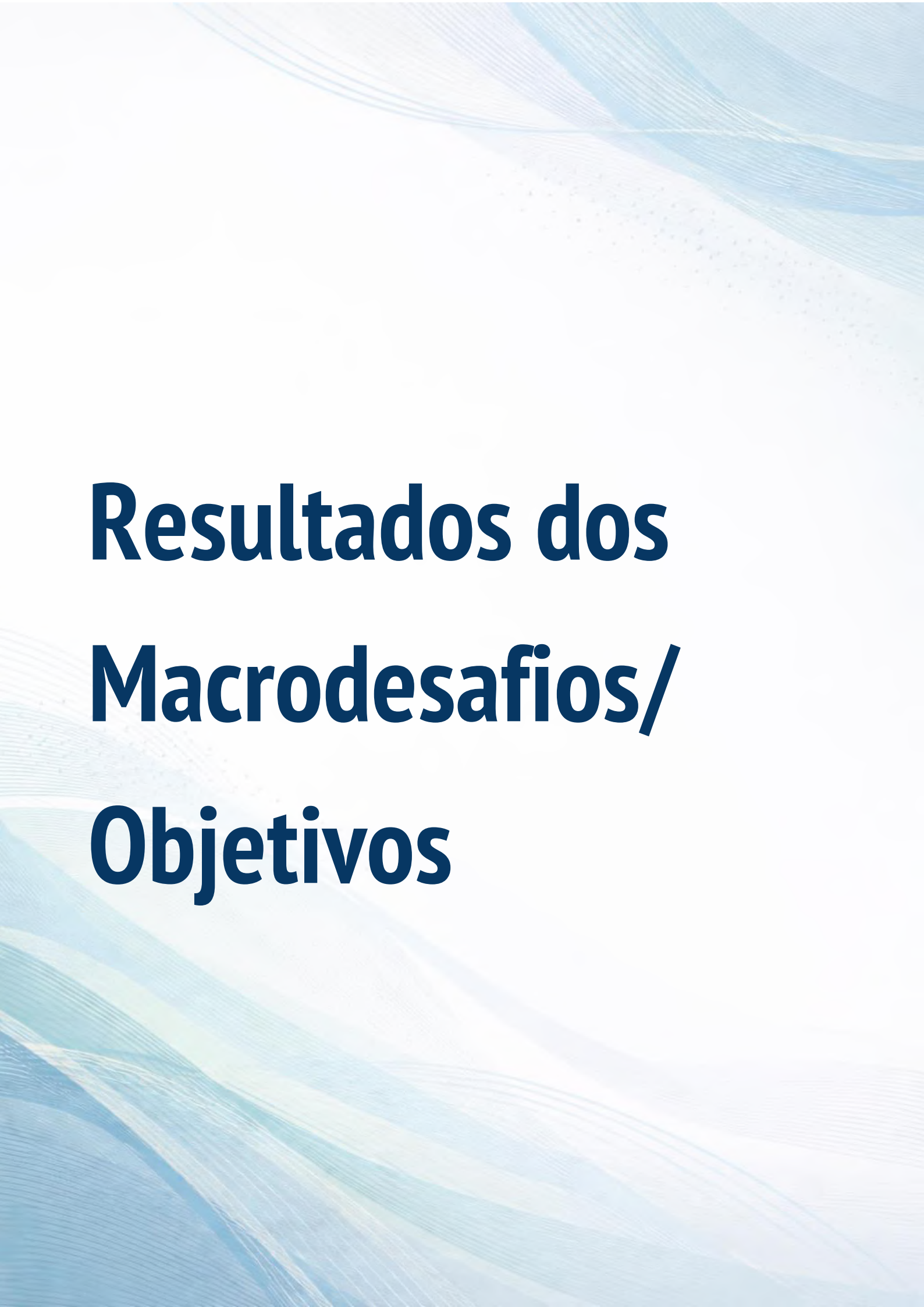
Os projetos atingiram um índice de execução das ações planejadas de 94,34%.

A evolução dos projetos é acompanhada de acordo com o percentual de cumprimento das ações planejadas, de modo que o avanço do

percentual indica a maturidade do Tribunal na execução de seu Plano para o ano corrente.

Dessa forma, para definição dos níveis de maturidade, quatro intervalos são considerados: O percentual de execução entre (0 e 25%) indica a fase inicial da execução do plano de projetos, ainda sem execução significativa. Percentual de 26% a 50% observamos a fase de engajamento, em que alguns projetos entram em sua fase de finalização. Percentual de 51% a 75% indica um nível satisfatório de ações concluídas, pois até 75% das ações planejadas foram executadas, e por fim o percentual de 76% a 100% indica o nível de excelência, pois todas as ações planejadas para o ano foram efetivamente executadas, o que reflete na conclusão de projetos e consequentemente resultados positivos para o Tribunal.

<b>EXECUÇÃO DO PLANO</b>	<b>AÇÕES CONCLUÍDAS</b>	<b>PERCENTUAL DE PROJETOS</b>
<b>NÍVEL INICIAL</b>	<b>0 a 25%</b>	<b>10,75%</b>
<b>NÍVEL ENGAJAMENTO</b>	<b>26% a 50%</b>	<b>0%</b>
<b>NÍVEL SATISFATÓRIO</b>	<b>51% a 75%</b>	<b>0%</b>
<b>NÍVEL EXCELÊNCIA</b>	<b>76% a 100%</b>	<b>89,24%</b>



# **Resultados dos Macrodesafios/ Objetivos**

## RESULTADOS DOS MACRODESAFIOS

O Planejamento Estratégico do TJSE é composto por 12 Macrodesafios, cada um acompanhado por seus respectivos indicadores e metas. Estas metas são delineadas como os resultados desejados para o cumprimento dos objetivos estratégicos do Tribunal, e são quantificadas por meio de indicadores de desempenho. Além disso, foram propostas iniciativas específicas para atingir essas metas estratégicas, proporcionando um direcionamento claro para alcançar os objetivos estratégicos estabelecidos.

Abaixo estão detalhadas informações referentes a cada Macrodesafio, incluindo:

- Descrição do Macrodesafio estabelecido pelo CNJ.
- Indicadores associados a cada Macrodesafio, apresentando as metas e os resultados parciais alcançados em 2025.
- Descrição acerca dos programas de cada Macrodesafio e alguns dos seus principais projetos.

## MACRODESAFIO GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

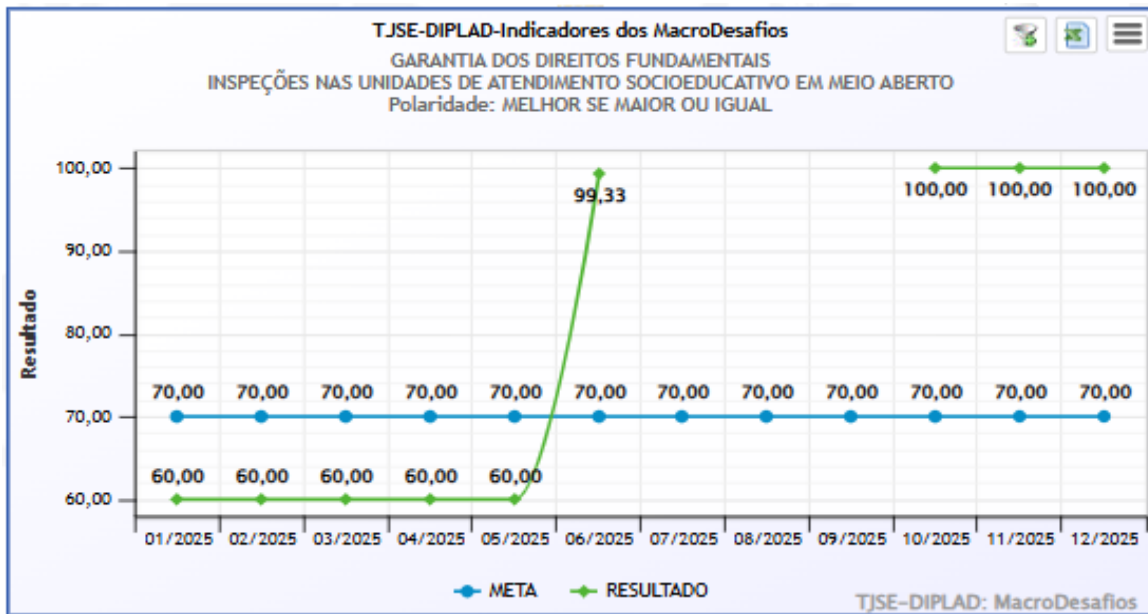
Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os Direitos e Garantias Fundamentais (CF, art. 5º), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todos.

### INDICADORES RELACIONADOS

#### INSPEÇÕES NAS UNIDADES DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO

<b>O que mede</b>	Trata-se de indicador que busca medir a regularidade das inspeções judiciais realizadas nas unidades de atendimento socioeducativo, visando ao monitoramento das condições de cumprimento de medidas socioeducativas pelos adolescentes.
<b>Como medir</b>	MEIO ABERTO = Mínimo de 70% de inspeções realizadas nas unidades de acompanhamento de medidas socioeducativas em meio aberto cadastradas no CNIUPS.

Meta 2025	Resultado 2025	Percentual de alcance	Status
70,00%	100,00%	142,86%	Meta alcançada

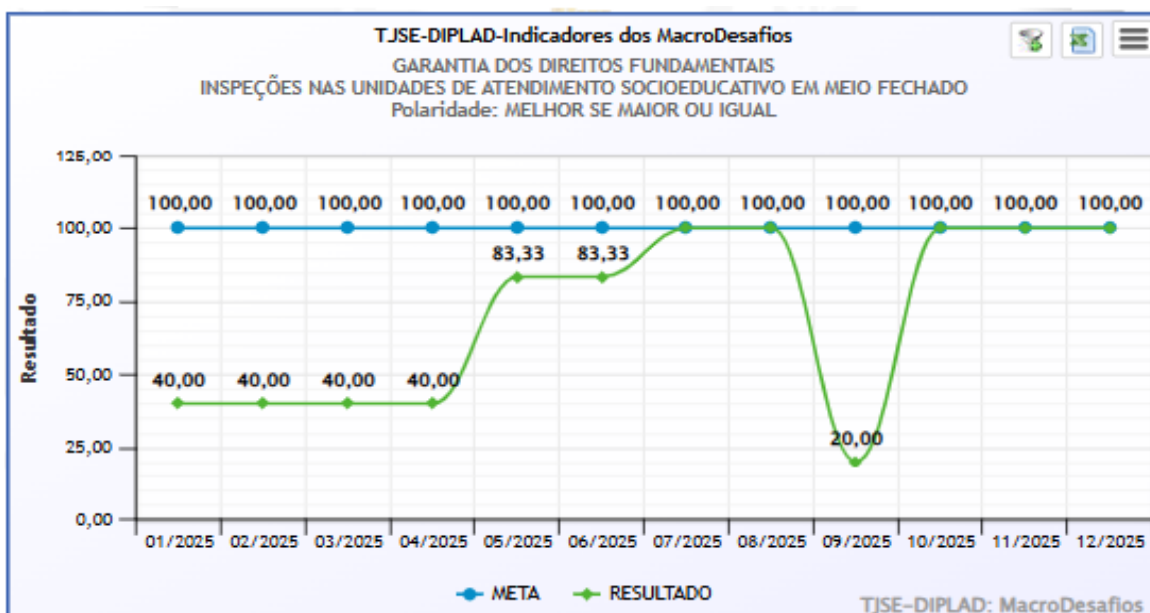


### INSPEÇÕES NAS UNIDADES DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO FECHADO

**O que mede** Trata-se de indicador que busca medir a regularidade das inspeções judiciais realizadas nas unidades de atendimento socioeducativo, visando ao monitoramento das condições de cumprimento de medidas socioeducativas pelos adolescentes.

**Como medir** MEIO FECHADO = 100% das inspeções nas unidades cadastradas no CNIUPS/CNJ até dezembro de 2025.

Meta 2025	Resultado 2025	Percentual de alcance	Status
100,00%	100,00%	100,00%	Meta alcançada

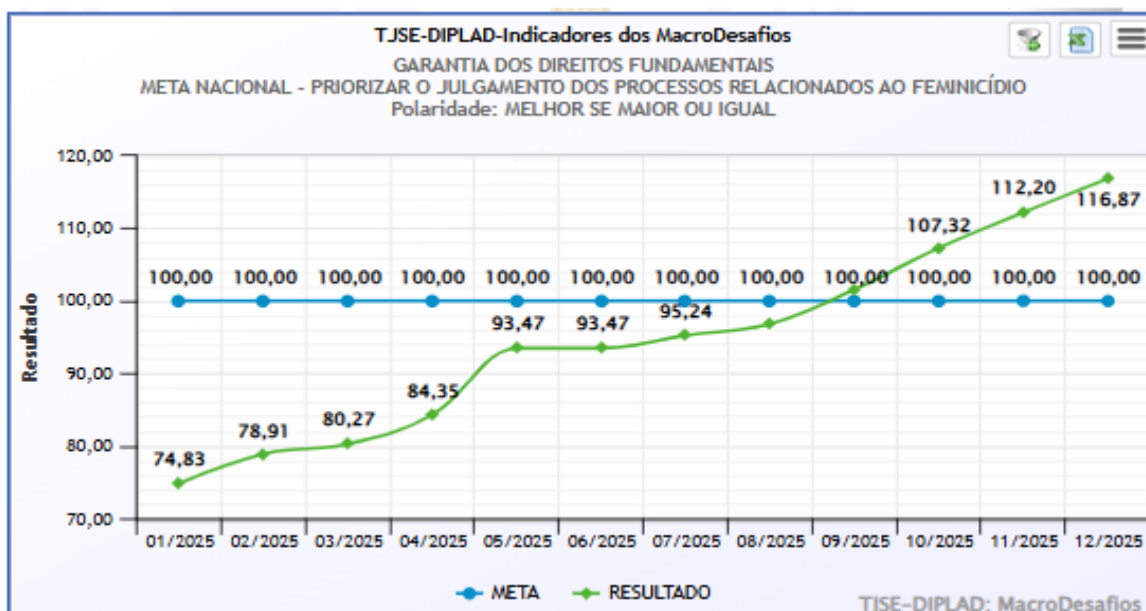


### META NACIONAL - PRIORIZAR O JULGAMENTO DOS PROCESSOS RELACIONADOS AO FEMINICÍDIO

**O que mede** Trata-se de indicador que busca medir o percentual de casos de feminicídio julgados relacionados a meta nacional.

**Como medir** Percentual de cumprimento da meta no Painel de Metas Nacionais do TJSE.

Meta 2025	Resultado 2025	Percentual de alcance	Status
100,00%	116,87%	116,87%	Meta alcançada



### META NACIONAL - PRIORIZAR O JULGAMENTO DOS PROCESSOS RELACIONADOS À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES

**O que mede** Trata-se de indicador que busca medir o percentual de casos de violência doméstica e familiar contra a mulher julgados relacionados a meta nacional

**Como medir** Percentual de cumprimento da meta no Painel de Metas Nacionais do TJSE.

Meta 2025	Resultado 2025	Percentual de alcance	Status
-----------	----------------	-----------------------	--------

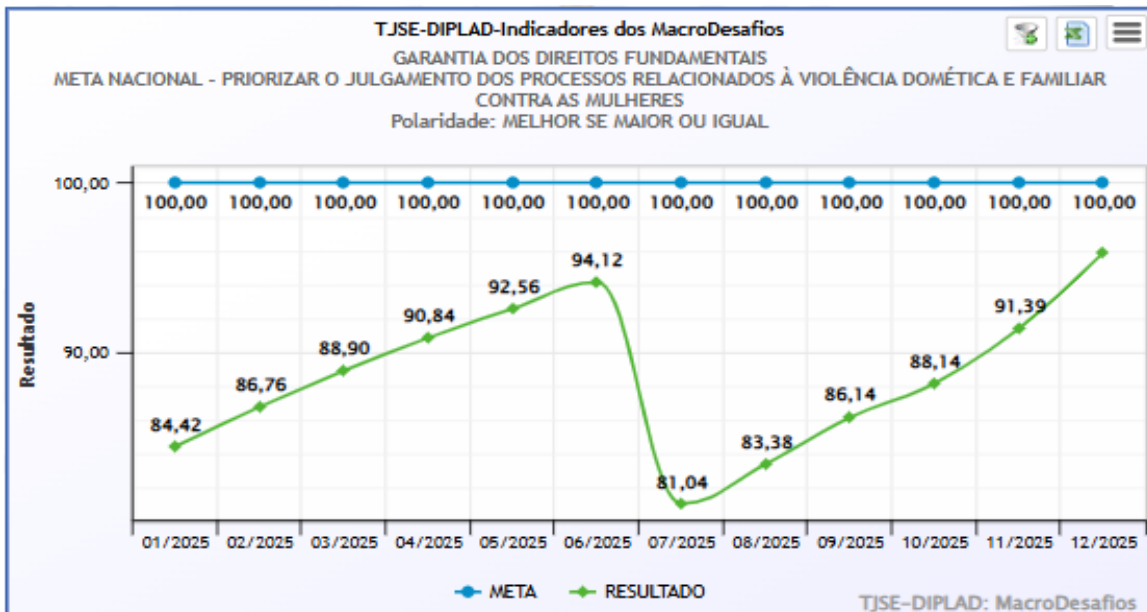
## RESULTADOS DOS MACRODESAFIOS

100,00%

95,87%

95,87%

Meta não alcançada



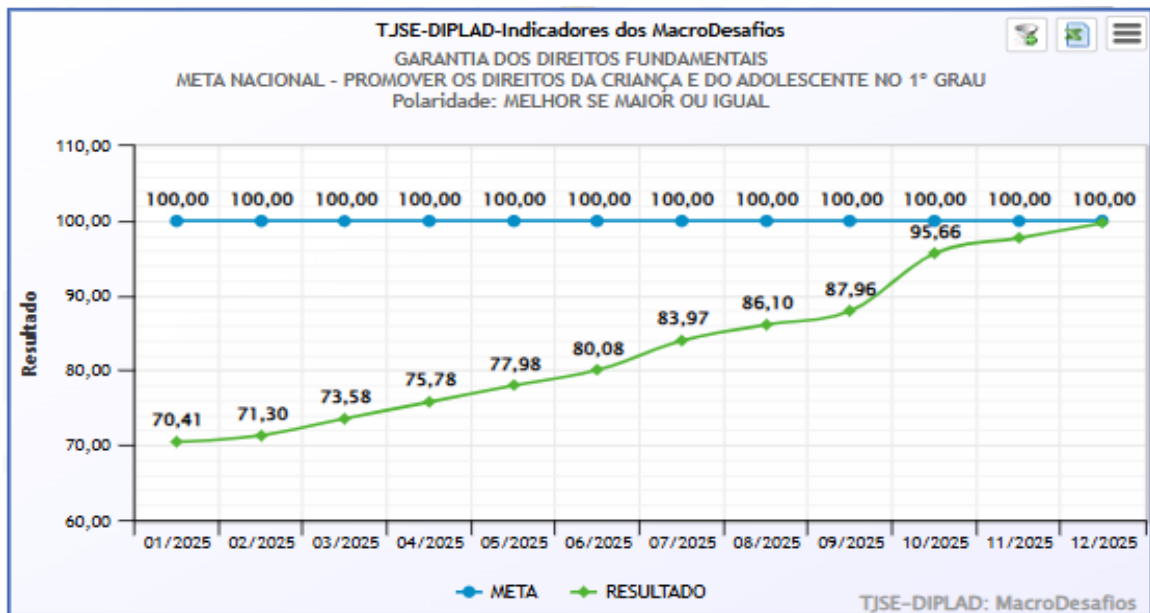
### META NACIONAL - PROMOVER OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO 1º GRAU

**O que mede** Trata-se de indicador que busca medir o percentual dos processos julgados no 1º grau em fase de conhecimento nas competências da infância e juventude cível e de apuração de ato infracional relacionados a meta nacional

**Como medir** Percentual de cumprimento da meta no Painel de Metas Nacionais do TJSE.

Meta 2025	Resultado 2025	Percentual de alcance	Status
100,00%	99,70%	99,70%	Meta não alcançada

## RESULTADOS DOS MACRODESAFIOS

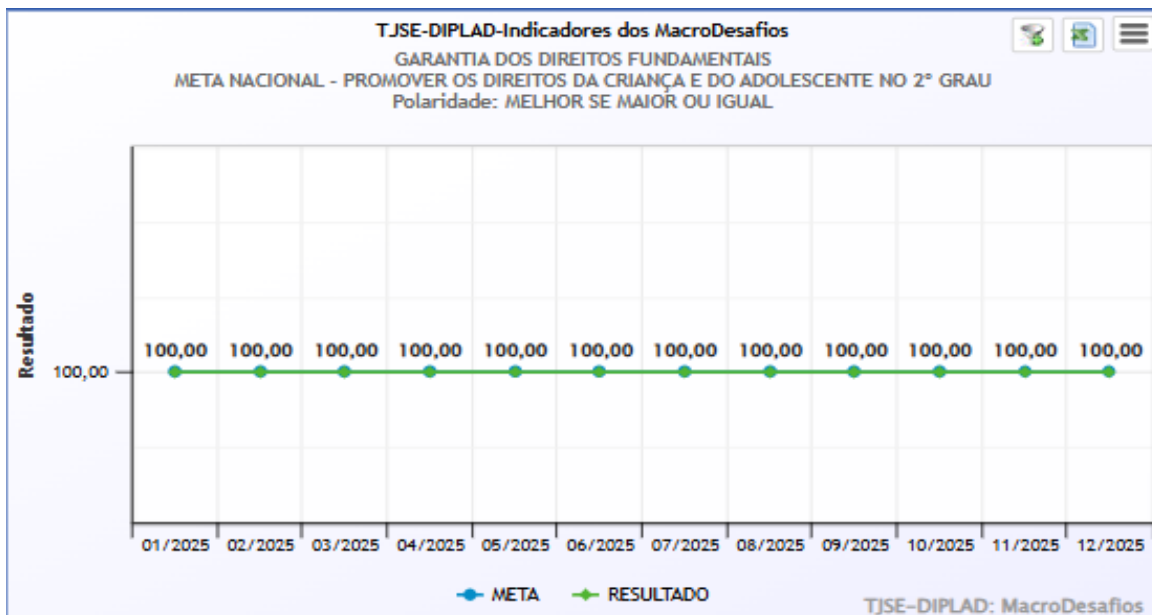


### META NACIONAL - PROMOVER OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO 2º GRAU

**O que mede** Trata-se de indicador que busca medir o percentual dos processos julgados no 2º grau em fase de conhecimento nas competências da infância e juventude cível e de apuração de ato infracional relacionados a meta nacional

**Como medir** Percentual de cumprimento da meta no Painel de Metas Nacionais do TJSE.;

Meta 2025	Resultado 2025	Percentual de alcance	Status
100,00%	100,00%	100,00%	Meta alcançada



### ÍNDICE DO PODER JUDICIÁRIO DE ACESSO À JUSTIÇA

- O que mede** Trata-se de indicador que busca medir o acesso à justiça pensado a partir de três tipos de capitais (Cidadania, População e Judiciário), desmembrados em dimensões (Direitos e Deveres, Vulnerabilidade e Acesso à Serviços Públicos; Perfil e Dinâmica Demográfica; e Padrão de Resolução de Conflitos, Distribuição e Acesso a Serviços Públicos e Inovação Tecnológica)
- Como medir** Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais – PNADC/A – IBGE; taxa nascidos vivos de mães entre 10 e 19 anos de idade – sinasc/datasus; déficit de altura para a idade – mapa insan/mds; déficit de peso para a idade – mapa insan/mds; taxa de domicílios com água canalizada – PNADC/A – IBGE; % de mulheres na população – PNAD contínua – anual 1ª visita; coeficiente de gini – PNUD/RDHS globais; % de pessoas com idade superior a 50 anos – PNAD contínua – anual 1ª visita; taxa de escolarização – PNAD contínua – anual 2º trimestre; % de pessoas na população que se autodeclararam não brancas – PNAD contínua – anual 1ª visita; tempo médio de decisão; taxa de magistrados na população; taxa de varas na população; e casos novos do 1º grau por 100 mil habitantes – justiça em números/CNJ;

Meta 2025	Resultado 2025	Percentual de alcance	Status
Indicador Removido			

### PROGRAMAS E PROJETOS RELACIONADOS

Programa	Descrição
<b>Ações da Infância e Juventude</b>	O Programa integra os projetos desenvolvidos pela Coordenadoria da Infância e Juventude, que em 2025 envolveu os projetos: Apadrinhamento Ser Humano 2025-2026; Aprendizagem profissional - Resolução do CNJ/programas novos caminhos; Assessoramento na melhoria continuada da prestação de do Serviço Jurisdicional Especializado; Capacitação e Disseminação do ECA; Colaboração na execução do programa Fazendo Justiça-CNJ/PNUD; Conectando a Rede 2025-2026; Familiarizar 2025-2027; PRAIF/SGD - Programa de ações integradas; Primeira Infância.
Responsável	Coordenadoria da Infância e Juventude
Status	Permanente
<b>Ações da Coordenadoria da Mulher</b>	O Programa integra os projetos desenvolvidos pela Coordenadoria da Mulher, que em 2025 envolveu os projetos: Empodera a Mulher: Fortalecendo Vidas; Fórum Diálogo e Ação; Painel de Monitoramento da Violência (Mulher e outros grupos e tipos).
Responsável	Coordenadoria da Mulher
Status	Permanente
<b>PDTICL - Plano de Desenvolvimento de TIC</b>	O Programa integra os projetos desenvolvidos pela Secretaria de Tecnologia da Informação (SETECI), que em 2025 envolveu o projeto: Desenvolver Sistema de Gestão e Tramitação de Perícias.
Responsável	Secretaria de Tecnologia da Informação (SETECI)
Status	Permanente
<b>Satisfação com o Judiciário</b>	O Programa integra os projetos desenvolvidos pelo Memorial do Poder Judiciário (MEPOJUD), que em 2025 envolveu os projetos: Acolher por meio de etiquetas acessíveis a audiodescrição; Educar com o teatro.
Responsável	Memorial do Poder Judiciário (MEPOJUD)
Status	Permanente

## **PROGRAMA DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL - RESOLUÇÃO DO CNJ / PROGRAMA NOVOS CAMINHOS (JOVEM APRENDIZ)**

O programa tem por objetivo a oferta de turma - adolescentes e jovens do sistema socioeducativo, do acolhimento institucional, sistema prisional feminino - filhos na 1ª infância e demais grupos vulneráveis; Desenvolvimento das ações do Projeto Conectando a Rede; Realização de Círculos Restaurativos e de Construção de Paz; Realização da Feira de Oportunidades.

O Programa de Aprendizagem Profissional é uma política de promoção do ingresso de adolescentes e jovens no mercado de trabalho formal de forma qualificada e protegida. Sendo assim, os jovens assinam contratos de trabalho e passaram por avaliação médica, conforme preconiza a legislação trabalhista.

Em setembro de 2025, a Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ), do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE), iniciou uma nova turma do Programa de Aprendizagem Profissional - Jovem Aprendiz. A turma foi composta por 22 adolescentes e jovens que estão em situação de vulnerabilidade social, egressos da socioeducação e do trabalho infantil, em situação de acolhimento institucional e também mães na primeira infância; todos oriundos do município de Nossa Senhora do Socorro ([acesse a matéria](#)).

## **PROJETO FÓRUM DIÁLOGO E AÇÃO**

A Coordenadoria da Mulher do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) possui, dentre suas atribuições institucionais, a promoção da articulação interinstitucional voltada ao enfrentamento e à prevenção da violência doméstica e familiar contra mulher, objetivando o cumprimento do art. 8º, do inciso I, da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). Nesse contexto,

a Coordenadoria da Mulher visa fomentar ações intersetoriais que possam potencializar o monitoramento da política de prevenção e enfrentamento desta violência.

Com essa finalidade, foi instituído o Projeto Fórum Diálogo e Ação, que contempla a implantação do Fórum Sergipano de Combate à Violência Doméstica contra as Mulheres (FOVID), com a proposta de assegurar ampla participação da comunidade jurídica e de profissionais que atuam na temática. Organizado pela Coordenadoria da Mulher do TJSE, o Fórum tem como objetivo promover o debate interdisciplinar, incentivar a troca de experiências e alinhar as práticas judiciais aos tratados internacionais de direitos humanos das mulheres e à legislação vigente, com ênfase na Lei Maria da Penha e no Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero. O I FOVID foi realizado em agosto de 2025 e abordou temas relevantes, tais como: protocolos de enfrentamento à violência doméstica, utilização de dados como instrumento de combate, feminismo e dano emocional, consolidando-se como espaço qualificado de diálogo e aprimoramento institucional na matéria. ([acesse a matéria](#))

## MACRODESAFIO FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INTERINSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

Refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora dos direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil.

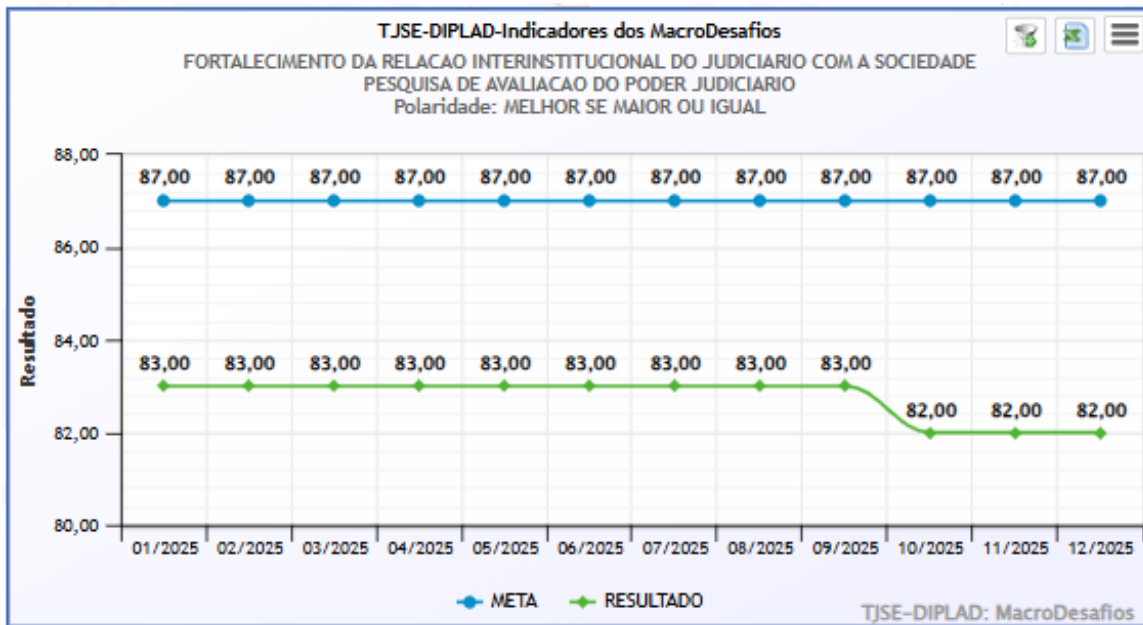
### INDICADORES RELACIONADOS

#### PESQUISA DE AVALIAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

**O que mede** Trata-se de pesquisa a ser realizada com a sociedade e com os jurisdicionados, a fim de captar a percepção quanto às atividades desempenhadas pelo Poder Judiciário, bem como a satisfação com os serviços prestados. Deverão ser realizadas duas pesquisas, uma no início e outra ao final da Estratégia pelo CNJ

**Como medir** Com base nos resultados da pesquisa e nas respostas dos participantes

Meta 2025	Resultado 2025	Percentual de alcance	Status
87,00%	82,00%	94,25%	Meta não alcançada

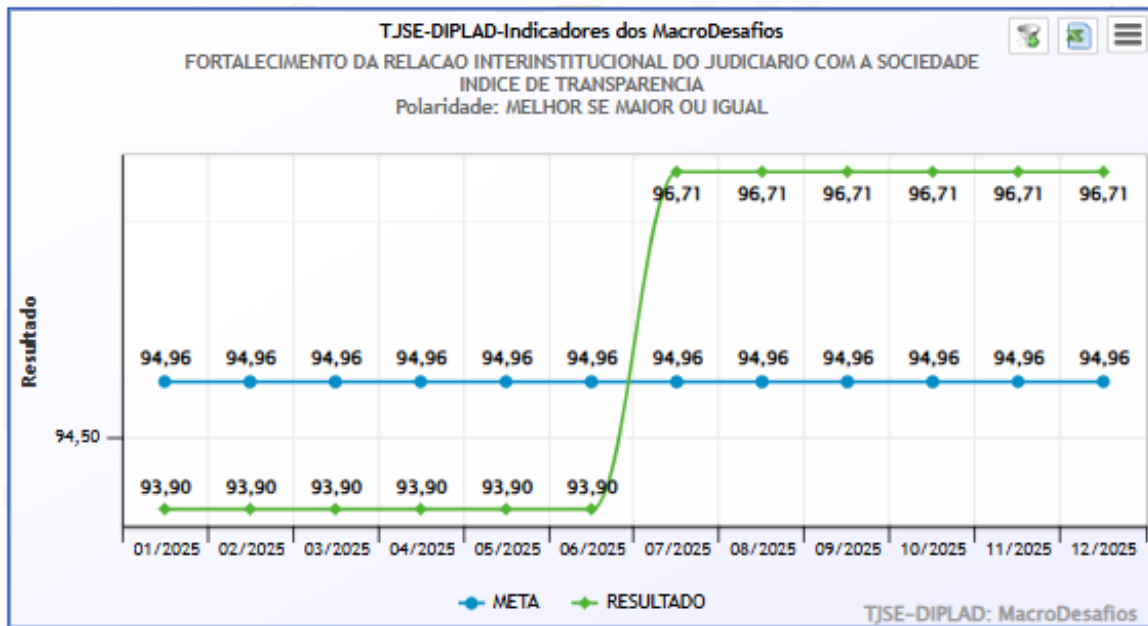


## ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA

**O que mede** Percentual obtido no Ranking da Transparência do Poder Judiciário, instituído pela Resolução CNJ n. 215, de 16 de dezembro de 2015

**Como medir** Média ponderada dos itens avaliados, conforme requisitos e pesos em vigor detalhadas na normativa mais recente

Meta 2025	Resultado 2025	Percentual de alcance	Status
94,98%	96,71%	101,84%	Meta alcançada



PROGRAMAS E PROJETOS RELACIONADOS

Programa	Descrição
<b>Programa Satisfação com o Judiciário</b>	Programa que visa desenvolver ações que ensejam na constante satisfação dos jurisdicionados, composto em 2025 pelos projetos: Comemorar o Natal 2025 e 2026; Divulgar o Dia internacional e a Primavera dos Museus do IBRAM; Implantar Estúdio VideoCast TJSE; Organizar a reserva técnica; Pesquisar a história; Planejar as memórias; Um Crime bem maior do que Sergipe.
<b>Responsável</b>	Diretoria de Comunicação (DICOM) e Memorial do Poder Judiciário (MEPOJUD)
<b>Status</b>	Permanente
<b>Programa Comunicação da Estratégia</b>	O Programa visa integrar ações de comunicação e imagem voltadas para o ambiente interno e externo, sistematizando a disseminação do planejamento estratégico do Judiciário Sergipe, composto por: Ampliar TV Interna TJSE
<b>Responsável</b>	Diretoria de Comunicação
<b>Status</b>	Permanente
<b>Programa Governança e Gestão</b>	O Programa visa integrar as ações de Governança e Gestão. Composto pelo projeto: Coordenar informações para o Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP - 2025)
<b>Responsável</b>	Núcleo de Governança, Riscos e Compliance (NUGOVRISCOM)

Status	Permanente

## PESQUISA ANUAL DE SATISFAÇÃO



A proposta visa obter feedback de qualquer cidadão sobre os serviços fornecidos pelo sistema judicial, e a confiabilidade no Judiciário Sergipano. A prática está alinhada com o compromisso do TJSE de ser um Judiciário acessível, que busca proporcionar uma resolução rápida, transparente e de qualidade. No ano de 2025, a pesquisa de satisfação foi conduzida através de um questionário online, assim como vem ocorrendo desde o ano de 2020.

## MACRODESAFIO AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

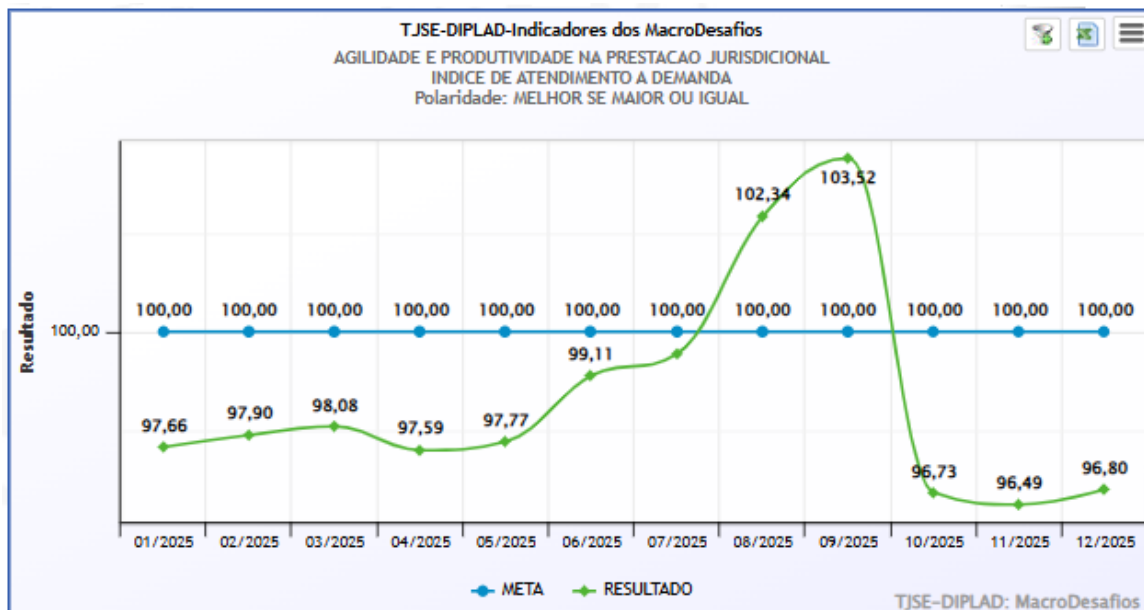
Tem por finalidade materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais. Visa também soluções para um dos principais gargalos do Poder Judiciário, qual seja a execução fiscal. Busca elevar a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.

### INDICADORES RELACIONADOS

#### ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA

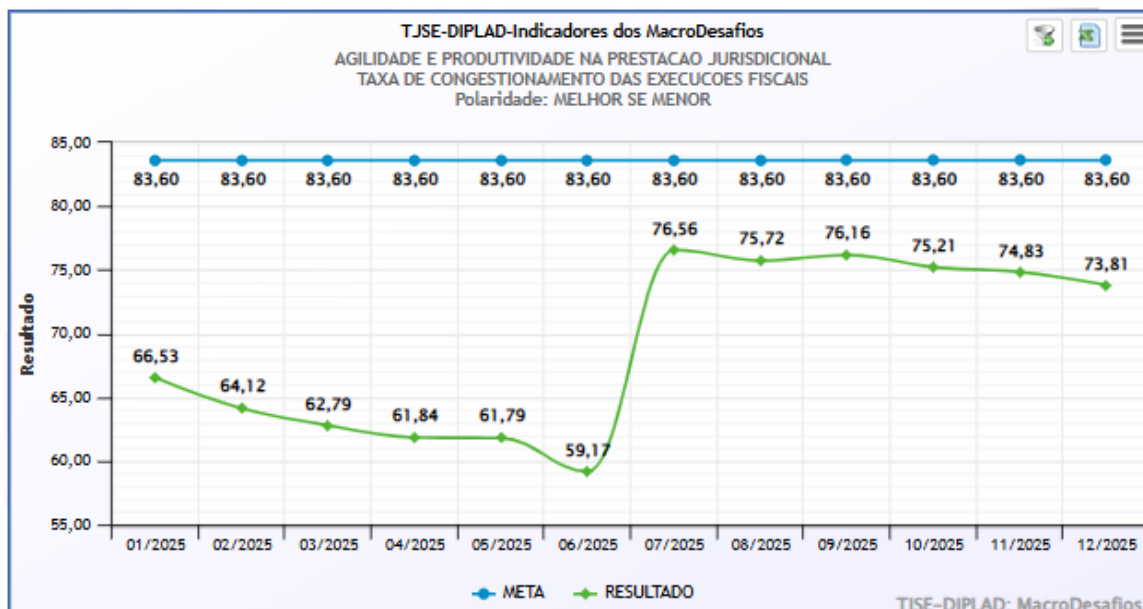
<b>O que mede</b>	Indica a capacidade do Poder Judiciário em dar vazão em, pelo menos, o mesmo número de processos ingressados, situação em que o indicador atinge o valor igual ou superior a 100%. Computar os processos de 2º grau, de 1º grau, das Turmas Recursais e dos Juizados Especiais (quando aplicável), somando-se os casos de conhecimento e de execução.		
<b>Como medir</b>	Conforme fórmula constante no Glossário dos indicadores estratégicos do CNJ ( <a href="https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf">https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf</a> )		
<b>Meta 2025</b>	<b>Resultado 2025</b>	<b>Percentual de alcance</b>	<b>Status</b>
100%	96,80%	96,80%	Meta não alcançada

## RESULTADOS DOS MACRODESAFIOS



## TAXA DE CONGESTIONAMENTO DAS EXECUÇÕES FISCAIS

<b>O que mede</b>	Mede o percentual de casos de execução fiscal que permanecem pendentes de solução ao final do período-base, em relação ao que tramitou (soma dos pendentes e dos baixados) durante o período-base		
<b>Como medir</b>	Base Nacional de dados do Poder Judiciário (DATAJUD), levando-se em consideração as fórmulas e os glossários da Resolução CNJ n. 76/2009, bem como a parametrização da Justiça em números		
<b>Meta 2025</b>	<b>Resultado 2025</b>	<b>Percentual de alcance</b>	<b>Status</b>
83,60%	73,81%	111,71%	Meta alcançada

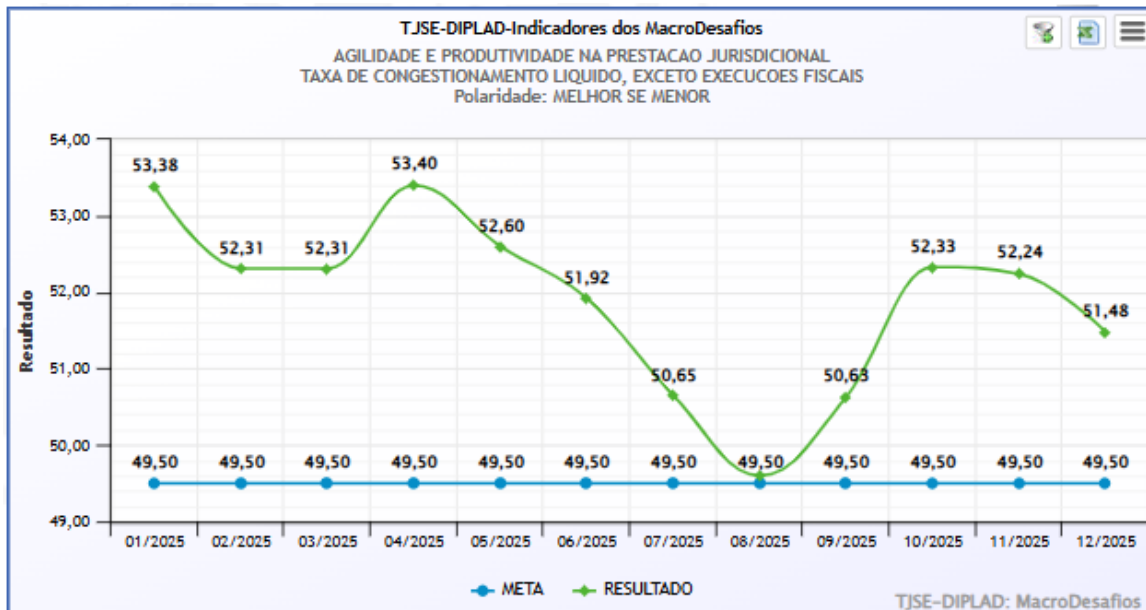


### TAXA DE CONGESTIONAMENTO LÍQUIDO, EXCETO EXECUÇÕES FISCAIS

**O que mede** Indica o percentual de processo que, no período de 12 meses, permaneceu em tramitação sem solução definitiva. São considerados os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório e as execuções fiscais. computa os processos de 2º grau, de 1º grau, das Turmas Recursais e dos Juizados Especiais (quando aplicável), somando-se os casos de conhecimento e de Execução Judicial e Extrajudicial não fiscal.

**Como medir** Conforme fórmula constante no Glossário dos indicadores estratégicos do CNJ (<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf>)

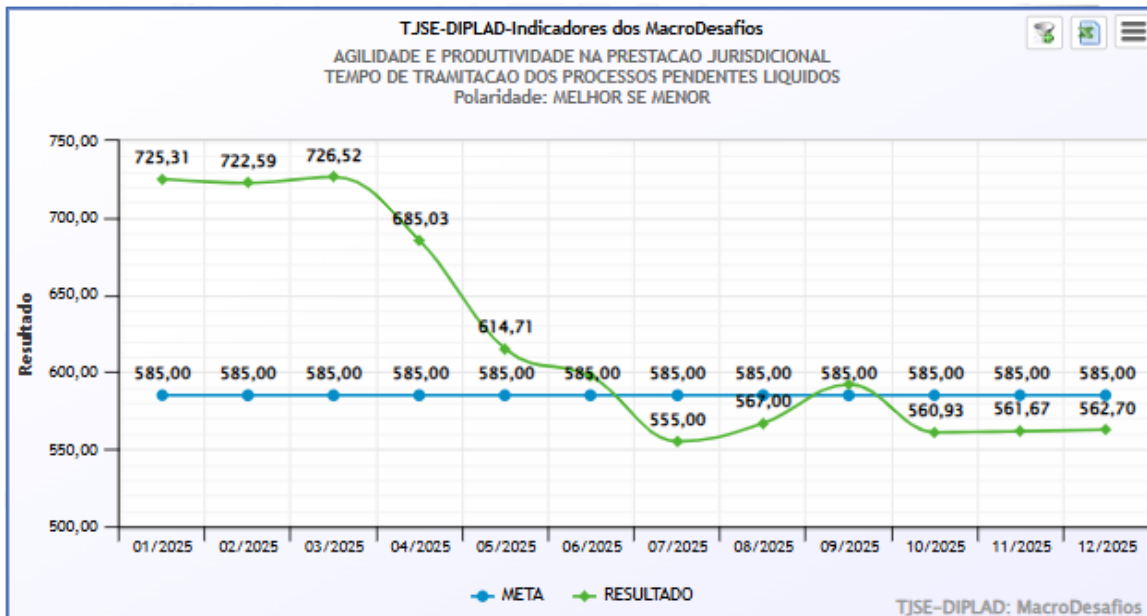
Meta 2025	Resultado 2025	Percentual de alcance	Status
49,50%	51,48%	98,00%	Meta não alcançada



### TEMPO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS PENDENTES LÍQUIDOS

<b>O que mede</b>	Tempo de tramitação dos processos pendentes líquidos, desconsiderando os períodos em que os processos permaneceram suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório
<b>Como medir</b>	Conforme fórmula constante no Glossário dos indicadores estratégicos do CNJ ( <a href="https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf">https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf</a> )

Meta 2025	Resultado 2025	Percentual de alcance	Status
585,00	562,70	103,81%	Meta alcançada



## PROGRAMAS E PROJETOS RELACIONADOS

Programa	Descrição
<b>Programa Premiação dos Servidores</b>	Programa que integra os projetos voltados a garantir a agilidade nos trâmites judiciais, motivar servidores e magistrados com as metas e com os objetivos estratégicos e alinhamento estratégico em todas as unidades do Poder Judiciário. Composto pelo projeto: Premiação dos Servidores 2025.
<b>Responsável</b>	Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento
<b>Status</b>	Concluído
<b>Programa Justiça 4.0</b>	Programa que visa impulsionar a transformação digital das atividades judiciais e administrativas. Composto pelo projeto: IA: Preenchimento automático de guias de execução penal.
<b>Responsável</b>	Diretoria de Inovação e Modernização Judiciária (DIMOJ)
<b>Status</b>	Concluído

### PROJETO PREMIAÇÃO

O objetivo principal é aumentar a produtividade das unidades jurisdicionais, motivando os servidores da área-fim e para isso a premiação procura reconhecer os melhores desempenhos das equipes, distribuídas de acordo com a competência jurisdicional e alinhadas com as metas

## **RESULTADOS DOS MACRODESAFIOS**

e indicadores nacionais, com a sistematização da apuração e resultados de forma transparente, dando oportunidade de contestar os dados antes da publicação e pagamento, e dar a oportunidade do servidor participar através de sugestões do processo de revisão do ato normativo.

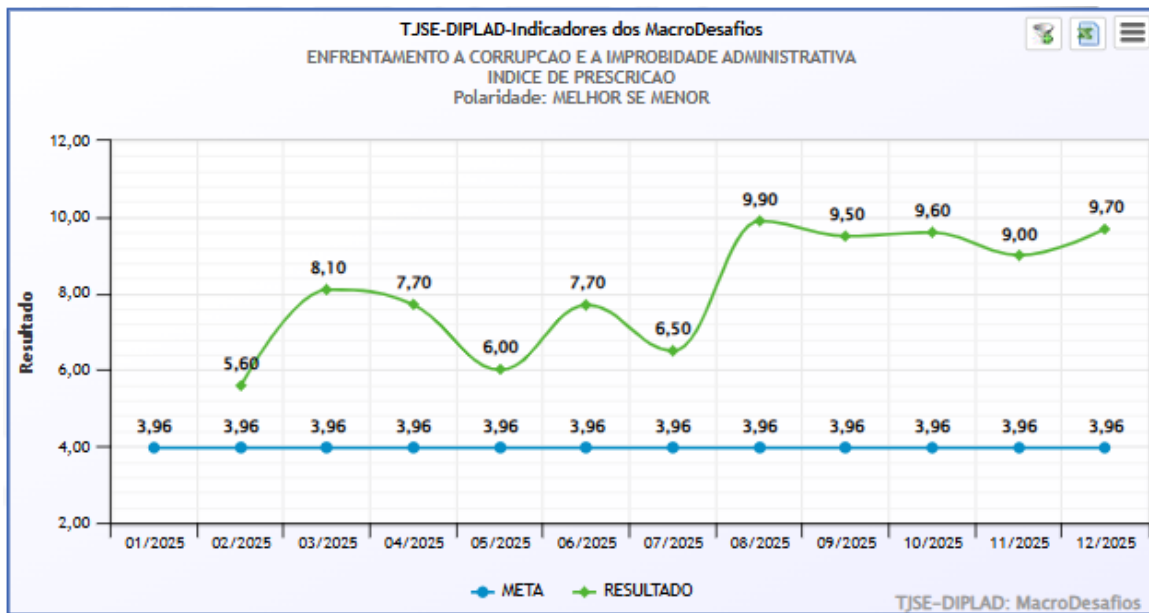
## MACRODESAFIO ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à preservação da probidade administrativa internamente e externamente ao enfrentamento dos crimes contra a administração pública, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos, de improbidade, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização interna e externa do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

### INDICADORES RELACIONADOS

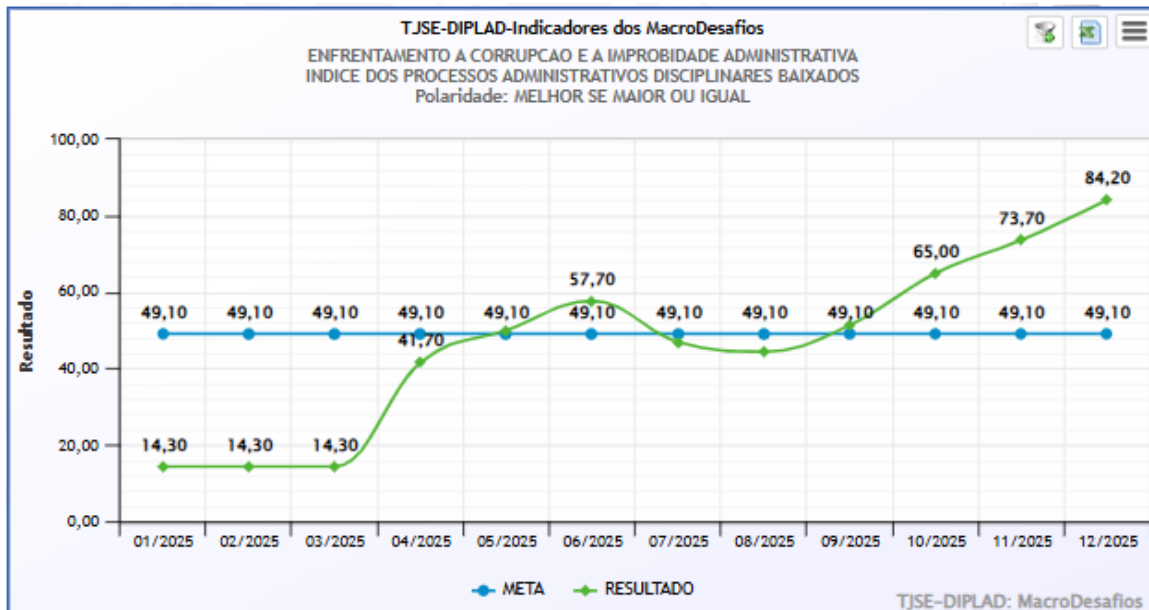
#### ÍNDICE DE PRESCRIÇÃO

<b>O que mede</b>	Razão entre o total de julgamentos por prescrição ao total de julgamentos de processos relativos à improbidade administrativa, a corrupção e aos ilícitos eleitorais, conforme tabelas de classes e assuntos constantes no Anexo I do glossário CNJ.		
<b>Como medir</b>	Conforme fórmula constante no Glossário dos indicadores estratégicos do CNJ ( <a href="https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf">https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf</a> )		
<b>Meta 2025</b>	<b>Resultado 2025</b>	<b>Percentual de alcance</b>	<b>Status</b>
3,96%	9,70%	-44,95%	Meta não alcançada



### ÍNDICE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES BAIXADOS

<b>O que mede</b>	Indica o percentual de processos administrativos disciplinares baixados em relação ao acervo de processos administrativos disciplinares no Tribunal, no período.		
<b>Como medir</b>	Conforme fórmula constante no Glossário dos indicadores estratégicos do CNJ ( <a href="https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf">https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf</a> )		
Meta 2025	Resultado 2025	Percentual de alcance	Status
49,10%	84,20%	171,49%	Meta alcançada



### TEMPO MÉDIO DOS PROCESSOS DE IMPROBIDADE E CORRUPÇÃO

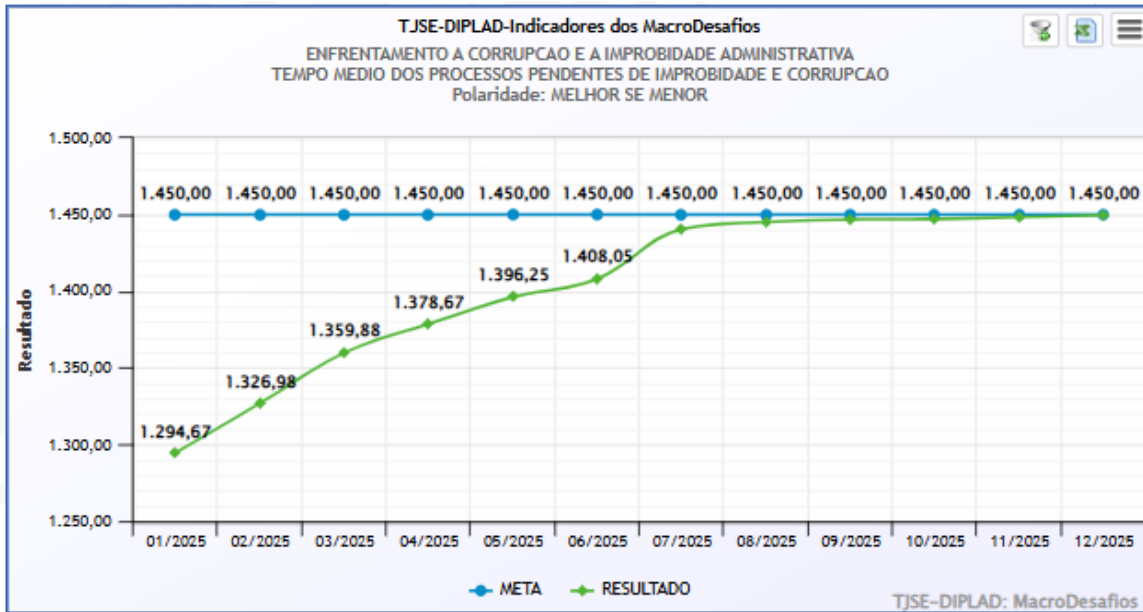
**O que mede**

Indica o tempo de duração dos casos pendentes, decorrido entre a data da autuação/recebimento até o último dia do ano-base, dos processos de corrupção e improbidade administrativa. para fins de cálculo da média, os processos de 2º grau, de 1º grau, das turmas recursais e dos juizados especiais (quando aplicável) serão computados como se fossem ações distintas, ou seja, serão somados os tempos entre os movimentos de cada instância, dividido pelo número de processos em cada instância

**Como medir**

Conforme fórmula constante no Glossário dos indicadores estratégicos do CNJ (<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf>)

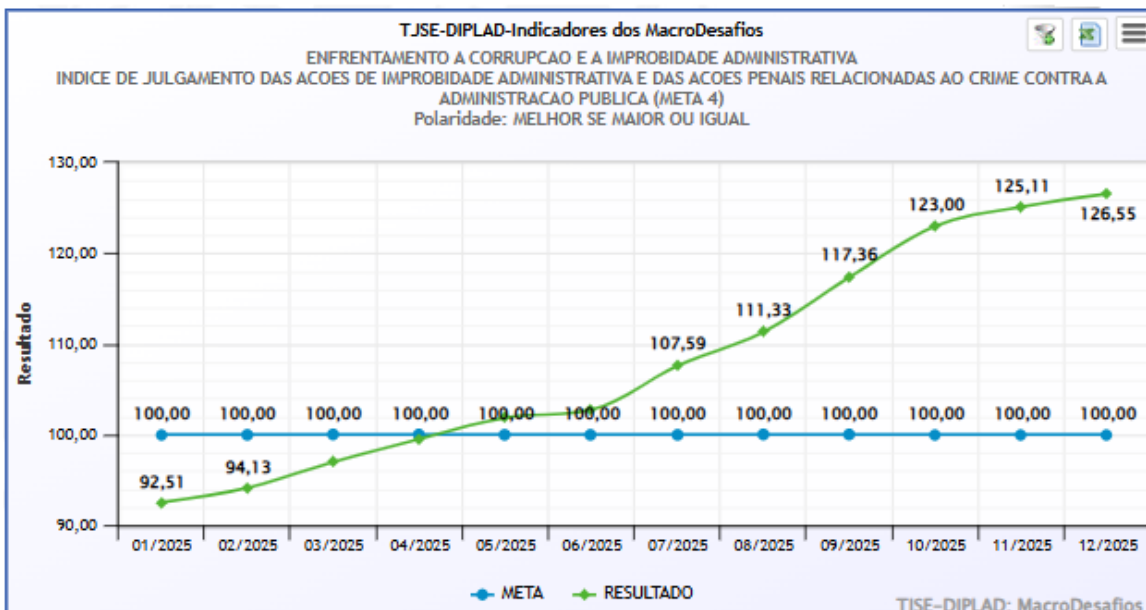
Meta 2025	Resultado 2025	Percentual de alcance	Status
1.450 dias	1.449,57	100,03%	Meta alcançada



### ÍNDICE DE JULGAMENTO DAS AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E DAS AÇÕES PENAIS RELACIONADAS AO CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (META 4)

**O que mede** Identificar e julgar pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídos até o dia 31 de dezembro do 3º ano anterior do cumprimento da meta

Meta 2025	Resultado 2025	Percentual de alcance	Status
100%	126,55%	126,55%	Meta alcançada



## PROGRAMAS E PROJETOS RELACIONADOS

No ano de 2025 não houve programas ou projetos planejados ou executados no âmbito do Macrodesafio de Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade Administrativa.

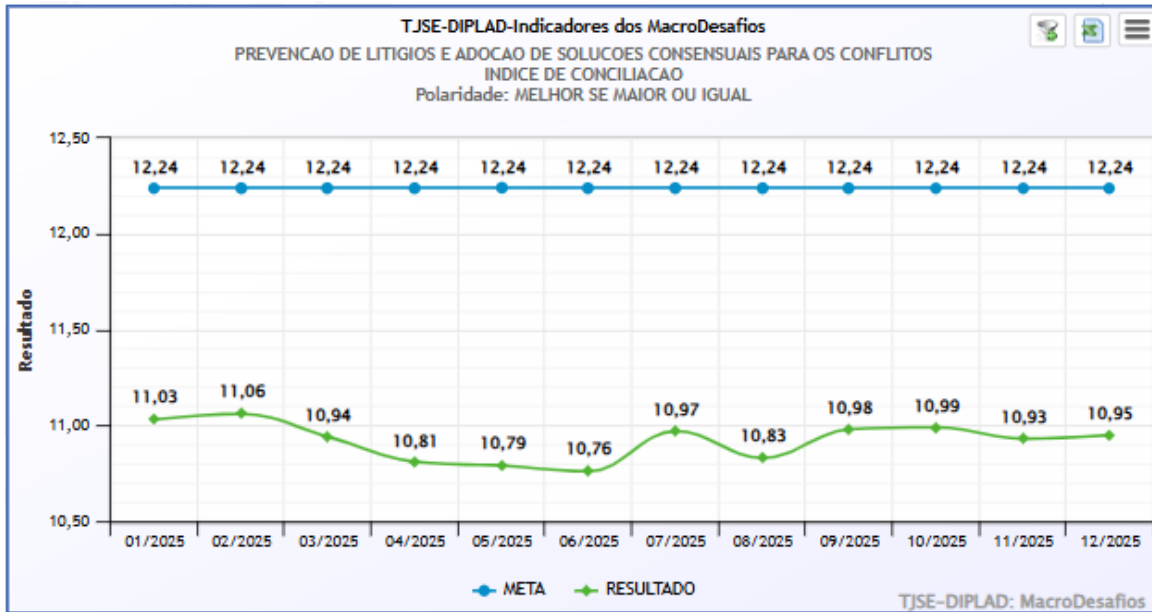
## MACRODESAFIO PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS

Refere-se ao fomento de meios extrajudiciais para prevenção e para resolução negociada de conflitos, com participação ativa do cidadão. Visa estimular a comunidade a resolver seus conflitos sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação e arbitragem. Abrange também parcerias entre os Poderes a fim de evitar potenciais causas judiciais e d

## INDICADORES RELACIONADOS

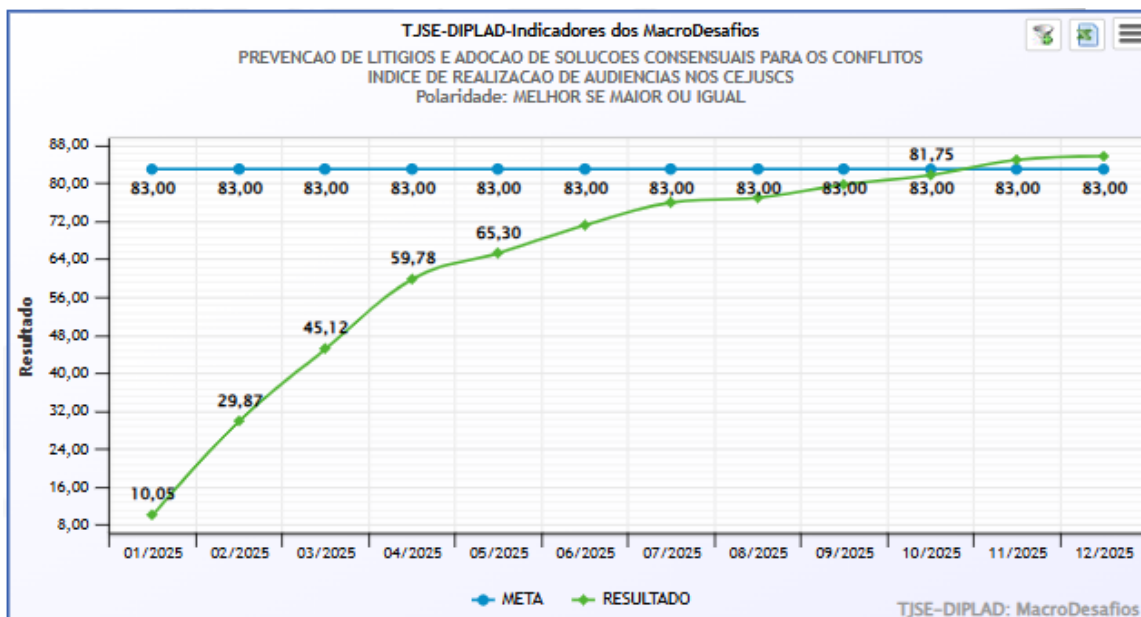
### ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO

<b>O que mede</b>	Percentual entre o total de sentenças homologatórias de acordo em relação ao total de sentenças, conforme fórmulas e glossários da Resolução CNJ n. 76. Serão consideradas as sentenças de todas as fases (conhecimento e execução), bem como de todas as instâncias		
<b>Como medir</b>	Conforme fórmula constante no Glossário dos indicadores estratégicos do CNJ ( <a href="https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf">https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf</a> )		
Meta 2025	Resultado 2025	Percentual de alcance	Status
12,24%	10,95%	89,46%	Meta não alcançada



### ÍNDICE DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS NOS CEJUSCS

<b>O que mede</b>	Total de audiências realizadas nos Cejusc, em relação ao total de processos e de procedimentos pré-processuais recebidos no Cejusc		
<b>Como medir</b>	Conforme fórmula constante no Glossário dos indicadores estratégicos do CNJ ( <a href="https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf">https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf</a> )		
Meta 2025	Resultado 2025	Percentual de alcance	Status
83,00%	85,69%	103,24%	Meta alcançada



### ÍNDICE DE CASOS REMETIDOS PARA A CÂMARA DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO

<b>O que mede</b>	Total de audiências realizadas nos Cejusc, em relação ao total de processos e de procedimentos pré-processuais recebidos no Cejusc		
<b>Como medir</b>	Conforme fórmula constante no Glossário dos indicadores estratégicos do CNJ ( <a href="https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf">https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf</a> )		
Meta 2025	Resultado 2025	Percentual de alcance	Status
Indicador Removido			

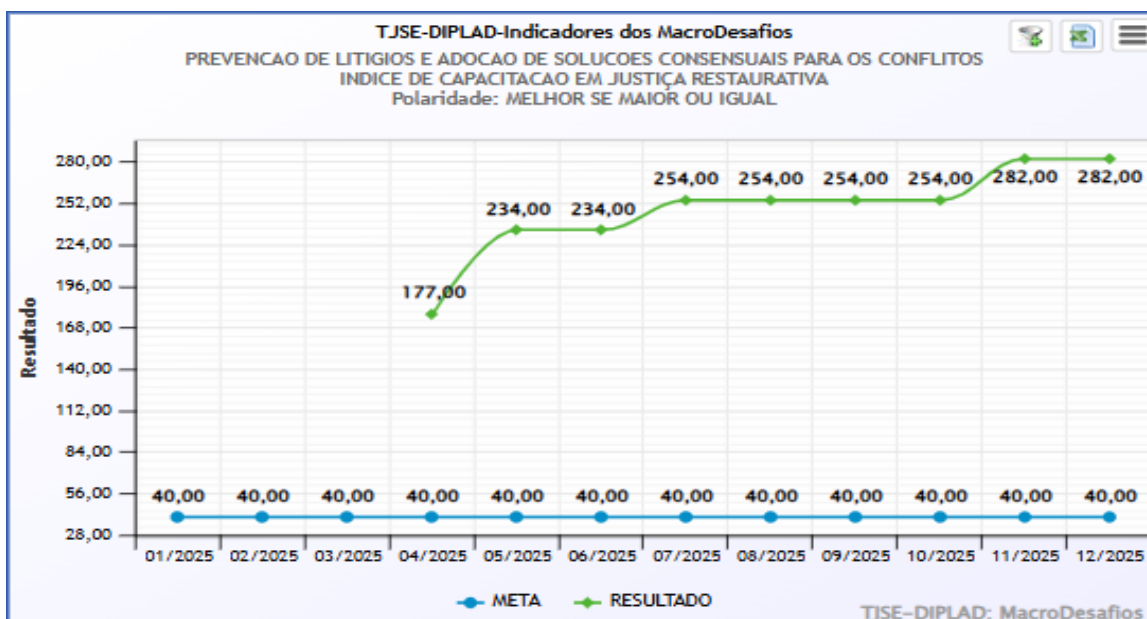
### ÍNDICE DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS DO ARTIGO 334 DO CPC

<b>O que mede</b>	Total de audiências realizadas nos Cejusc, em relação ao total de processos e de procedimentos pré-processuais recebidos no Cejusc		
<b>Como medir</b>	Conforme fórmula constante no Glossário dos indicadores estratégicos do CNJ ( <a href="https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf">https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf</a> )		
Meta 2025	Resultado 2025	Percentual de alcance	Status

Indicador Removido

ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO EM JUSTIÇA RESTAURATIVA

O que mede	Número de facilitadores capacitados da Justiça Restaurativa		
Como medir	Quantidade de facilitadores certificados no ano		
Meta 2025	Resultado 2025	Percentual de alcance	Status
40	282	705%	Meta alcançada



PROGRAMAS E PROJETOS RELACIONADOS

Programa	Descrição
Programa de Ampliação de Acesso à Justiça	O programa destinado a integrar os projetos estratégicos da Corregedoria de Promover a divulgação, orientação e ampliação das práticas autocompositivas (a conciliação e a mediação) como meios de

	<p>resolver litígios, contribuindo, assim, para a criação de uma cultura não violenta de resolução de conflitos. Composto pelos projetos: CEJUSC Saúde; Criar núcleos de mediação em parceria com a Universidade Federal de Sergipe; Criar postos avançados do Cejusc nos CEACs de Aracaju; Divulgar os serviços do Cejusc na Comunidade; Expandir as ações de "Escolas no Fórum" (Projeto Escolas no Fórum); Fortalecer o CEJUSC Pessoa Idosa; Fortalecer o Portal da Comunicação; Fortalecer os Cejuscs do interior; Implantar o Núcleo de Superendividamento do TJSE em parceria com a Unit (Projeto Saia do Aperreio); Parceria Nupemec e Projeto Acorde (SSP) para realização de mediação nas Delegacias; Pare, Concilie e Siga; Promover o Cejusc de Forma Itinerante (Projeto Cejusc Itinerante).</p>
Responsável	CEJUSC
Status	Permanente
<b>Programa de Implantação, Difusão e Formação da Política da Justiça Restaurativa do TJSE</b>	<p>O Programa de Justiça Restaurativa do TJSE objetiva atender todas estas exigências do CNJ para a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário Nacional. Composto pelo projeto: Multiplicando a Paz nas Escolas</p>
Responsável	CIDEJURE
Status	Permanente
Programa do Judiciário Humanizado	<p>O Programa tem como essência acolher tanto os jurisdicionados, quanto colaboradores, servidores e magistrados. Composto pelos projetos: Estimular a leitura, como Janela do Saber (Projeto Janelas do Saber); Fazer Arte no Cejusc (Projeto Arte no Cejusc).</p>
Responsável	CEJUSC
Status	Permanente
Programa da Cidadania Financeira	<p>O Programa tem como objetivo realizar projetos voltados à educação financeira que contribuam para a redução do superendividamento. Composto pelos projetos: Deixar as Contas em Dia (Projeto Contas em Dia); Entender que meu dinheiro tem valor (Projeto Meu Dinheiro tem Valor); Ser Idoso Esperto (Projeto Idoso Esperto).</p>
Responsável	CEJUSC
Status	Permanente
Programa da Capacitação e Aperfeiçoamento	<p>O Programa tem como objetivo formar conciliadores e mediadores judiciais e promover educação continuada para melhor atendimento à</p>

	sociedade e consolidação da autocomposição para resolução de conflitos. Composto pelos projetos: Capacitar de modo contínuo conciliadores e mediadores dos Cejuscs; Conciliar em Decibéis (Projeto Conciliando em Decibéis); Formar conciliadores e mediadores judiciais; Formar facilitadores restaurativos (capacitar servidores, magistrados e público externo para realização de práticas restaurativas)
Responsável	CEJUSC e CEJURE
Status	Permanente

## MACRODESAFIO CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS

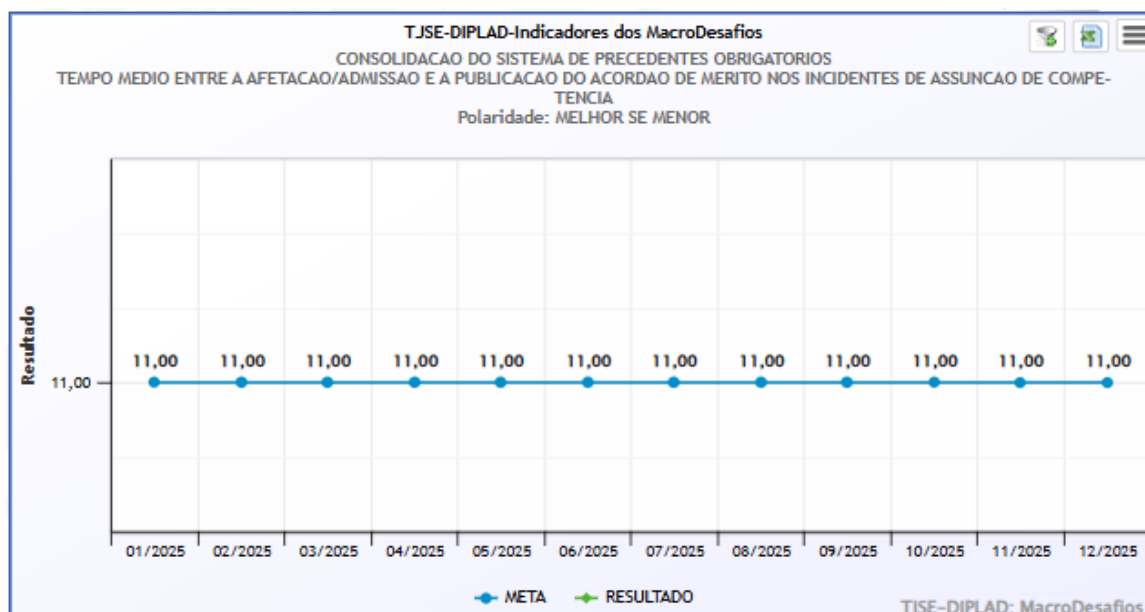
Promoção do sistema de precedentes estabelecido pelo novo Código de Processo Civil – CPC, buscando fortalecer as decisões judiciais, racionalizar o julgamento de casos análogos, garantir a segurança jurídica, bem como, coerência e a integridade dos provimentos judiciais. Abarca também a redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, visando reverter a cultura da excessiva judicialização

### INDICADORES RELACIONADOS

#### TEMPO MÉDIO ENTRE A AFETAÇÃO/ADMISSÃO E A PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO DE MÉRITO NOS INCIDENTES DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA

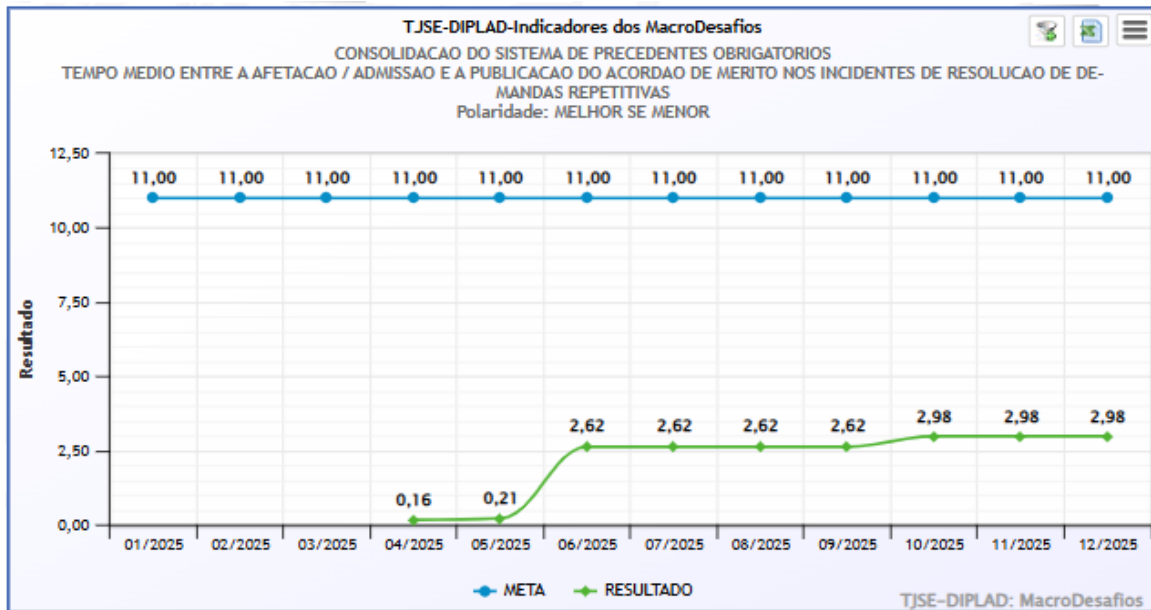
<b>O que mede</b>	Indica o tempo decorrido entre a afetação/ admissão e a publicação do acórdão de mérito nos incidentes de assunção de competência (IACS), em relação ao total de IACS com acórdão publicados no ano		
Como medir	Conforme fórmula constante no Glossário dos indicadores estratégicos do CNJ ( <a href="https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf">https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf</a> )		
<b>Meta 2025</b>	<b>Resultado 2025</b>	<b>Percentual de alcance</b>	<b>Status</b>

11 meses	0	200,00%	-
----------	---	---------	---



### TEMPO MÉDIO ENTRE A AFETAÇÃO/ADMISSÃO E A PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO DE MÉRITO NOS INCIDENTES DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS

O que mede	Indica o tempo decorrido entre afetação/admissão e publicação de mérito nos incidentes de Resolução de demandas repetitivas (IRDRs), em relação ao total de IRDRs com acórdão publicados no ano		
Como medir	Conforme fórmula constante no Glossário dos indicadores estratégicos do CNJ ( <a href="https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf">https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf</a> )		
Meta 2025	Resultado 2025	Percentual de alcance	Status
11 meses	2,98	172,91%	Meta alcançada

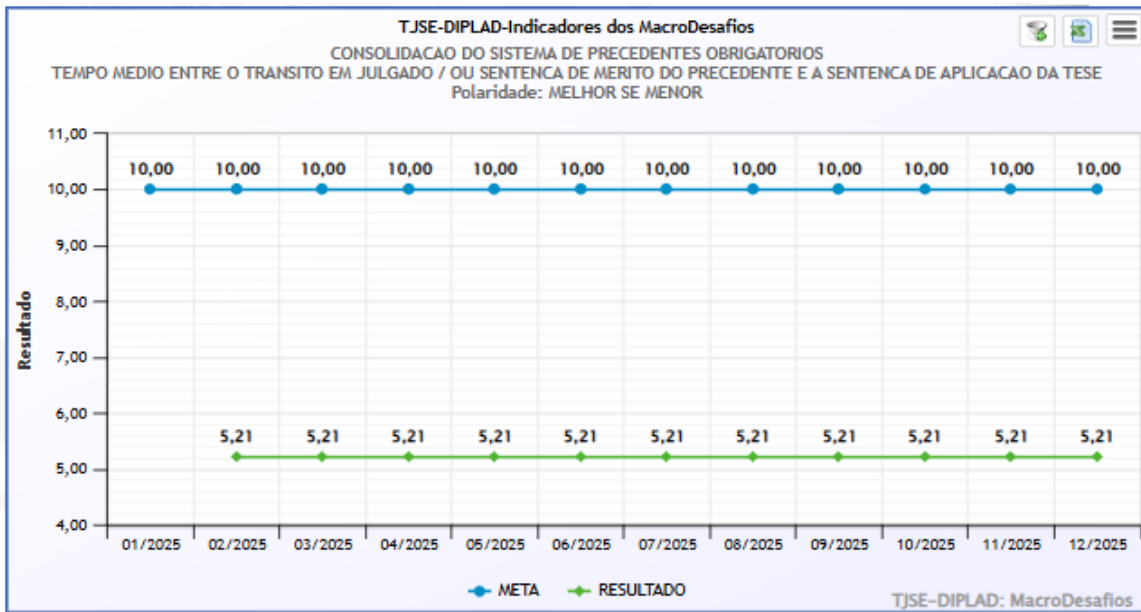


**TEMPO MÉDIO ENTRE O TRÂNSITO EM JULGADO/ OU SENTENÇA DE MÉRITO DO PRECEDENTE E A SENTENÇA DE APLICAÇÃO DA TESE**

**O que mede** Indica o tempo decorrido entre o trânsito em julgado/ sentença de mérito de um precedente e o Julgamento dos respectivos processos suspensos, em relação ao total de processos que estavam sobrestados e foram julgados após julgamento do precedente

**Como medir** Conforme fórmula constante no Glossário dos indicadores estratégicos do CNJ (<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf> )

Meta 2025	Resultado 2025	Percentual de alcance	Status
10 meses	5,21	147,90%	Meta alcançada



### PROGRAMAS E PROJETOS RELACIONADOS

No ano de 2025 não houve programas ou projetos planejados ou executados no âmbito do Macrodesafio de Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios.

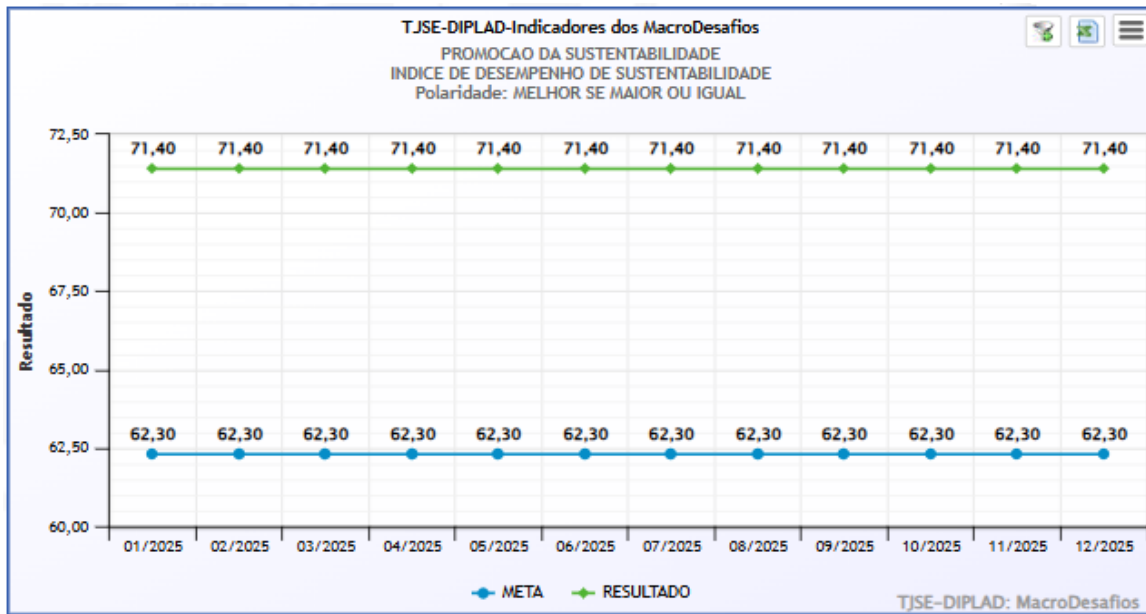
## MACRODESAFIO PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Visa a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

### INDICADORES RELACIONADOS

#### ÍNDICE DE DESEMPENHO DE SUSTENTABILIDADE

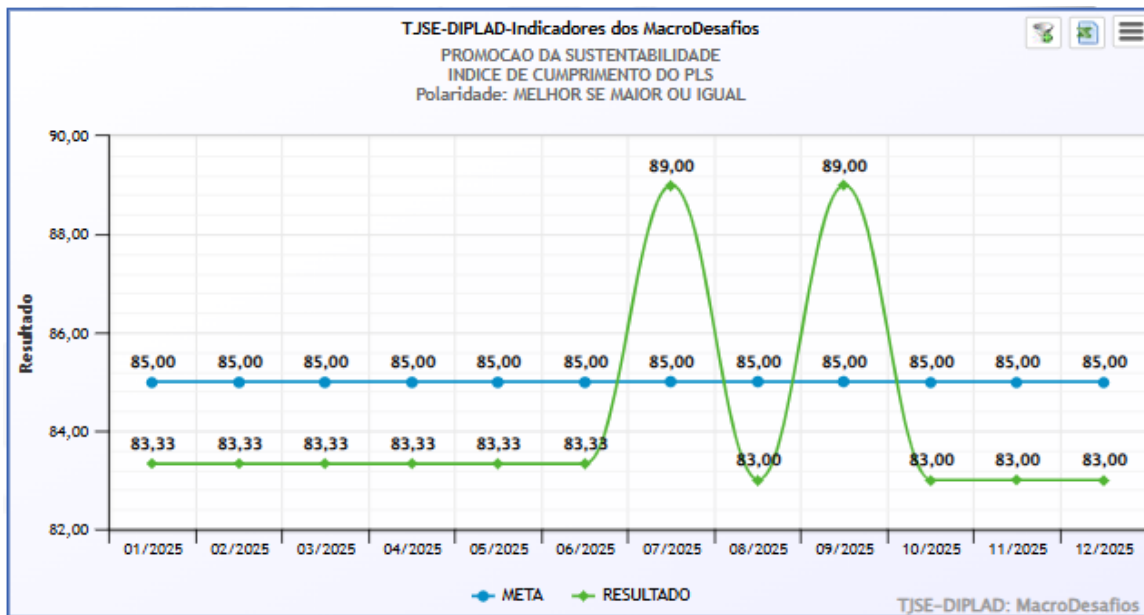
<b>O que mede</b>	Indicador sintético resultante de vários indicadores distintos calculados com base nos dados da Resolução CNJ n. 201/2015. Os resultados, o método aplicado e os indicadores utilizados constam na publicação anual do “Balanço Socioambiental do Poder Judiciário”, produzido pelo DPJ/CNJ		
<b>Como medir</b>	Conforme descrita no Balanço Socioambiental do Poder Judiciário		
<b>Meta 2025</b>	<b>Resultado 2025</b>	<b>Percentual de alcance</b>	<b>Status</b>
62,30%	71,40%	114,81%	Meta alcançada



### ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DO PLS

<b>O que mede</b>	Mede o quantitativo de metas cumpridas no Plano de Logística Sustentável		
<b>Como medir</b>	Percentual de indicadores do Plano de Logística Sustentável com a meta cumprida no final do ano corrente.		
Meta 2025	Resultado 2025	Percentual de alcance	Status
85,00%	83,00%	97,65%	Meta não alcançada

## RESULTADOS DOS MACRODESAFIOS



## PROGRAMAS E PROJETOS RELACIONADOS

Programa	Descrição
<b>Programa Logística Sustentável</b>	Programa visa disseminar as ações de sustentabilidade definidos no Plano de Logística sustentável do TJSE, que em 2025 foi composto pelos projetos: Consultoria para aquisição de Energia Livre de Carbono; Elaborar o Plano de Descarbonização; Hibridização da Frota de Veículo; Menos gasolina, mais etanol; Projeto Instalação de Sensores de Presença.
<b>Responsável</b>	Diretoria de Administração (DIAD) e Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento (DIPLAD)
<b>Status</b>	Permanente

## MACRODESAFIO APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

Refere-se à adoção de medidas preventivas à criminalidade e ao aprimoramento do sistema criminal, por meio de maior aplicação de penas e medidas alternativas, investimento na justiça restaurativa, aperfeiçoamento do sistema penitenciário e estabelecimento de mecanismos para minimizar a sensação de impunidade e insegurança social. Pretende reduzir o número de processos, reduzir as taxas de encarceramento e a reincidência; fomentar ações de atenção ao interno e ao egresso; e construir uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social. Atuar conjuntamente com os demais Poderes para solucionar irregularidades no sistema carcerário e no sistema de execução de medidas socioeducativas, assim como para o aperfeiçoamento de rotinas cartorárias.

### INDICADORES RELACIONADOS

#### TAXA DE ENCARCERAMENTO

<b>O que mede</b>	Indica o total de presos provisórios condenados por 100 mil habitantes		
<b>Como medir</b>	Conforme fórmula constante no Glossário dos indicadores estratégicos do CNJ ( <a href="https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf">https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf</a> )		
<b>Meta 2024</b>	<b>Resultado 2024</b>	<b>Percentual de alcance</b>	<b>Status</b>
Indicador Removido			

#### TEMPO MÉDIO DAS DECISÕES EM EXECUÇÃO PENAL

## RESULTADOS DOS MACRODESAFIOS

<b>O que mede</b>	Tempo médio entre a data do incidente instaurado no processo de execução e o julgamento do incidente		
<b>Como medir</b>	Conforme fórmula constante no Glossário dos indicadores estratégicos do CNJ ( <a href="https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf">https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf</a> )		
Meta 2024	Resultado 2024	Percentual de alcance	Status
Indicador Removido			

## TEMPO MÉDIO DE JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA DOS PROCESSOS PROVISÓRIOS

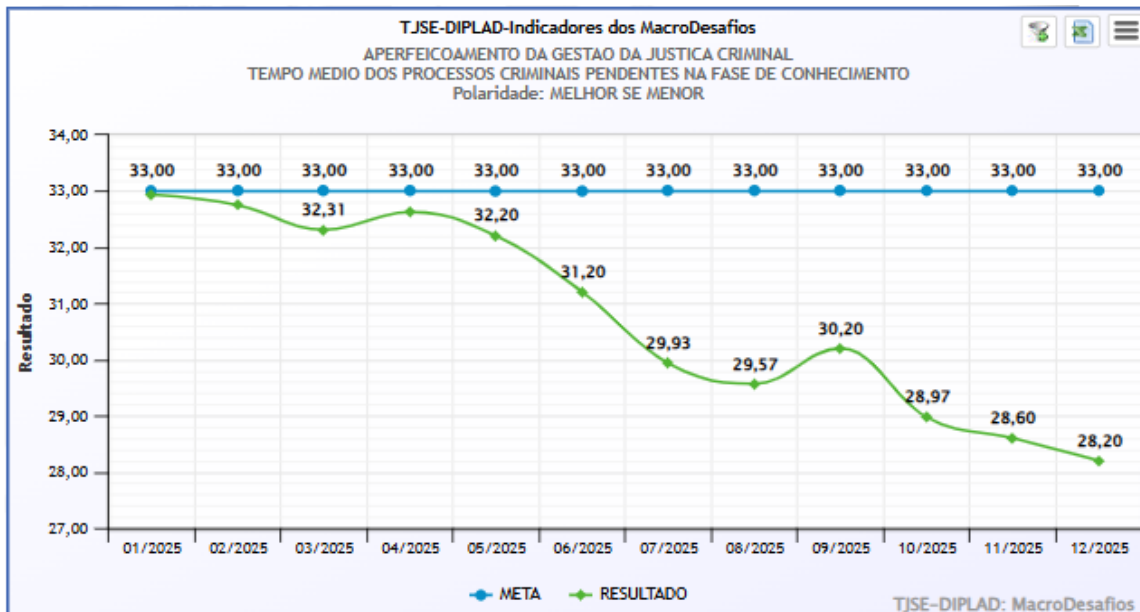
<b>O que mede</b>	Indica o tempo médio entre o dia da prisão dos presos provisórios e o julgamento em primeira instância		
<b>Como medir</b>	Conforme fórmula constante no Glossário dos indicadores estratégicos do CNJ ( <a href="https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf">https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf</a> )		
Meta 2024	Resultado 2024	Percentual de alcance	Status
Indicador Removido			

## TEMPO MÉDIO DOS PROCESSOS CRIMINAIS PENDENTES NA FASE DE CONHECIMENTO

<b>O que mede</b>	Indica o tempo de duração dos casos pendentes, decorrido entre a data da autuação/recebimento até o último dia do ano-base, dos processos considerados na variável CpCCrim nas fórmulas e glossários dos anexos da Resolução CNJ n. 76/2009		
<b>Como medir</b>	TcCp aplicada aos processos de conhecimento criminais		
Meta 2025	Resultado 2025	Percentual de alcance	Status

## RESULTADOS DOS MACRODESAFIOS

33 meses	28,10	114,55%	Meta alcançada
----------	-------	---------	----------------

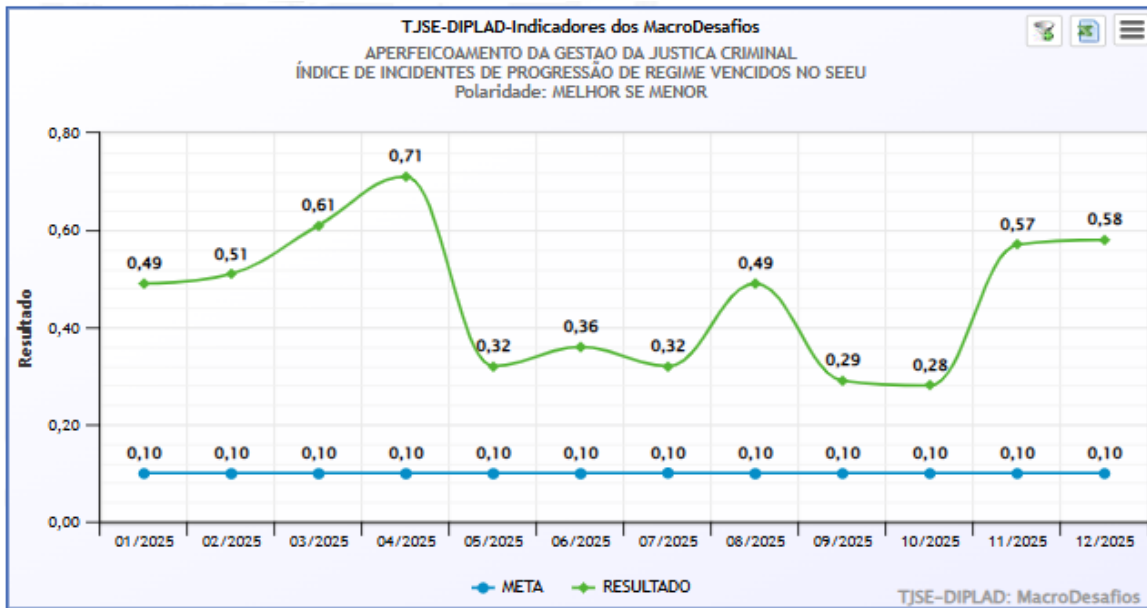


## ÍNDICE DE INCIDENTES DE PROGRESSÃO DE REGIME VENCIDOS NO SEEU

**O que mede** Indica a proporção entre a soma de incidentes de progressão de regime vencidos no SEEU e a soma do número de processos ativos na respectiva unidade. a pontuação será integralmente conferida aos tribunais que tiverem até 0,1% de incidentes de progressão vencidos.

**Como medir** Divisão entre a soma de incidentes de progressão de regime vencidos no SEEU e a soma do número de processos ativos.

Meta 2025	Resultado 2025	Percentual de alcance	Status
0,10%	0,58%	-380%	Meta não alcançada

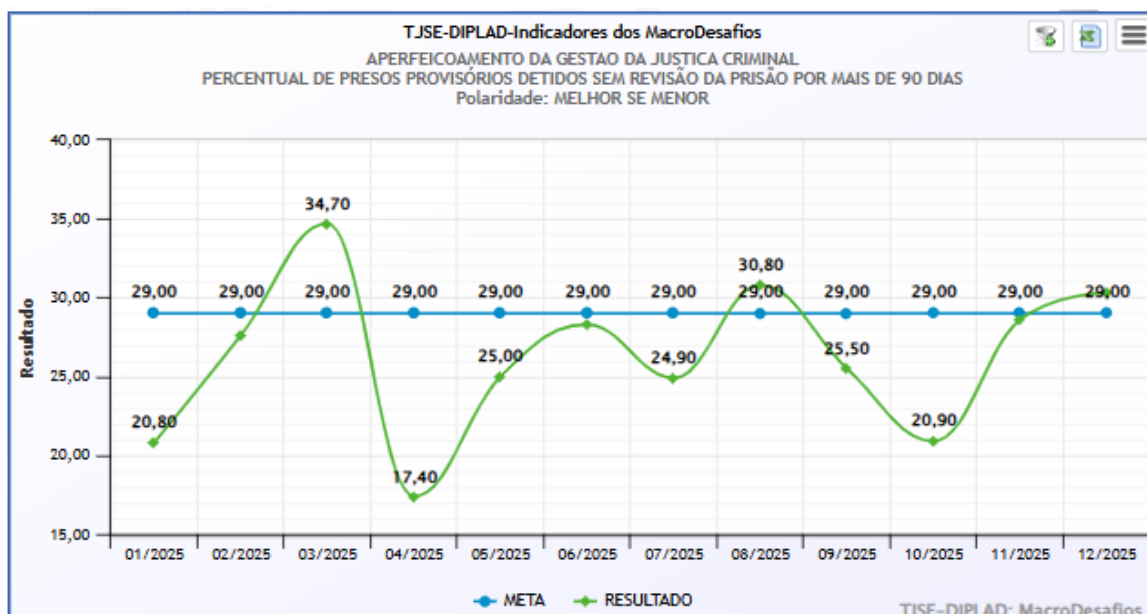


### PERCENTUAL DE PRESOS PROVISÓRIOS DETIDOS SEM REVISÃO DA PRISÃO POR MAIS DE 90 DIAS

**O que mede** Indica a proporção entre a soma de presos provisórios detidos sem revisão da prisão por mais de 90 dias e o total de presos provisórios.

**Como medir** Divisão entre a soma de presos provisórios detidos sem revisão da prisão por mais de 90 dias e o total de presos provisórios.

Meta 2025	Resultado 2025	Percentual de alcance	Status
29%	30,30%	95,52%	Meta não alcançada



**TAXA DE ALIMENTAÇÃO DO BNMP COM O TOTAL DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE**

<b>O que mede</b>	Indica a diferença em termos percentuais entre o número de pessoas privadas de liberdade apuradas a partir do BNMP e o número de pessoas privadas de liberdade, segundo dados das Secretarias Estaduais de Administração Penitenciária ou Secretarias Estaduais de Justiça, e enviados aos GMFS. A diferença deve estar entre -3% e +3%.		
<b>Como medir</b>	A divisão entre o número de pessoas privadas de liberdade apuradas a partir do BNMP pelo número de pessoas privadas de liberdade, segundo dados das Secretarias Estaduais de Administração Penitenciária ou Secretarias Estaduais de Justiça, e enviados aos GMFS.		
<b>Meta 2025</b>	<b>Resultado 2025</b>	<b>Percentual de alcance</b>	<b>Status</b>
3,00%	-	-	O Painel do CNJ está suspenso desde 08/2024

**PROGRAMAS E PROJETOS RELACIONADOS**

No ano de 2025 não houve programas ou projetos planejados ou executados no âmbito do Macrodesafio de Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal.

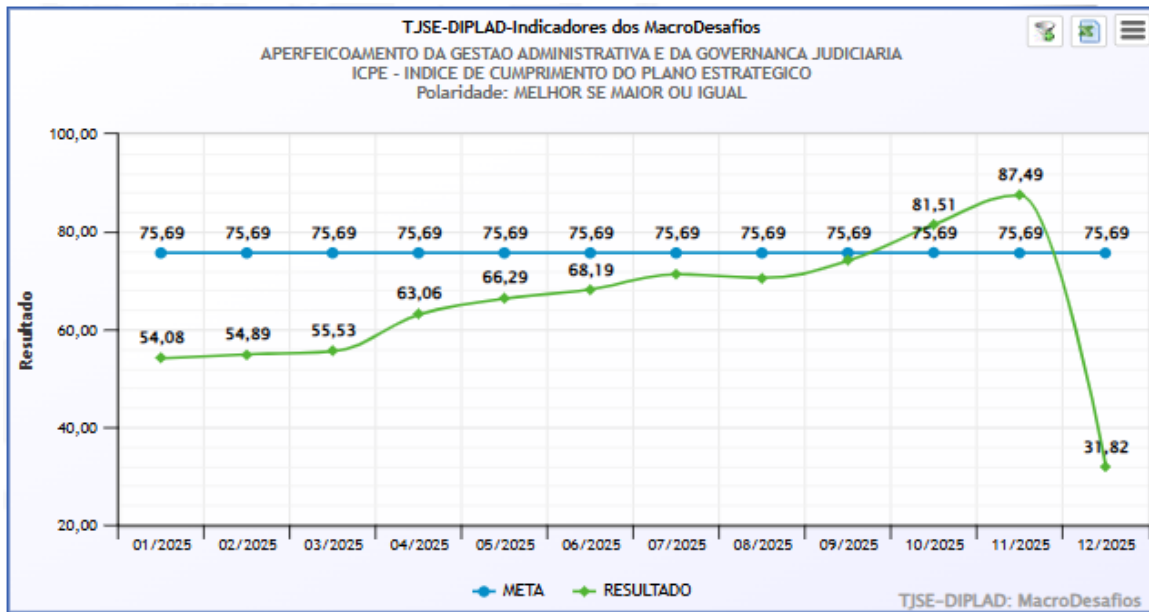
## MACRODESAFIO APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

Formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias de cada segmento de justiça do Poder Judiciário, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos do Poder Judiciário, magistrados, servidores, pela sociedade e pelos atores do sistema de justiça. Visa à eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão.

### INDICADORES RELACIONADOS

#### ICPE - ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO

<b>O que mede</b>	Avalia o percentual de cumprimento do plano definido para 2021-2026, desdobrado em indicadores de desempenho e projetos estratégicos, refletindo o compromisso institucional com a estratégia.		
<b>Como medir</b>	Conforme fórmula constante no Glossário dos indicadores estratégicos do CNJ ( <a href="https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf">https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf</a> )		
Meta 2025	Resultado 2025	Percentual de alcance	Status
75,69%	31,82%	42,04%	Meta não alcançada

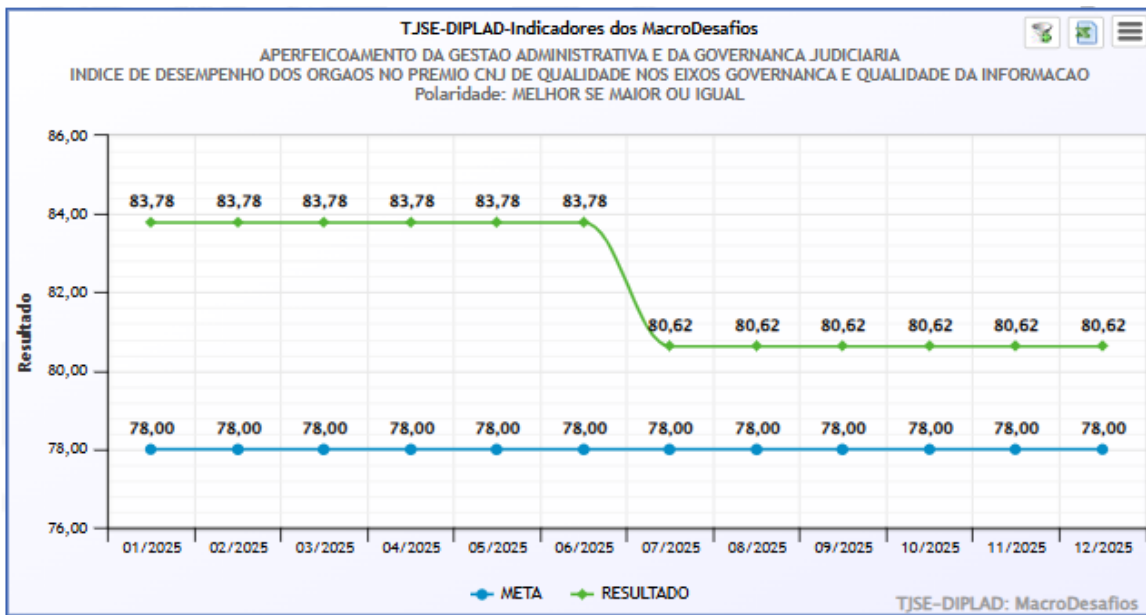


### ÍNDICE DE DESEMPENHO DOS ÓRGÃOS NO PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE NOS EIXOS GOVERNANÇA E QUALIDADE DA INFORMAÇÃO

**O que mede** Percentual da pontuação alcançada nos eixos “Governança” e “Dados e Tecnologia” (correspondente ao antigo “Qualidade da informação”), conforme regulamento em vigor do Prêmio CNJ de Qualidade, em relação a pontuação total desses eixos

**Como medir** Conforme fórmula constante no Glossário dos indicadores estratégicos do CNJ (<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf>)

Meta 2025	Resultado 2025	Percentual de alcance	Status
78,00%	80,62%	103,36%	Meta alcançada



PROGRAMAS E PROJETOS RELACIONADOS

Programa	Descrição
<b>Programa Governança e Gestão</b>	O Programa visa integrar as ações de Governança e Gestão. Composto pelos projetos: Aquisição de novas Obras Jurídicas - Livros; Assinatura da Biblioteca digital proview; Assinatura da manutenção do sistema BIB; Assinatura do DOE - Diário Oficial do Estado de Sergipe; Coordenar informações para o Ranking da Transparência do CNJ; Descarte de Obras Jurídicas; Elaborar e implantar o Programa de Integridade do TJSE; Firmar Acordo de Cooperação Técnica com a Controladoria-Geral da União; Implantar Plano Anual de Contratações; Painel Unificado do Prêmio CNJ de Qualidade.
<b>Responsável</b>	Biblioteca Central (BICEN), Núcleo de Governança, Riscos e Compliance (NUGOVRISCOM) e Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento (DIPLAD)
<b>Status</b>	Permanente

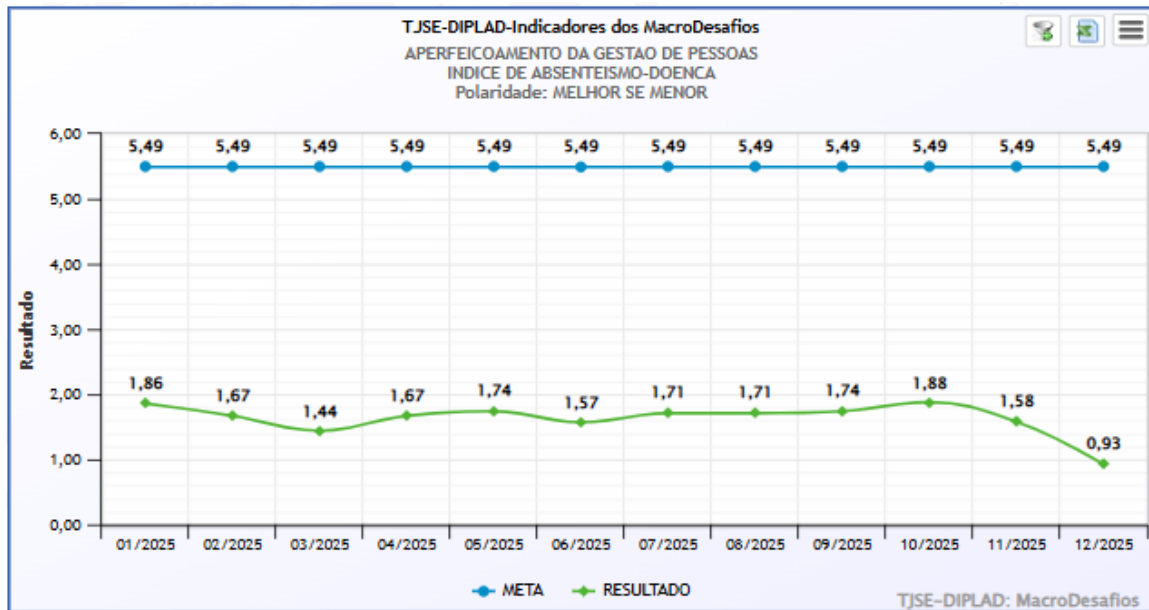
## MACRODESAFIO APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

Refere-se ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição. Contempla ações relacionadas à valorização dos servidores; à humanização nas relações de trabalho; à promoção da saúde; ao aprimoramento contínuo das condições de trabalho; à qualidade de vida no trabalho; ao desenvolvimento de competências, de talentos, do trabalho criativo e da inovação; e à adequada distribuição da força de trabalho.

### INDICADORES RELACIONADOS

#### ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO-DOENÇA

<b>O que mede</b>	Mede o percentual de ausências de magistrados e servidores (requisitados ou não) ao trabalho por motivo de doença própria.		
<b>Como medir</b>	Conforme fórmula constante no Glossário dos indicadores estratégicos do CNJ ( <a href="https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf">https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf</a> )		
Meta 2025	Resultado 2025	Percentual de alcance	Status
5,49%	0,93%	183,06%	Meta alcançada

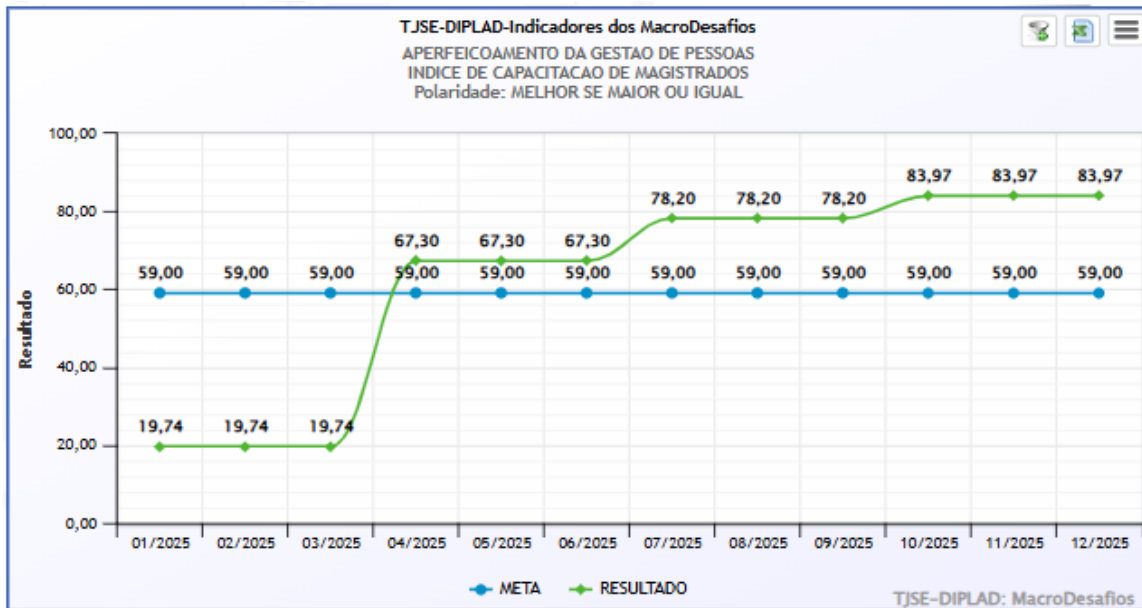


## ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO DE MAGISTRADOS

**O que mede** Percentual de magistrados capacitados (participantes que concluíram, ao menos, um curso de capacitação) em relação ao total de magistrados

**Como medir** Conforme fórmula constante no Glossário dos indicadores estratégicos do CNJ (<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf>)

Meta 2025	Resultado 2025	Percentual de alcance	Status
59,00%	83,97%	142,32%	Meta alcançada

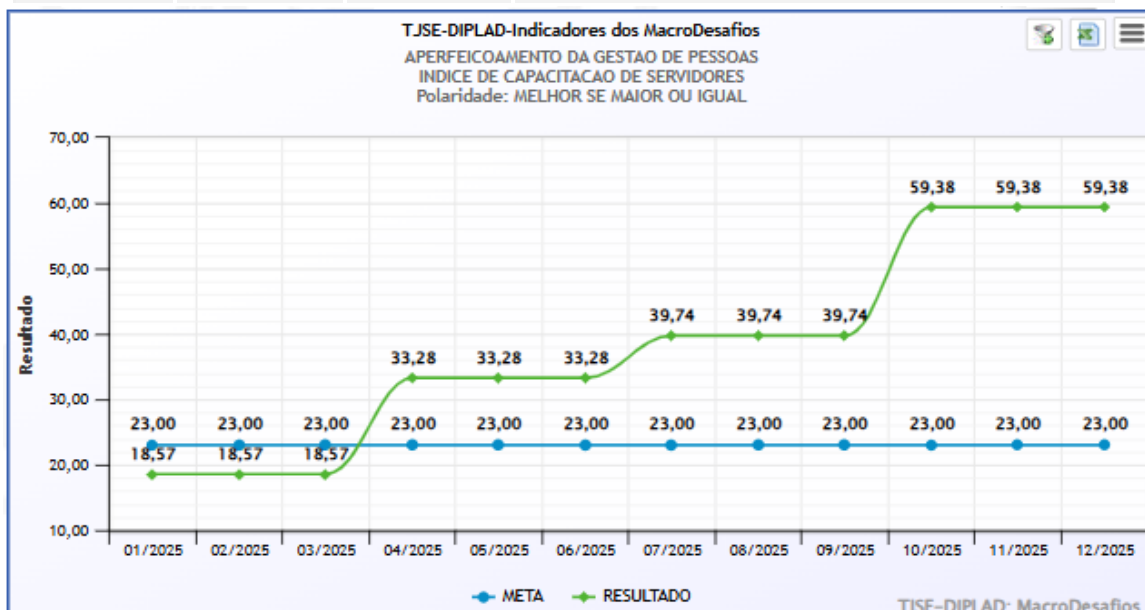


## ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

**O que mede** Percentual de capacitados (participantes que concluíram curso de capacitação) em relação ao total de servidores

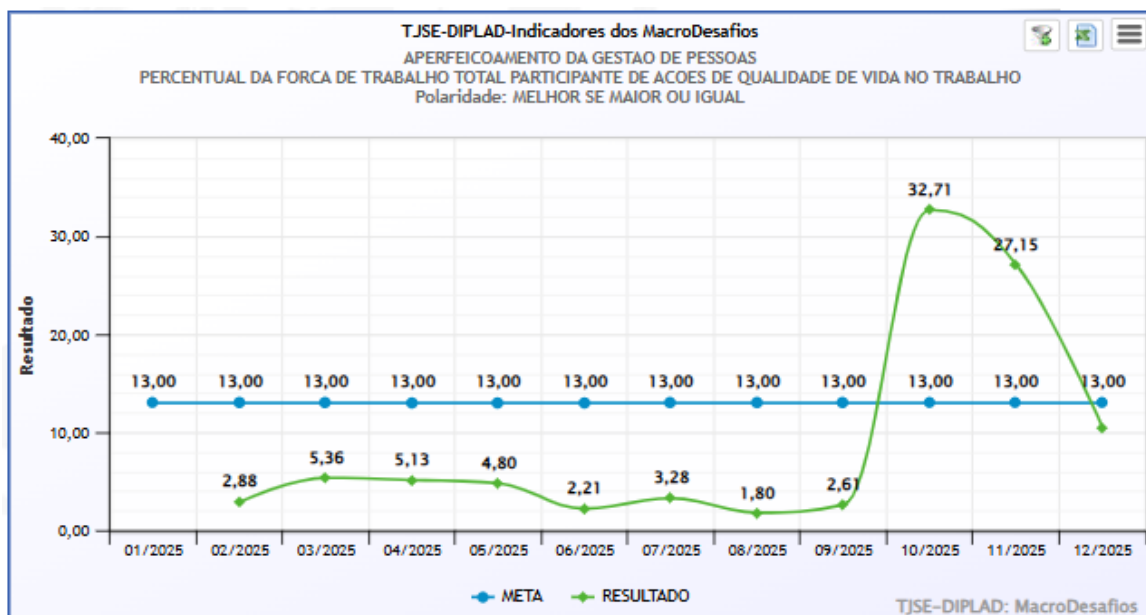
**Como medir** Conforme fórmula constante no Glossário dos indicadores estratégicos do CNJ (<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf>)

Meta 2025	Resultado 2025	Percentual de alcance	Status
23,00%	59,38%	258,17%	Meta alcançada



### PERCENTUAL DA FORÇA DE TRABALHO TOTAL PARTICIPANTE DE AÇÕES DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

<b>O que mede</b>	Percentual da força de trabalho total participante de ações de qualidade de vida no trabalho.		
<b>Como medir</b>	Conforme fórmula constante no Glossário dos indicadores estratégicos do CNJ ( <a href="https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf">https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf</a> )		
Meta 2025	Resultado 2025	Percentual de alcance	Status
13,00%	10,46%	80,46%	Meta não alcançada

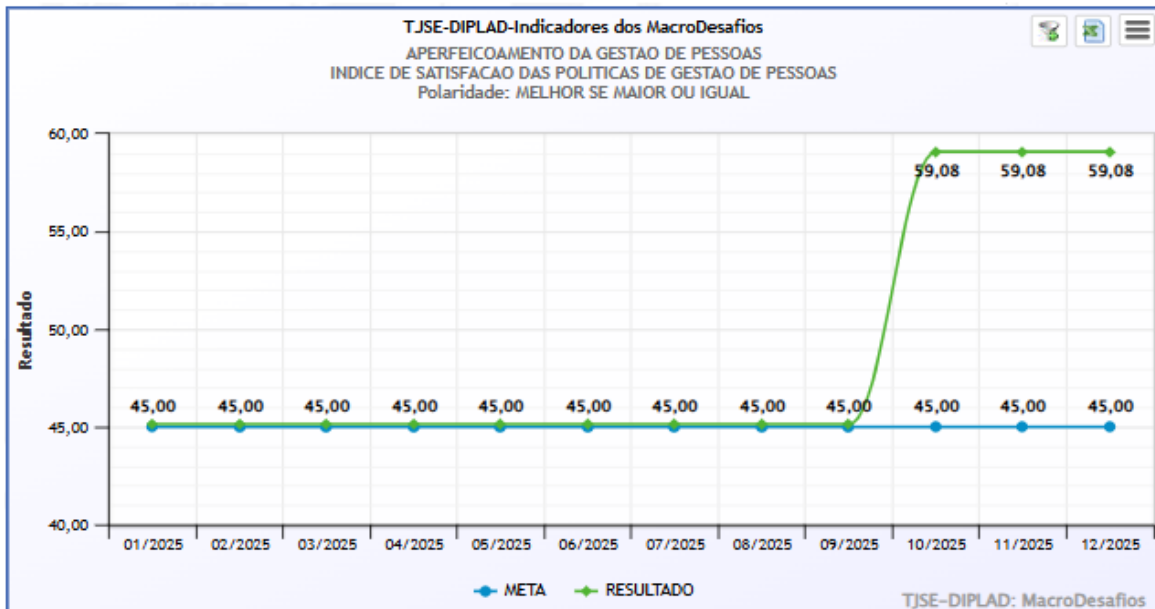


### ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DAS POLÍTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS

<b>O que mede</b>	Mede a satisfação com a política de gestão de pessoas.		
<b>Como medir</b>	Com base nos resultados da Pesquisa de Clima Organizacional da Diretoria de Gestão de Pessoas.		
Meta	Resultado	Percentual	Status

## RESULTADOS DOS MACRODESAFIOS

2025	2025	de alcance	
45,00%	59,08%	131,29%	Meta alcançada



## PROGRAMAS E PROJETOS RELACIONADOS

Programa	Descrição
<b>Programa Justiça com saúde</b>	O objetivo geral do Programa é promover o uso de ferramentas psicossociais de grupo aos servidores e magistrados, adoecidos ou não, com o intuito de criar para eles, espaço para reflexão e edificação de comportamentos construtivos para uma vida positiva, proporcionando uma maior integração do indivíduo com o seu ambiente de trabalho. Composto pelos projetos: Conhecendo o Centro Médico; Cuidar TJSE: Mapeamento e Diagnóstico das demandas; Ergonomia em Ação; Estamos Juntos; Mente Aberta: Apoio e Bem-Estar no Trabalho; Mentes Diversas: Conscientização sobre Neurodivergências; Teleatendimento em Saúde; TJSE na Campanha “Meses Coloridos”; Implementar o Programa MEXA-SE*.
<b>Responsável</b>	Centro Médico e Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEPE)*
<b>Status</b>	Permanente

<b>Programa Governança e Gestão</b>	O Programa visa integrar as ações de Governança e Gestão. Composto pelo projeto: Reestruturar as atividades NUGOVRISCOM.
<b>Responsável</b>	Núcleo de Governança, Riscos e Compliance (NUGOVRISCOM)
<b>Status</b>	Permanente
<b>Programa Valorizando Pessoas</b>	O Programa em valorizar, capacitar e promover o desenvolvimento humano e profissional dos servidores. Composto pelos projetos: Aprimoramento do Portal do Servidor/Magistrado; Atualizar e aperfeiçoar o Banco de Interessados em Substituição e Mudança de Lotação; Capacitar para fortalecimento do NUGOVRISCOM; Desenvolver Saúde Ocupacional (PCMSO); Disponibilizar consulta dos contracheques no novo aplicativo do TJSE; Gestão com Empatia; Reativar e repaginar o Servidor.Info; Reativar, repaginar e expandir o Clube de Descontos MAIS TJSE.
<b>Responsável</b>	DIGEPE, CEMDE, NUGOVRISCOM,
<b>Status</b>	Permanente

**PROGRAMA JUSTIÇA COM SAÚDE**

O programa propõe uma abordagem inovadora, visando conduzir uma intervenção biopsicossocial em grupo. Seu objetivo é promover uma reflexão profunda sobre os padrões de interação estabelecidos entre os indivíduos e seu entorno. Busca-se, assim, fomentar a integração dos participantes, prevenindo possíveis patologias ou mitigando seu impacto, ao mesmo tempo em que se aumenta a satisfação dos indivíduos em relação ao trabalho. Um benefício adicional e importante é a economia para a instituição, decorrente da redução dos custos associados ao adoecimento dos membros, o que é fundamental para o sucesso deste Tribunal de Justiça.

O objetivo geral do programa é promover o uso de ferramentas psicossociais de grupo entre servidores e magistrados, independentemente de estarem ou não enfrentando problemas de

saúde. O foco é criar um espaço que propicie reflexão e desenvolvimento de comportamentos construtivos para uma vida mais plena e positiva, além de promover uma maior harmonia entre o indivíduo e seu ambiente de trabalho. Como resultado deste programa e de seus objetivos, diversos projetos continuaram sendo implementados no TJSE ao longo de 2025.

### PROJETO MEXA-SE



O Programa MEXA-SE tem como objetivo incentivar a prática regular de atividades físicas entre os servidores e magistrados do TJSE, promovendo saúde, bem-estar e integração. Por meio de atividades periódicas, conduzidas por profissionais qualificados, o programa busca melhorar a qualidade de vida dos participantes, oferecendo uma variedade de modalidades e temáticas, tanto de forma presencial (atividades externas) quanto online (com dicas e ginástica laboral). Iniciado no mês de março, já foram promovidas diversas modalidades esportivas, como corrida e caminhada, funcional, beach tênis, luta e defesa pessoal, yoga, crossfit, dança moderna e jogos dos servidores. É uma oportunidade para servidores e magistrados cuidarem da saúde física e mental, com benefícios como a redução da ansiedade, o fortalecimento muscular e a melhora do equilíbrio.

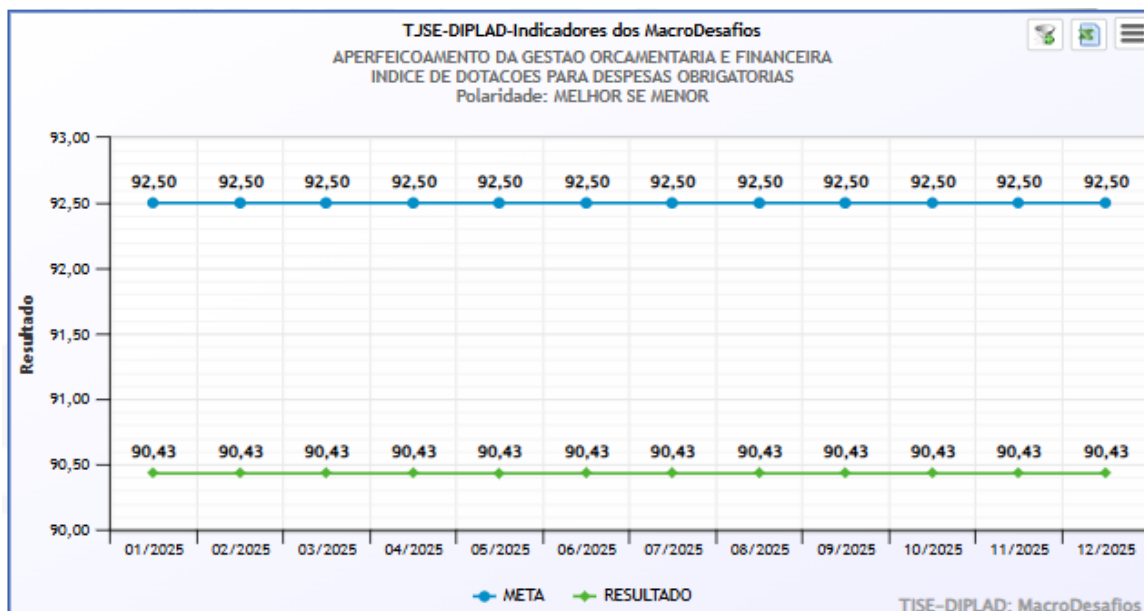
## MACRODESAFIO APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar a alocação dos recursos orçamentários de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos.

### INDICADORES RELACIONADOS

#### ÍNDICE DE DOTAÇÕES PARA DESPESAS OBRIGATÓRIAS

<b>O que mede</b>	Percentual de comprometimento dos recursos aprovados na Lei Orçamentária com as despesas obrigatórias, revelando, por consequência, as restantes disponibilidades para as despesas sobre as quais a administração tem discricionariedade na utilização		
<b>Como medir</b>	Conforme fórmula constante no Glossário dos indicadores estratégicos do CNJ ( <a href="https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf">https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf</a> )		
Meta 2025	Resultado 2025	Percentual de alcance	Status
92,50%	90,43%	102,24%	Meta alcançada

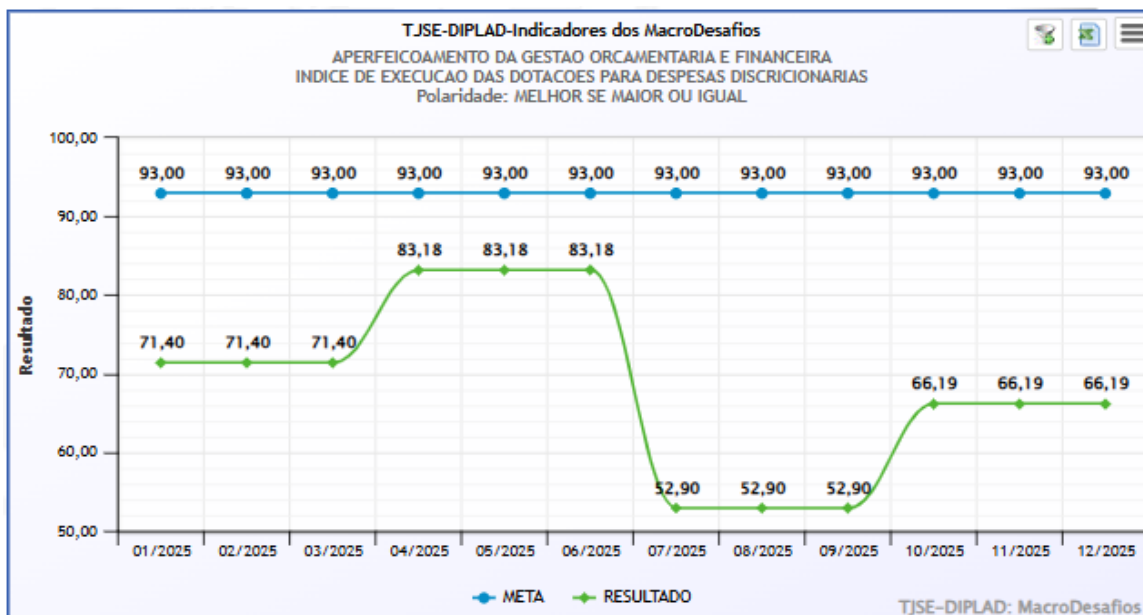


### ÍNDICE DE EXECUÇÃO DAS DOTAÇÕES PARA DESPESAS DISCRICIONÁRIAS

**O que mede** Indica o grau de aproveitamento das dotações aprovadas no orçamento e em créditos adicionais e destinados às despesas discricionárias. O percentual de execução desses recursos no exercício relaciona-se com o grau de acerto da administração nas priorizações feitas pela administração por ocasião da elaboração da proposta orçamentária

**Como medir** Conforme fórmula constante no Glossário dos indicadores estratégicos do CNJ (<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf>)

Meta 2025	Resultado 2025	Percentual de alcance	Status
93,00%	66,19%	71,17%	Meta não alcançada

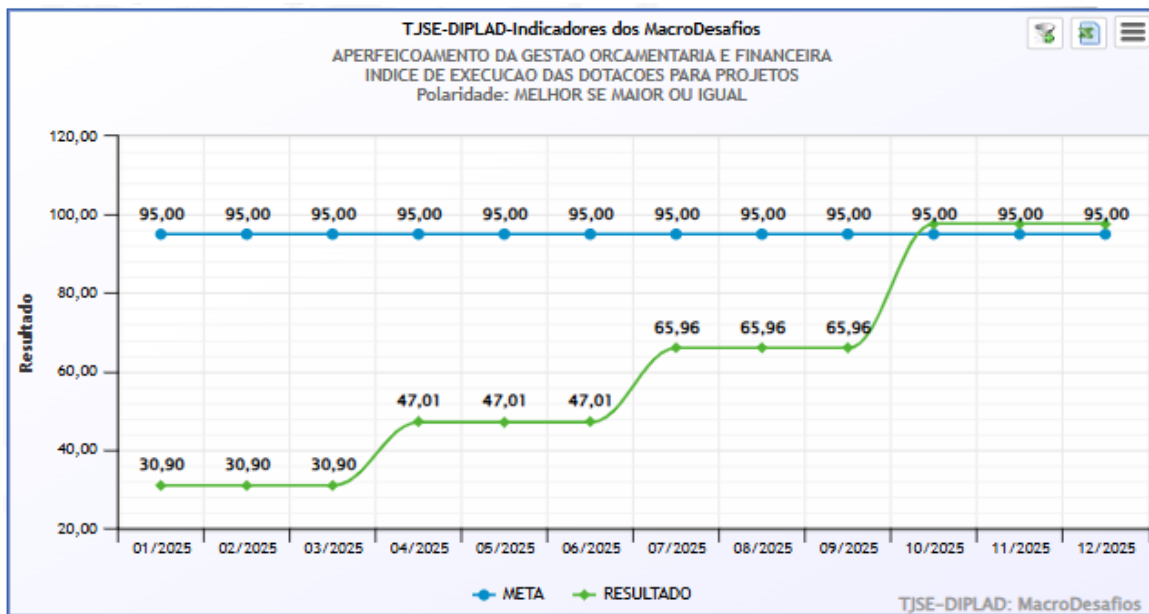


### ÍNDICE DE EXECUÇÃO DAS DOTAÇÕES PARA PROJETOS

**O que mede** Indica o grau de aproveitamento das dotações para as despesas discricionárias, aprovadas no orçamento e em créditos adicionais, classificadas como projetos. O percentual de execução desses recursos no exercício relaciona-se com a capacidade da administração de executar seus investimentos e o acerto nas prioridades

**Como medir** Conforme fórmula constante no Glossário dos indicadores estratégicos do CNJ (<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf>)

Meta 2025	Resultado 2025	Percentual de alcance	Status
95,00%	97,68%	102,82%	Meta alcançada



### ÍNDICE DE DOTAÇÕES PARA DESPESAS OBRIGATÓRIAS (EMPENHADAS)

<b>O que mede</b>	Percentual de comprometimento dos recursos aprovados na Lei Orçamentária com as despesas obrigatórias, revelando, por consequência, as restantes disponibilidades para as despesas sobre as quais a administração tem discricionariedade na utilização
<b>Como medir</b>	Conforme fórmula constante no Glossário dos indicadores estratégicos do CNJ ( <a href="https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf">https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf</a> )

Meta 2025	Resultado 2025	Percentual de alcance	Status
Indicador Removido			

### PROGRAMAS E PROJETOS RELACIONADOS

No ano de 2025 não houve programas ou projetos planejados ou executados no âmbito do Macrodesafio de Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira.

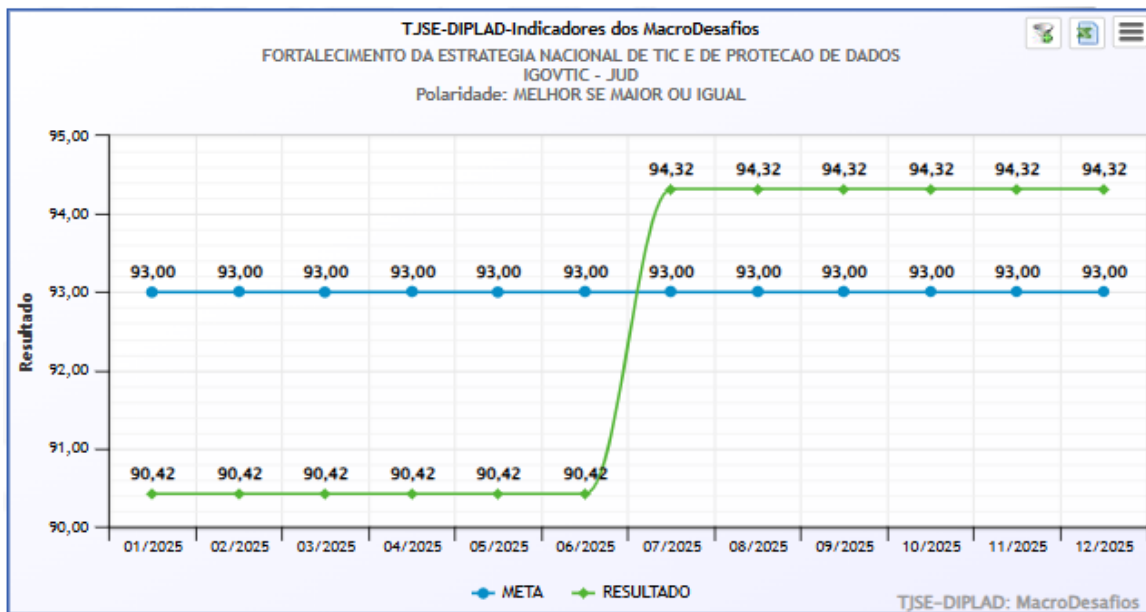
## MACRODESAFIO FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS

Programas, projetos, ações e práticas que visem a melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, buscando garantir integridade, confiabilidade, integração e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais da justiça, por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos e da gestão de privacidade e uso dos dados pessoais.

### INDICADORES RELACIONADOS

#### IGOVTIC - JUD

<b>O que mede</b>	Refere-se a pontuação alcançada na última apuração do IGOVTIC - JUD, publicada pelo Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do CNJ		
Como medir	Conforme fórmula constante no Glossário dos indicadores estratégicos do CNJ ( <a href="https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf">https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/02/glossario-dos-indicadores-de-desempenho-2022-v3-2022-01-28.pdf</a> )		
Meta 2025	Resultado 2025	Percentual de alcance	Status
93,00%	94,32%	101,42%	Meta alcançada

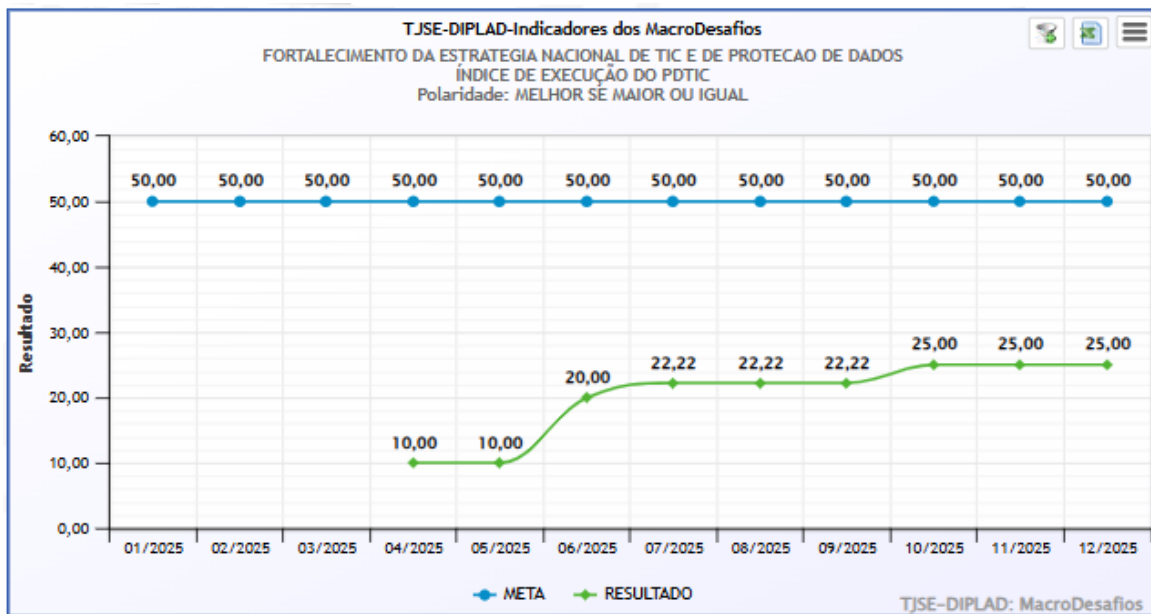


### ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO PDTIC

**O que mede** Mede o progresso e a realização das ações previstas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC). Sendo que o Total de Projetos é a soma dos projetos nos status não iniciados, concluídos e em andamento (nomenclatura utilizada pela CAPLAG).

**Como medir** Índice de execução do PDTIC = (Projetos Concluídos / Total de Projetos) \* 100

Meta 2025	Resultado 2025	Percentual de alcance	Status
50,00%	25,00%	50,00%	Meta não alcançada



### PERCENTUAL DE CASOS ELETRONICOS SOBRE O ACERVO TOTAL

**O que mede** Mede o progresso e a realização das ações previstas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC). Sendo que o Total de Projetos é a soma dos projetos nos status não iniciados, concluídos e em andamento (nomenclatura utilizada pela CAPLAG).

**Como medir** Índice de execução do PDTIC =  $(\text{Projetos Concluídos} / \text{Total de Projetos}) * 100$

Meta 2025	Resultado 2025	Percentual de alcance	Status
Indicador Removido			

### PROGRAMAS E PROJETOS RELACIONADOS

Programa	Descrição
<b>Programa PDTIC Plano de Desenvolvimento de TIC</b>	O Programa visa integrar as ações do Plano de Desenvolvimento de TIC. Composto pelos projetos: Ampliar Conecte-SE; Contratação de Empresa especializada para suporte ao usuário 1º, 2º e 3º nível; Contratação e migração de workloads para Nuvem Híbrida; Customizar Etiquetas para Implantação no 1º Grau; IA: Assistente Jurídico - Módulo de Gabinete; Implantação do Eproc; Implantação de Inteligência Artificial; Implantação de Switches de Acesso; Implementar Níveis de Sigilo; Integrar, via API, o SISBAJUD ao SCPv; Realizar Melhorias no Sistema de Precatórios - Fase 2023-2025; Reformulação das salas de audiência.
<b>Responsável</b>	Secretaria de Tecnologia da Informação

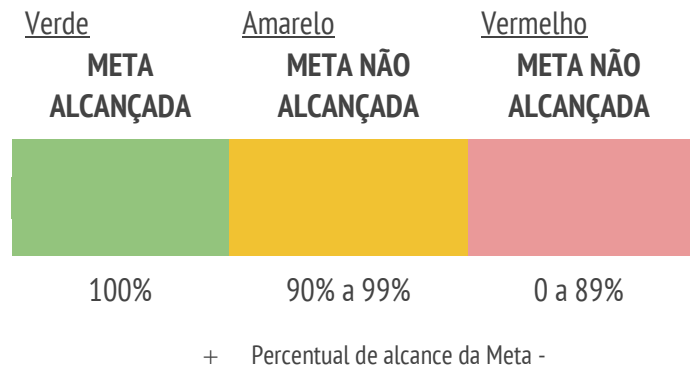
Status

Permanente



# **Diagnóstico Final da Execução da Estratégia**

No critério de acompanhamento dos indicadores dos macrodesafios estabelecidos pelo Comitê Gestor do Planejamento Estratégico, os resultados alcançados são representados por meio de um sistema de cores. Esse sistema, adotado para indicar o percentual de alcance das metas, utiliza três cores distintas, conforme descrito abaixo:



No ano de 2025, o Plano Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe alcançou 64,10% (sessenta e quatro vírgula dez por cento) das metas estabelecidas em relação ao conjunto de indicadores aprovados para o período (excetuando-se os indicadores em revisão - (acesse a tabela); e com resultado pendente - (acesse a tabela)). Dentre os indicadores que não atingiram suas metas, mais de 50% (cinquenta por cento) registraram um desempenho situado entre 90% e 99% dos objetivos esperados. A Figura 3, abaixo, apresenta o desempenho dos Macrodesafios, computados por meio da média dos resultados dos indicadores, e coloridos conforme regra de cores anteriormente descrita.



Figura 3. Mapa Estratégico com o Desempenho parcial dos Macrodesafios

## INDICADORES REMOVIDOS

Sete indicadores permaneceram em construção no exercício de 2025.

MACRODESAFIO	INDICADOR	STATUS
Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal	Tempo Médio de Julgamento em Primeira Instância dos Presos Provisórios	-
	Taxa de Encarceramento	-
	Tempo Médio das Decisões em Execução Penal	-
Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos	Índice de Realização de Audiências do Art. 334 do CPC	-
	Índices de Casos Remetidos para a Câmara de Conciliação/Mediação	-
Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira	Índice de Dotação para Despesas Obrigatórias (Empenhado)	-

Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados	Percentual de casos eletrônicos sobre o acervo total	-
Garantia dos Direitos Fundamentais	Índice do Poder Judiciário de Acesso a Justiça	-

## INDICADORES COM METAS ALCANÇADAS

25 das 39 metas em execução alcançaram o resultado planejado.

MACRODESAFIO	INDICADOR	STATUS
Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	Taxa de Congestionamento das Execuções Fiscais	111,71%
	Tempo de Tramitação dos Processos Pendentes Líquidos	103,81
Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária	Índice de Desempenho dos Órgãos no Prêmio CNJ de Qualidade nos Eixos Governança e Qualidade da Informação	103,36%
Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal	Tempo Médio dos Processos Criminais Pendentes na Fase de Conhecimento	114,55%
Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	Índice de Absenteísmo-Doença	183,06%
	Índice de Capacitação de Servidores	258,17%
	Índice de Capacitação de Magistrados	142,32%
	Índice de Satisfação das Políticas de Gestão de Pessoas	131,29%
Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira	Índice de Dotações para Despesas Obrigatórias	102,24%
	Índice de Execução das Dotações para Projetos	102,82%
Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios	Tempo Médio entre o Trânsito em Julgado ou Sentença de Mérito do Precedente e a Sentença de Aplicação da Tese	147,90%
	Tempo Médio Entre a Afetação/Admissão e a	172,91%

	Publicação do Acórdão de Mérito nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas	
	Tempo Médio entre a Afetação/Admissão e a Publicação do Acórdão de Mérito nos Incidentes de Assunção de Competência	200,00%
Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade Administrativa	Índice de Processos Administrativos Disciplinares Baixados	171,49%
	Tempo Médio dos Processos Pendentes de Improbidade e Corrupção	100,03%
	Índice de Julgamento das Ações de Improbidade Administrativa e das Ações Penais Relacionadas ao Crime Contra a Administração Pública (Meta 4)	126,55%
Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados	IGOV TIC - JUD	101,42%
Fortalecimento da Relação Interinstitucional do Judiciário com a Sociedade	Índice de Transparência	101,84%
Garantia dos Direitos Fundamentais	Inspeções nas Unidades de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto	142,86%
	Inspeções nas Unidades de Atendimento Socioeducativo em Meio Fechado	100,00%
	Meta Nacional - Priorizar o Julgamento dos Processos Relacionados ao Femicídio	116,87%
	Meta Nacional - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente no 2º Grau	100,00%
Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos	Índice de Realização de Audiências nos Cejuscs	103,24%
	Índice de Capacitação de Facilitadores da Justiça Restaurativa	705,00%
Promoção da Sustentabilidade	Índice de Desempenho de Sustentabilidade	114,61%

## INDICADORES COM METAS NÃO ALCANÇADAS

MACRODESAFIO	INDICADOR	STATUS
Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	Taxa de Congestionamento Líquido, Exceto Execuções Fiscais	96,00%
	Índice de Atendimento a Demanda	96,80%
Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal	Percentual de presos provisórios detidos sem revisão da prisão por mais de 90 dias	95,52%
Garantia dos Direitos Fundamentais	Meta Nacional - Priorizar o Julgamento dos Processos Relacionados à Violência Doméstica e Familiar Contra as Mulheres	95,87%
	Meta Nacional - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente no 1º Grau	99,70%
Fortalecimento da Relação Interinstitucional do Judiciário com a Sociedade	Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário	94,25%
Promoção da Sustentabilidade	Índice de Cumprimento do PLS	97,65%
Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária	ICPE - Índice de Cumprimento do Plano Estratégico	42,04%
Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal	Índice de Incidentes de Progressão de Regime Vencidos no SEEU	-380,00
Aperfeiçoamento da Gestão De Pessoas	Percentual da Força de Trabalho Total Participante de Ações de Qualidade de Vida no Trabalho	80,46%
Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira	Índice de Execução das Dotações Para Despesas Discricionárias	71,17%
Enfrentamento à Corrupção e a Improbidade Administrativa	Índice de Prescrição	-44,95%

Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados	Índice de Execução do PDTIC	50,00%
Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos	Índice de Conciliação	89,46%

## INDICADORES COM METAS NÃO APURADAS

MACRODESAFIO	INDICADOR	STATUS
Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal	Taxa de Alimentação do BNMP com o Total de Pessoas Privadas de Liberdade	O Painel do CNJ está suspenso desde 08/2024

## MACRODESAFIO X PERSPECTIVA

A harmonização dos Macrodesafios dentro de cada Perspectiva, delineados no Mapa Estratégico, reflete o desempenho global do Plano Estratégico para o ano de 2025, com base nos seguintes critérios:

<b>Verde</b>	metas alcançadas em todos os indicadores (resultados em 100%)
<b>Amarelo</b>	pelo menos 1 (um) indicador com meta não alcançada (resultado entre 99 e 90%)
<b>Vermelho</b>	pelo menos 1 (um) indicador com meta não alcançada (resultado entre 0 e 89%)

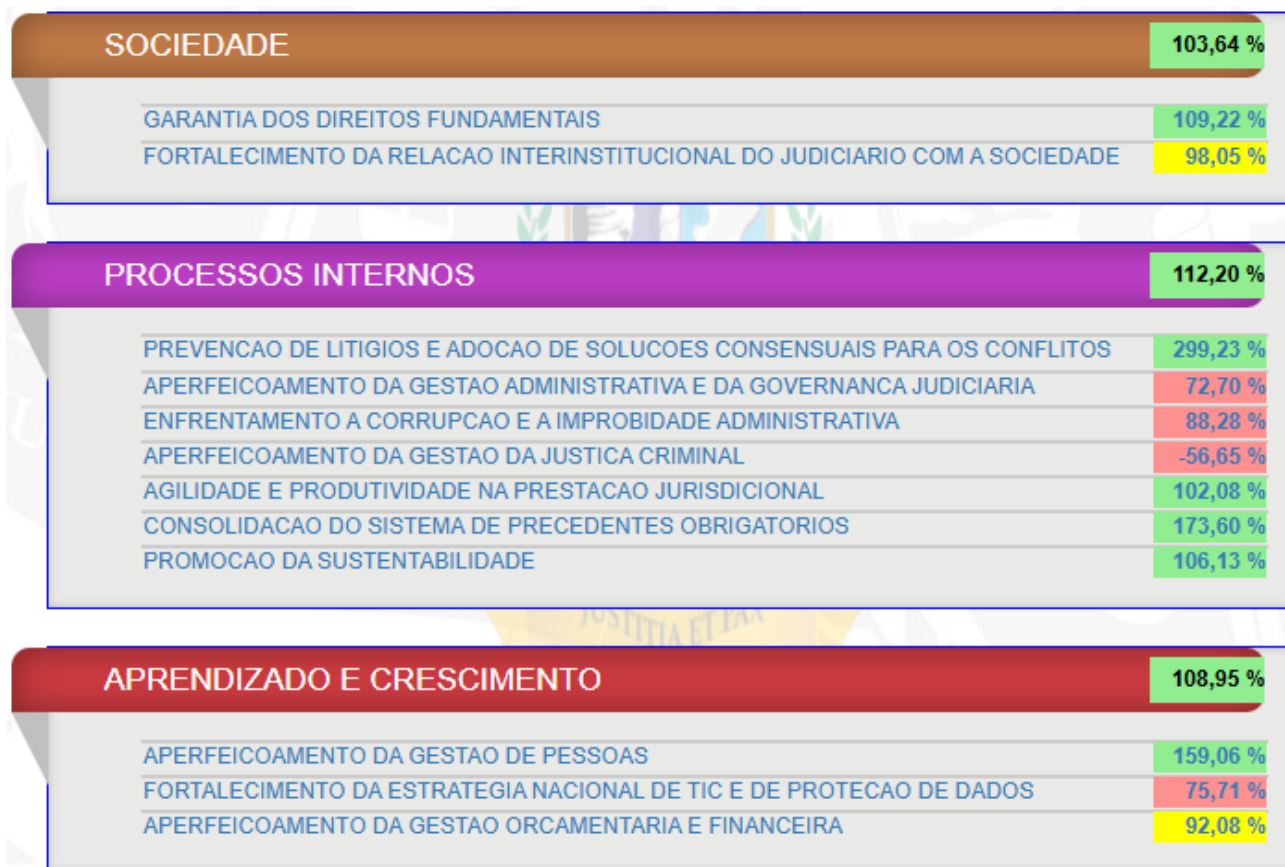
Para determinar o status final de cada macrodesafio (e sua correspondente atribuição de cores), foi calculada a média dos resultados mensais registrados.

É importante ressaltar que o mapa estratégico, que materializa nossa estratégia, é a ferramenta que visualiza as relações de causa e efeito entre os macrodesafios e como eles contribuem para a realização da missão e a consecução da visão, fundamentados nos atributos de valor organizacionais do Poder Judiciário de Sergipe.

Portanto, considerando as particularidades da administração pública, bem como a realidade da Justiça Estadual, foram delineadas 03 (três) perspectivas, adaptadas das 04 (quatro) perspectivas originais do BSC.

<b>SOCIEDADE</b>	Está alocada no topo das perspectivas, considerando-se a premissa de que a administração pública existe para identificar e atender às demandas sociais. Nesse sentido, direciona todas as ações da organização para a satisfação dos jurisdicionados, entendida pelo Poder Judiciário de Sergipe como um aprimoramento da comunicação com o público externo, como a promoção da cidadania, como a efetivação no cumprimento das decisões e como a facilidade de acesso à Justiça.
<b>PROCESSOS INTERNOS</b>	Identifica os procedimentos mais críticos que impactam diretamente na realização dos objetivos da perspectiva sociedade, visando à melhoria contínua e a excelência na entrega da prestação jurisdicional.
<b>APRENDIZADO E CRESCIMENTO</b>	No âmbito do Poder Judiciário de Sergipe, representa a base para concretizar os demais objetivos das perspectivas anteriores e, conseqüentemente, tornar possível a realização da missão institucional. Preconiza os esforços com planejamento e a missão estratégica, de modo maximizar o aproveitamento dos recursos disponíveis, além de concentrar a informação e produção do conhecimento, que é uma fonte de inovação e de criação de valor para toda a organização.

A Figura 4 abaixo oferece uma visão detalhada do desempenho por perspectiva, destacando a média dos resultados alcançados em cada Macrodesafio, proporcionando uma compreensão mais abrangente do progresso em direção aos objetivos estratégicos em todas as áreas-chave do plano.



**Figura 4.** Resultado da Execução da Estratégia por Perspectivas e Macrodesafio

# Considerações

## Finais

O presente Relatório Anual de Gestão do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe – TJSE consolida a análise do desempenho institucional no período avaliado, permitindo examinar os resultados alcançados sob a perspectiva da geração de valor público e do fortalecimento da cadeia de valor estratégica. A avaliação evidencia avanços metodológicos, ao lado de desafios estruturais que contribuíram para o amadurecimento da governança institucional.

Ao longo do ciclo estratégico (2020 – 2026), verificaram-se dificuldades na execução de parte das ações e projetos inicialmente previstos, especialmente quanto à delimitação adequada de escopo, à priorização estratégica e à compatibilização entre as metas estabelecidas e a capacidade operacional das unidades. Tais situações evidenciaram a necessidade de maior rigor técnico na fase de planejamento, com definição mais precisa das entregas esperadas, das responsabilidades institucionais e dos critérios de mensuração dos resultados.

Observou-se, ainda, que parte dos indicadores estratégicos vinculados aos macrodesafios institucionais encontrava-se em processo de revisão no período analisado, seja em razão de fragilidades metodológicas identificadas, seja por deliberações decorrentes de alterações promovidas pelo Conselho Nacional de Justiça, seja ainda por adequações internas aprovadas nas Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs).

A síntese dessas situações encontra-se sistematizada no quadro a seguir, que apresenta os principais desafios e limitações observados ao longo do ciclo estratégico.

Quadro 1– Indicadores Estratégicos em Processo de Revisão

<b>Macrodesafio</b>	<b>Indicador</b>	<b>Situação/Encaminhamento</b>
Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal	Tempo Médio das Decisões em Execução Penal	Substituído após revisão metodológica e deliberação em RAE
Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal	Tempo Médio de Julgamento dos Presos Provisórios	Substituído após revisão metodológica
Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal	Taxa de Encarceramento	Revisado com proposição de novos indicadores para adaptar-se ao cenário local
Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira	Índice de Dotações para Despesas Obrigatórias local	Exclusão do indicador local em razão de atendimento pelo IDob do CNJ
Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e Proteção de Dados	Percentual de Casos Eletrônicos	Excluído após atingimento integral da meta
Garantia dos Direitos Fundamentais	Índice do Poder Judiciário de Acesso à Justiça	Sem atualização pelo CNJ; novos indicadores incluídos
Prevenção de Litígios e Soluções Consensuais	Índice de Casos Remetidos à Conciliação	Exclusão por decisão do CNJ
Prevenção de Litígios e Soluções Consensuais	Índice de Audiências do art. 334 do CPC	Exclusão por decisão do CNJ

A reavaliação de metas e indicadores durante o exercício mostrou-se medida necessária e alinhada às boas práticas de gestão estratégica. Os ajustes promovidos buscaram assegurar maior aderência à realidade institucional e às diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, preservando a coerência entre planejamento e execução. Nesse contexto, o alinhamento, sempre que possível, entre metas institucionais e os critérios do Prêmio CNJ de Qualidade revelou-se instrumento relevante de priorização e indução de melhorias na execução estratégica.

A adoção de metodologia mais estruturada de alinhamento ao Plano de Gestão representou avanço institucional na execução orçamentária dos projetos planejados. Todavia, sob a perspectiva de maturidade organizacional, verificou-se que o aprimoramento metodológico ainda não se refletiu de forma homogênea na prática gerencial das unidades. Persistem dificuldades na identificação objetiva

de quais iniciativas configuram, de fato, projetos estratégicos vinculados ao Planejamento Estratégico, distinguindo-os de ações meramente operacionais ou rotineiras.

Essa lacuna conceitual e metodológica impacta diretamente a priorização institucional, a adequada alocação de recursos e o monitoramento sistemático das entregas estratégicas, comprometendo a efetividade do modelo de governança. Ademais, constatou-se que determinados macrodesafios enfrentaram limitações adicionais, seja pela insuficiência de projetos estruturantes capazes de produzir efeitos sistêmicos, seja pela definição de indicadores e metas com baixa aderência ao glossário estratégico, o que fragiliza a mensuração de desempenho e dificulta a avaliação do real impacto das iniciativas na geração de valor público.

No que se refere à gestão dos projetos e ações, evidencia-se a necessidade de ampliar iniciativas de capacitação e nivelamento metodológico, especialmente quanto à distinção entre ações operacionais e projetos estratégicos, à correta vinculação aos macrodesafios e à utilização adequada de indicadores. O fortalecimento dessas competências constitui elemento essencial para a elevação do grau de maturidade organizacional e para a consolidação de uma cultura de gestão por resultados.

No tocante à governança do acompanhamento, verificou-se que a frequência das reuniões estratégicas ao final do ciclo se mostrou inferior à inicialmente idealizada, sobretudo em razão de limitações decorrentes das agendas institucionais e da multiplicidade de demandas administrativas. Embora a literatura sobre gestão pública contemporânea indique que a efetividade do monitoramento esteja mais associada à qualidade das deliberações e à clareza na responsabilização do que exclusivamente à periodicidade dos encontros, reconhece-se que maior regularidade poderia ter favorecido alinhamentos mais tempestivos e aprimoramentos incrementais no processo de monitoramento. Ainda assim, foram preservados mecanismos formais de controle e registro das informações estratégicas, mitigando possíveis impactos sobre a execução do Plano.

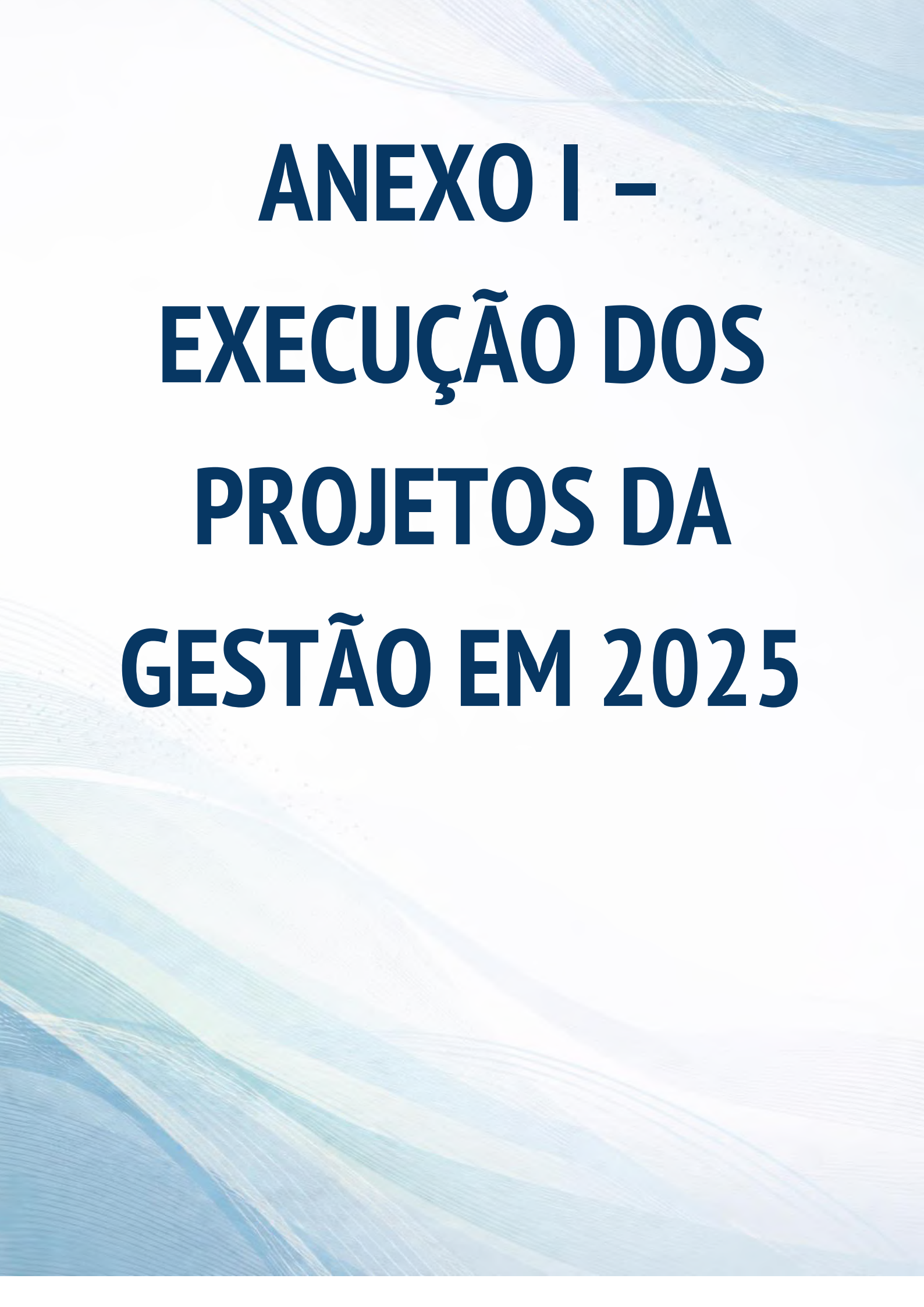
Destaca-se, ainda, a importância de institucionalização dos entendimentos técnicos e metodológicos relacionados aos macrodesafios, de modo a assegurar continuidade estratégica independentemente de eventuais alterações de gestão. A consolidação de critérios objetivos, registros formais e parâmetros técnicos reduz a influência de interpretações individuais e fortalece a estabilidade do Planejamento Estratégico ao longo do ciclo. O quadro abaixo mapeia as principais dificuldades enfrentadas ao longo do ciclo.

Quadro 2 – Desafios e limitações enfrentadas ao longo do ciclo estratégico

Categoria	Problema/ Desafio Identificado	Descrição
Metodologia de Planejamento Estratégico	Vinculação obrigatória dos projetos estratégicos ao plano de gestão	Observou-se que diversas iniciativas estratégicas relevantes para o enfrentamento dos desafios institucionais não implicam necessariamente em impacto orçamentário. Como consequência, tais iniciativas nem sempre são discutidas ou priorizadas no plano de gestão. Essa vinculação obrigatória limita a criação e execução de projetos estratégicos que geram valor institucional, indicando a necessidade de mecanismos que permitam a formulação de ações estratégicas independentes da programação orçamentária.
Metodologia de Planejamento Estratégico	Iniciativas estratégicas previstas no plano não executadas	Durante a formulação do Plano Estratégico são definidas iniciativas destinadas a orientar a atuação institucional no alcance dos objetivos estratégicos. Contudo, ao longo do ciclo observou-se que parte significativa das ações, projetos e programas executados pelo Judiciário não esteve diretamente vinculada a essas iniciativas previamente definidas. Esse desalinhamento indica fragilidade no acompanhamento das prioridades estratégicas e na manutenção do foco institucional ao longo do ciclo.
Metodologia de Planejamento Estratégico	Ausência de processo estruturado de revisão periódica do plano	Ao longo do ciclo foi identificada a necessidade de ajustes em metas, indicadores e iniciativas estratégicas, especialmente diante de mudanças no ambiente institucional ou no surgimento de novas demandas. Entretanto, percebeu-se a ausência de uma participação eficaz dos gestores nos diagnósticos do plano.
Metodologia de Planejamento Estratégico	Redução da periodicidade das Reuniões de Análise da Estratégia (RAE)	As Reuniões de Análise da Estratégia constituem boa prática de governança estratégica adotada pelo Tribunal, realizadas quadrimestralmente conforme orientações do CNJ. Contudo, no final do ciclo estratégico observou-se redução na frequência dessas reuniões, passando a ocorrer apenas duas vezes ao ano em razão de conflitos de agenda. Essa diminuição comprometeu o acompanhamento tempestivo dos resultados e dificultou a discussão contínua sobre o desempenho estratégico.
Governança Estratégica	Baixo engajamento de gestores de macrodesafios no início de novos ciclos de gestão	O Tribunal adota a figura do gestor de macrodesafio, responsável por impulsionar a execução do plano estratégico no âmbito de cada temática prioritária. Como a gestão desses macrodesafios é alterada a cada dois anos, acompanhando a mudança da administração do Tribunal, observou-se no ciclo atual menor engajamento inicial de novos gestores, sobretudo em razão do desconhecimento do processo de gestão estratégica e de sua relevância institucional. Esse cenário evidencia a necessidade de ações sistemáticas de capacitação e acompanhamento dos gestores ao longo do ciclo.
Desdobramento da Estratégia	Fragilidade no desdobramento de alguns objetivos estratégicos	Durante o ciclo verificou-se a inexistência de ações estruturadas voltadas ao enfrentamento do macrodesafio relacionado à Gestão Orçamentária. Tal situação sugere fragilidade no processo de desdobramento desse objetivo

		estratégico em iniciativas concretas, bem como possíveis limitações em sua formulação ou priorização institucional.
DESDOBRAMENTO DA ESTRATÉGIA	Priorização influenciada por agendas externas sem adequada adaptação institucional	Ao longo do ciclo, algumas iniciativas estratégicas foram reorientadas para atender prioridades nacionais, especialmente aquelas associadas a premiações e programas institucionais, como o Prêmio CNJ de Qualidade. Embora tais iniciativas sejam relevantes, observou-se que sua incorporação nem sempre foi acompanhada da devida adequação à realidade local, o que ocasionou dificuldades no monitoramento de indicadores e, em alguns casos, ausência de dados para avaliação adequada dos resultados.
Revisão Estratégica do Ciclo	Baixo impacto das discussões estratégicas intermediárias na execução do plano	No terceiro ano do ciclo foram realizadas reuniões preparatórias para o Encontro Anual do Planejamento Estratégico, reunindo gestores responsáveis por diferentes objetivos estratégicos. Essas discussões permitiram identificar lacunas persistentes e desafios específicos em cada macrodesafio. Contudo, embora tenham contribuído para o diagnóstico institucional, as ações propostas nessas reuniões não se refletiram necessariamente em mudanças efetivas na execução do plano estratégico.

As lições apreendidas indicam a necessidade de aprimorar a etapa de planejamento inicial, fortalecer a seleção e validação de projetos verdadeiramente estratégicos, assegurar aderência conceitual entre indicadores e metas, ampliar o nivelamento metodológico das equipes e consolidar práticas de monitoramento orientadas à geração efetiva de valor público. O avanço institucional dependerá da consolidação dessas práticas como política permanente de gestão, garantindo coerência, continuidade e efetividade à Estratégia organizacional.



**ANEXO I –  
EXECUÇÃO DOS  
PROJETOS DA  
GESTÃO EM 2025**

**ANEXO I - EXECUÇÃO DOS PROJETOS DA GESTÃO EM 2025**

<b>NÍVEL 1</b>	<b>PROJETO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
BICEN	Assinatura da Biblioteca Digital Proview	Acesso à plataforma digital de livros jurídicos eletronicamente
BICEN	Descarte de obras jurídicas	Descartar obras jurídicas - livros / doutrina
BICEN	Assinatura do doe - diário oficial do estado online	Diário Oficial do Estado online
CIJ	Capacitação e Disseminação do ECA	Curso para Pretendentes à Adoção; Palestras nas Escolas; Capacitação para monitores do Projeto Ser Cidadão; Capacitação para servidores e magistrados do TJ; Capacitação para Rede de Proteção da Criança e do Adolescente.
COODMULH	Fórum Diálogo e Ação	Implantação do Fórum Sergipano de Combate à Violência Doméstica contra as Mulheres - Fovid, , visando ampla participação de toda a comunidade jurídica especializada na matéria.
GABSECR-CHPRES	A Gente do TJSE	Selecionar magistrados e servidores para publicação no Instagram de trajetória profissional do TJSE.
GABSECR-CHPRES	In Memoriam	Quadro de entrevista com servidores e magistrados sobre personalidades jurídicas que passaram pelo Judiciário sergipano com destaque.
MEPOJUD	Organizar a reserva técnica	Os museus garantirão a conservação e a segurança de seus acervos, zelando pela proteção e a integridade dos bens culturais sob sua guarda, bem como dos usuários, dos respectivos funcionários e das instalações.
NUGOVRISCOM	Coordenar informações para o Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP - 2025)	Coordenação das unidades para adequação do Portal da Transparência deste Tribunal às exigências do Programa Nacional de Transparência Pública do Poder Judiciário.
NUGOVRISCOM	Coordenar informações para o Ranking da Transparência do CNJ	O Ranking possui apontamentos em 2024 que carecem ser enfrentados e solucionados para o ano de 2025
NUPEJURE	Multiplicando a Paz nas Escolas (Capacitar educadores para a promoção da cultura de paz nas escolas)	O objetivo principal é capacitar profissionais da rede estadual de educação em práticas restaurativas para serem multiplicadores da educação para a paz nas escolas;
NUPEMEC	Divulgar os serviços do Cejusc na Comunidade	Promover ações que contribuam para a disseminação da conciliação/mediação e orientação das comunidades sobre os serviços oferecidos pelo Cejusc, particularmente a conciliação e mediação
NUPEMEC	Fortalecer o Cejusc Pessoa Idosa	Divulgar e estimular o uso da mediação e conciliação de conflitos para a população idosa, proporcionando espaço qualificado e acolhedor
NUPEMEC	Expandir as ações de "Escolas no Fórum" (Projeto Escolas no Fórum)	Contribuir para uma formação cidadã, pautada na garantia do direito de acesso à justiça e escolha dos métodos adequados para a solução dos conflitos
NUPEMEC	Promover o Cejusc de Forma Itinerante (Projeto Cejusc Itinerante)	Promover mediações e conciliações nas comunidades de modo itinerante, garantindo à população o direito de acesso à justiça.
NUPEMEC	Entender que meu dinheiro tem valor (Projeto Meu Dinheiro tem Valor)	Proporcionar conhecimentos básicos sobre educação financeira para a promoção do consumo consciente e prevenção ao superendividamento
NUPEMEC	Capacitar de modo contínuo conciliadores e mediadores dos Cejuscs	Contribuir para o aperfeiçoamento e atualização teórica/prática dos conciliadores e mediadores dos Cejuscs.

NUPEMEC	Formar conciliadores e mediadores judiciais	Formar conciliadores e mediadores para a consolidação da política autocompositiva no Poder Judiciário, em consonância com o macrodesafio: prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para o conflito
NUPEMEC	PARE, CONCILIE E SIGA	Formar agentes de trânsito em conciliadores judiciais para que busquem a conciliação nos acidentes de trânsito, com a possibilidade de registro dos acordos, através de aplicativo no smartphone e encaminhamento imediato para homologação judicial.
NUPEMEC	Ser Idoso Esperto (Projeto Idoso Esperto)	Contribuir para a prevenção ao superendividamento de pessoas idosas que fazem uso do crédito oferecido pelo mercado.
SEFINOR	Automatizar o Controle das Retenções de Empresas Terceirizadas	Utilizar o módulo de contratos terceirizados apresentado pela empresa Pólis Informática, uma vez que, esse módulo atende todas as necessidades de controle contratual, especialmente o controle das retenções de provisões de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços, com mão de obra residente nas dependências de unidades jurisdicionadas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em atendimento às Resoluções 169 e 183/2013 do CNJ. Este Poder realiza o controle dessas retenções, através de planilha no Excel, de forma manual e demandando muito tempo de força de trabalho, ocasionando eventuais atrasos no cumprimento dos prazos estabelecido quando da devolução, conforme exigem-se as respectivas resoluções. O ideal é que esse controle seja realizado via sistema com interferência mínima do servidor, para que o processo se torne célere e tornando assim possível atender os prazos estabelecidas.
SEJUD	Instalação no Núcleo de Garantias	O projeto visa promover a efetiva instalação do Núcleo de Garantias, criado pela LC nº 433/25.
SEJUD	Centralizar a expedição de ofício de precatórios	Centralizar a expedição de minutas de ofício de precatórios na Divisão de Apoio e Recepção do Departamento de Precatório
SEJUD	Coordenar preenchimento e envio dos formulários de inspeção da área judicial	Montar fluxo e dar insumos para que as unidades judiciárias preencham o formulário de inspeção encaminhado pelo Conselho Nacional de Justiça
SEJUD	Implantar as Etiquetas Processuais do 1º Grau	Implantar as etiquetas processuais do 1º Grau em todas as unidades do Estado que permitirá aos servidores e magistrados identificar os processos, organizar suas atividades e movimentar em lote de acordo com as etiquetas
SEJUD	Implantar Projeto Priorização do Orçamento Externo para as Perícias Judiciais	Considerando a disponibilização de orçamento pelo Poder Executivo Estadual para realização de perícias judiciais, torna-se necessária a priorização de utilização desse recurso antes da utilização do orçamento disponibilizado pelo Poder Judiciário, resultando numa maior quantidade de perícias realizadas.
SEJUD	Peticionamento Intercorrente no PSPJ	Implantar o serviço de Peticionamento Intercorrente disponível no Portal de Serviços do Poder Judiciário
SEJUD	Implantar Juizado a Um Clique	Possibilitar as atermação por vídeo, fomentando o uso do balcão virtual e retirando a necessidade da presença física aos fóruns daqueles que assim desejarem.

SEJUD	Juiz de Garantias e Regionalização do Tribunal do Júri - Estudos e Normatização	O projeto visa adequar a legislação Estadual, para a implantação do Juiz de Garantias, conforme disposição do art. 3º-A e seguintes do CPP; e adequar a legislação Estadual, para a implantação da Varas Regionais do Júri, visando uma maior efetividade da justiça e a celeridade na tramitação dos processos
SEJUD	Fala + Fácil Mulher	Pretende-se com esse projeto melhorar a comunicação do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe com as mulheres em situação de violência doméstica, para que as medidas protetivas possam ser mais compreendidas e cumpridas.
SEJUD	Fala + Fácil Menor	Este projeto tem como objetivo tornar a comunicação do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe mais clara, acolhedora e acessível para adolescentes que participam de processos judiciais, seja como vítimas, seja como envolvidos na apuração de atos infracionais. A iniciativa busca garantir que todos compreendam melhor seus direitos, deveres e o andamento dos procedimentos, fortalecendo a proteção, o respeito e o acesso à Justiça para o público jovem.
SEJUD	Plantão Vespertino dos Dias Úteis	Centralização do Plantão Vespertino dos dias úteis do Tribunal de Justiça de Sergipe, englobando as alterações normativas como a melhoria do sistema da CEPLAN e alterações de parametrização do portal do advogado e portal criminal.
SEJUD	Ferramenta Solicitações para CGEP	O projeto visa criar ferramenta de encaminhamento de atividades à CGEP pelo juízo de condenação.
SEJUD	Eproc Poço Verde: Padronização da Tramitação Delegada	O projeto consiste na entrega de uma configuração mínima das inúmeras ferramentas disponibilizadas pelo eproc, de tal forma que a tramitação dos processos judiciais de competência delegada na Comarca de Poço Verde necessite da menor intervenção humana possível, como também na transmissão do conhecimento para que a unidade possa incorporar as novas ferramentas de gestão na integralidade dos seus processos de trabalho
SEJUD	Adequar a Sessão de Julgamento Virtual à Resolução 591/CNJ	A Resolução 591 do CNJ definiu os requisitos mínimos para a realização de sessões de julgamento virtuais, sendo necessário implementá-los no TJSE.
SEJUD	Ampliar Conecte-SE	expansão do Projeto Conecte-SE, especialmente quanto às salas compartilhadas e às salas externas, conforme previsão dos art. 5º, §1º e § 2º da Portaria Normativa Nº 22/2022 GP1
SEJUD	Ofício e Redistribuição - PSPJ - Portal de Serviços do Poder Judiciário	O projeto visa integrar o SCPv aos serviços do CNJ - REMESSA DIGITAL-OFÍCIOS e REDISTRIBUIÇÃO.
SEPLAD	Ampliar o número de policiais e colaboradores voltados as atividades de segurança no Palácio da Justiça Tobias Barreto.	Análise dos riscos e vulnerabilidades do Palácio da Justiça Tobias Barreto, de modo a demonstrar a necessidade de ampliação do efetivo policial e demais colaboradores disponíveis para as atividades de segurança.

SEPLAD	Aprimoramento do Portal do Servidor/Magistrado	Este projeto tem como foco a melhoria da comunicação interna e a modernização dos canais digitais utilizados por servidores e magistrados. A iniciativa visa oferecer uma interface mais atrativa, intuitiva e alinhada às diretrizes institucionais, promovendo a acessibilidade e atendendo às demandas atuais de comunicação digital. Entre os objetivos centrais estão a criação de um canal interno eficiente e de fácil acesso, a organização clara de informações relevantes, a correção de links quebrados, a atualização de conteúdos antigos, e a melhoria da usabilidade e navegabilidade do portal.
SEPLAD	Aprimorar o Sistema de Segurança do TJSE	O aprimoramento do sistema de segurança irá tornar os acessos das unidades do Poder Judiciário mais seguros e eficientes.
SEPLAD	Conhecendo o Centro Médico	O projeto tem como objetivo divulgar os serviços de saúde ocupacional, prevenção, acompanhamento médico e apoio psicossocial oferecidos pelo Centro Médico (CEMED) do TJSE. A campanha visa informar servidores e magistrados sobre esses recursos, promovendo maior utilização e contribuindo para a melhoria da saúde no ambiente de trabalho. O projeto inclui ações de comunicação interna, como distribuição de materiais informativos e realização de palestras, com foco na divulgação dos serviços do CEMED e na conscientização dos servidores e magistrados sobre a importância do cuidado integral com a saúde no contexto ocupacional.
SEPLAD	Cuidar TJSE: Mapeamento e Diagnóstico das Demandas	O Projeto “Cuidar TJSE” tem como foco o mapeamento e diagnóstico das demandas de saúde dos servidores do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE). A iniciativa busca compreender os principais desafios enfrentados, especialmente no que se refere à saúde mental e ao impacto das condições de trabalho no bem-estar dos colaboradores. Seu objetivo principal é realizar um diagnóstico detalhado das necessidades psicossociais dos servidores, identificando padrões e propondo ações estratégicas para a promoção da saúde mental e da qualidade de vida no ambiente organizacional. A metodologia utilizada será: Coleta de dados quantitativos e qualitativos, analisando afastamentos, licenças médicas e outros indicadores institucionais. Pesquisa organizacional anônima, com questionários para avaliar as necessidades dos servidores quanto aos serviços prestados pelo Centro Médico, as ações de promoção de qualidade de vida do TJSE, os níveis de estresse dos servidores, dificuldades emocionais, preferências em relação ao suporte para saúde, e etc. Uso de ferramentas digitais (Teams), garantindo a eficiência na coleta e análise de dados, com a geração automática de relatórios.
SEPLAD	Desenvolver Saúde Ocupacional (PCMSO)	Uma equipe formada por psicólogo, psiquiatra e assistente social acompanhará servidores e magistrados com transtornos mentais (ansiedade, depressão, síndrome do pânico etc.), que estão com afastamentos prolongados, disponibilizando o suporte necessário para a plena recuperação.

SEPLAD	Disponibilizar consulta dos contracheques no novo aplicativo do TJSE	Este projeto visa implementar funcionalidade que permite aos magistrados e servidores visualizar e consultar seus contracheques de forma simples e eficiente por meio do novo aplicativo do TJSE. A iniciativa busca modernizar e facilitar o acesso a essas informações de forma rápida e segura, promovendo maior transparência e eficiência na gestão de recursos humanos. O aplicativo permitirá que os usuários consultem seus contracheques diretamente pelo celular ou dispositivo móvel, melhorando assim a experiência do servidor e do magistrado.
SEPLAD	Elaborar o Plano de Descarbonização	Elaborar um plano que sugira um conjunto de ações que possam orientar o Tribunal no atendimento à demanda de descarbonização definida pelo CNJ (Resolução Nº 594 de 08/11/2024).
SEPLAD	Estabelecer canal de comunicação que assegure contato imediato com a Diretoria de Segurança	Criação de canal de comunicação (telefone ou aplicativo de mensageria) em caso de falhas ou avarias de mecanismos de segurança (cercas, alarmes, câmera, detectores e raio x), bem como diante da ocorrência de algum evento que comprometa a segurança dos membros, servidores, colaboradores e público externo.
SEPLAD	Estamos Juntos	O Projeto “Estamos Juntos” tem como objetivo oferecer apoio emocional e social aos servidores e magistrados do TJSE que estejam enfrentando desafios psicológicos e sociais, relativos a perdas significativas (enlutamento), conflitos interpessoais no ambiente de trabalho ou familiares, que impactam diretamente no desempenho profissional. A iniciativa contará com uma equipe multidisciplinar composta por psicólogos e assistentes sociais, garantindo suporte especializado e contínuo. O projeto também contará com o apoio da Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEPE), que ajudará na identificação de casos e na comunicação com a equipe de apoio.
SEPLAD	Estreitar o intercâmbio com a secretaria de tecnologia do TJ/SE.	Atuação conjunta o tocante a segurança da Informação, de modo a salvaguardar as informações sensíveis ou sigilosas geradas, armazenadas e processadas por intermédio da informática.
SEPLAD	Fomentar estudos sobre implementação de sistema de reconhecimento facial no Palácio da Justiça Tobias Barreto.	Elaboração de estudo com finalidade de analisar a viabilidade de implementação de sistema de reconhecimento facial no Palácio da Justiça Tobias Barreto.
SEPLAD	Laudo de Vistoria das Fachadas do Palácio da Justiça e seus Anexos	Contratação de empresa especializada para elaboração de laudo de vistoria técnica das fachadas do Palácio e seus anexos para identificação das patologias existentes nas mesmas, bem como indicação das soluções para sanar os problemas identificados.
SEPLAD	Menos gasolina, mais etanol	A queima do álcool reduz em média 25% de monóxido de carbono, 35% de óxido de nitrogênio e 89% a menos de dióxido de carbono (CO2), minimizando, consideravelmente, os impactos de GEE por parte da nossa frota de veículos

SEPLAD	Mentes Diversas: Conscientização sobre Neurodivergências	O projeto visa promover a sensibilização e a conscientização dos servidores do TJSE sobre a diversidade cognitiva no ambiente de trabalho, abordando condições como autismo, TDAH, dislexia, entre outras. Integrado ao projeto “Meses Coloridos”, busca ampliar as ações institucionais de inclusão por meio de campanhas educativas, palestras, treinamentos e materiais informativos. A iniciativa incentiva práticas e políticas inclusivas, com apoio de consultoria especializada e mapeamento de necessidades de adaptação, para criar um ambiente de trabalho mais acessível, acolhedor e respeitoso, valorizando as diferenças neurológicas e promovendo o bem-estar, a produtividade e a integração de todos os servidores.
SEPLAD	Geração de Indicadores para a Inspeção no 2º Grau	Gerar os indicadores das unidades de 2º Grau estabelecidos no Provimento nº 156 de 04/11/2023 (CNJ) para a inspeção que ocorrerá de 05 a 07/05/2025
SEPLAD	Painel Unificado do Prêmio CNJ de Qualidade	Desenvolver e implementar um Painel Unificado que traga clareza sobre os responsáveis, os requisitos e o andamento dos itens avaliados no Prêmio CNJ de Qualidade 2025, promovendo transparência, organização e eficiência no acompanhamento das metas e na prestação de contas.
SEPLAD	Premiação dos Servidores 2025	O objetivo principal é aumentar a produtividade das unidades jurisdicionais, motivando os servidores da área fim, para isso a premiação que procura reconhecer os melhores trabalhos de equipes distribuídos de acordo com a competência jurisdicional e alinhados com metas e indicadores nacionais.
SEPLAD	Realizar Estudo para Escolher Ferramenta de Gestão de Projetos	Será realizado um estudo para identificar se conseguimos encontrar uma ferramenta/sistema de gestão de projetos que se adeque as nossas necessidades, inclusive avaliaremos os programas já utilizados de forma isolada por algumas unidades administrativas. Caso o estudo chegue à conclusão de que existe tal ferramenta, o projeto dará prosseguimento aos procedimentos de aquisição.
SEPLAD	Realizar investigação social dos requisitados, terceirizados e colaboradores.	Realização de investigação social de requisitados, terceirizados e colaboradores com análise de dados em sistemas de fontes fechadas e abertas.
SEPLAD	Reativar, repaginar e expandir o Clube de Descontos MAIS TJSE	O projeto tem como objetivo reativar e repaginar o Clube de Descontos MAIS TJSE, oferecendo benefícios exclusivos para servidores e magistrados do TJSE. A reativação envolverá a reformulação da identidade visual do clube, a revisão do modelo de termo de credenciamento e a renovação dos termos vencidos. Além disso, será realizado um esforço estratégico para ampliar a rede de parceiros, com foco tanto na capital quanto no interior do Estado, e aumentar a visibilidade do clube junto aos beneficiários.
SEPLAD	Reformular o circuito interno e externo de câmeras das unidades físicas que compõe o Tribunal de Justiça de Sergipe.	Análise da situação atual dos circuitos internos e externos de câmeras de modo a identificar a situação dos equipamentos em uso bem como a instalação onde não houver tais equipamentos.

SEPLAD	Revisão Geral do Quadro de Servidores (Resolução 219)	Criação de metodologia para definição da lotação paradigma das unidades jurisdicionais ponderada pela complexidade processual, conforme Resolução CNJ nº 219/2016. Definição da nova tabela de Lotação de servidores da área-fim e meio.
SEPLAD	Supervisionar as condições das cercas elétricas e demais equipamentos de segurança nos fóruns e demais dependências.	Realização de visitas técnicas com elaboração de relatório referentes as condições das cercas elétricas e demais equipamentos de segurança nos fóruns e demais dependências.
SEPLAD	Teleatendimento em Saúde	O projeto pretende oferecer aos usuários dos serviços de saúde o teleatendimento, que consiste na prática de utilizar tecnologias digitais para fornecer cuidados médicos a distância; O atendimento virtual será disponibilizado em atendimentos médicos, de fisioterapia, de psicologia e de serviço social.
SEPLAD	TJSE na Campanha “Meses Coloridos”	Pretende-se aderir intensamente na Campanha dos Meses Coloridos, que consiste na mobilização que ocorrem ao longo do ano para alertar sobre doenças, transtornos mentais e outras questões de saúde. Serão realizadas palestras no sistema híbrido, divulgação nas mídias do TJSE (Instagram, telas de trabalho, e-mail e Portal do CEMED)
SEPLAD	Reativar e repaginar o Servidor.Info	O projeto visa a reformulação da tradicional revista SERVIDOR.INFO, transformando-a em um informativo eletrônico periódico, com foco em trazer atualizações relevantes e dinâmicas sobre as atividades da Digepe. O informativo contará com uma linguagem simples e acessível, com entrevistas, matérias sobre as ações da Digepe e outros conteúdos de interesse dos servidores, visando alcançar um público mais amplo e engajado.
SEPLAD	Elaboração de Estudo Preliminar Arquitetônico para Novo Fórum da Barra dos Coqueiros	Elaboração de projeto arquitetônico visando a futura construção do novo fórum da Barra dos Coqueiros, em terreno a ser doado pela prefeitura do município.
SEPLAD	Promover a troca de experiências institucionais com outros Tribunais.	Rede de contatos com outros Tribunais (estaduais, federais, trabalhistas etc) de modo a fomentar a troca de experiências e a busca de soluções para as demandas institucionais do Tribunal de Justiça de Sergipe.
SEPLAD	Revitalizar Fórum Gumersindo Bessa	O projeto tem como objetivo a contratação de empresa para realizar reforma geral no Fórum Gumersindo Bessa visando a revitalização do fórum
SEPLAD	Pesquisa de Satisfação 2025	Aplicar questionário para aferir o grau de confiança dos cidadãos no TJSE e da satisfação para com os serviços prestados pelo Tribunal de Justiça de Sergipe.
SETECI	Contratação e migração de workloads para Nuvem Híbrida	A nuvem híbrida combina ambientes de nuvem pública e privada. Necessária para tarifar processos de IA generativa.
SETECI	IA: Assistente Jurídico - Módulo de Gabinete	Projeto de IA generativa para analisar fluxo de processo, definir próxima movimentação e gerar texto com perfil do magistrado.

SETECI	Portal de Acompanhamento da Participação Feminina no TJSE	Portal referente à Política de Incentivo à Participação Feminina no Judiciário (Resolução CNJ n. 255) em cumprimento às diretrizes estabelecidas na referida política do Conselho Nacional de Justiça, bem como avaliar a existência de um ambiente interno aderente às práticas previstas no Modelo de Inclusão da Diversidade e Equidade (IDE), da Rede Equidade.
SETECI	Reformulação de Central de Perícias	Continuidade do projeto de reformulação do Sistema utilizado pela Central de Perícias e pelos Peritos.

## **GLOSSÁRIO:**

BICEN – Biblioteca Central

CIJ – Coordenadoria da Infância e da Juventude

COODMULH – Coordenadoria da Mulher

GABSECR-CHPRES – Gabinete do Secretário-Chefe da Presidência

MEPOJUD – Memorial do Poder Judiciário

NUGOVRISCOM – Núcleo de Governança, Riscos e Compliance

NUPEJURE – Núcleo Permanente de Justiça Restaurativa

NUPEMEC – Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

SEFINOR – Secretaria de Finanças e Orçamento

SEJUD – Secretaria Judiciária

SEPLAD – Secretaria de Planejamento e Administração

SETECI – Secretaria de Tecnologia da Informação

**ANEXO II –  
EXECUÇÃO  
ORÇAMENTÁRIA E  
FINANCEIRA EM  
2025**

# ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO TESOURO – TJSE (2025)

## 1. Contexto Geral: LOA 2025 e estrutura do orçamento do TJSE

A Lei Orçamentária Anual 2025 do Estado de Sergipe estabelece os limites de despesa autorizados para cada Poder, incluindo o Judiciário. Dentro da LOA, o Tesouro representa a fonte principal de recursos para financiar despesas correntes e obrigatórias do Tribunal de Justiça, especialmente aquelas relacionadas a pessoal, encargos previdenciários, indenizações e auxílios, que compõem a maior parcela do custo institucional do Judiciário sergipano.

O orçamento atualizado do TJSE para 2025, conforme os valores apresentados na tabela do Tesouro, indica que, após operações de crédito e ajustes, a dotação total disponível alcançou R\$ 878.271.284,00 (oitocentos e setenta e oito milhões, duzentos e setenta e um mil, duzentos e oitenta e quatro reais), sendo R\$ 762.158.904,00 (setecentos e sessenta e dois milhões, cento e cinquenta e oito mil e novecentos e quatro reais) destinados a despesas de pessoal e encargos, R\$ 66.112.380,00 (sessenta e seis milhões, cento e doze mil, trezentos e oitenta reais) destinados às demais despesas de custeio e R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões) referente a Operação de Crédito. Esses valores refletem tanto a rigidez estrutural do orçamento do Judiciário quanto a necessidade de constante compatibilização entre despesa obrigatória e limite legal disponível.

### TESOURO – COMPARATIVO 2024/2025

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO	
	2024	2025
(a) Orçamento Inicial	728.811.812,00	757.860.280,00
(b) Orçamento Atualizado	742.646.796,00	828.271.284,00
(c) Crescimento Orçamentário = (b - a)	13.834.984,00	70.411.004,00
(d) Crescimento (%) = (c/a)*100	1,90%	9,29%
(e) Orçamento Empenhado	735.594.277,01	820.615.573,26
(f) Orçamento Executado (%) = (e/b)*100	99,05%	99,08%
(g) Orçamento Disponível = (b - e)	7.052.518,99	7.655.710,74
(h) Orçamento Operação de Crédito	-	50.000.000,00
(i) Orçamento Executado Operação de Crédito	-	-
(j) Orçamento Disponível Operação de Crédito	-	50.000.000,00



## 1.2. Execução das Despesas de Pessoal e Encargos (jan – dez/2025) (GND1)

No exercício fiscal de 2025, o TJSE executou **R\$ 755.446.631,14 milhões** em despesas de pessoal e encargos. Trata-se do principal agregado de despesa do Poder Judiciário, alinhado com o observado na LOA de anos anteriores e compatível com o caráter intensivo em mão de obra do setor.

Os maiores componentes dessa execução incluem:

- Vencimentos e Subsídios: R\$ 514.433.601,87 milhões → núcleo da despesa obrigatória, representando o maior percentual de todo o orçamento do Tesouro.

- Contribuição Patronal ao Finanprev/INSS: R\$ 115.365.989,94 milhões - evidenciando o elevado impacto previdenciário na estrutura de custos do Poder Judiciário.
- Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) – acervos ativos e inativos / ATS: R\$ 60.638.356,03 milhões, R\$ 6.509.028,54 milhões e R\$ 11.592.558,00 respectivamente → valores mantidos em patamar relevante devido ao passivo acumulado.
- Licença compensatória e licença-prêmio juntas somam R\$ 46.907.096,76 milhões, reforçando o peso das indenizações de pessoal na rotina orçamentária.

A execução de 2025 (R\$ 755.446.631,142 milhões), no que diz respeito a Pessoal e Encargos, correspondeu a **99,12%** da dotação atualizada (R\$ 762.158.904,00 milhões), o que evidencia um adequado planejamento orçamentário, bem como um acompanhamento sistemático da despesa, assegurando o cumprimento das obrigações legais sem comprometer o equilíbrio fiscal.

Vale destacar que, a dotação orçamentária do grupo de despesa Pessoal e Encargos não executada em 2025, no valor de 6.712.272,86 milhões, corresponde aproximadamente ao valor pago referente ao Aporte Previdenciário (R\$ 6.703.701,83), que ocorre através de repasse financeiro ao FINANPREV sem a realização de empenho.

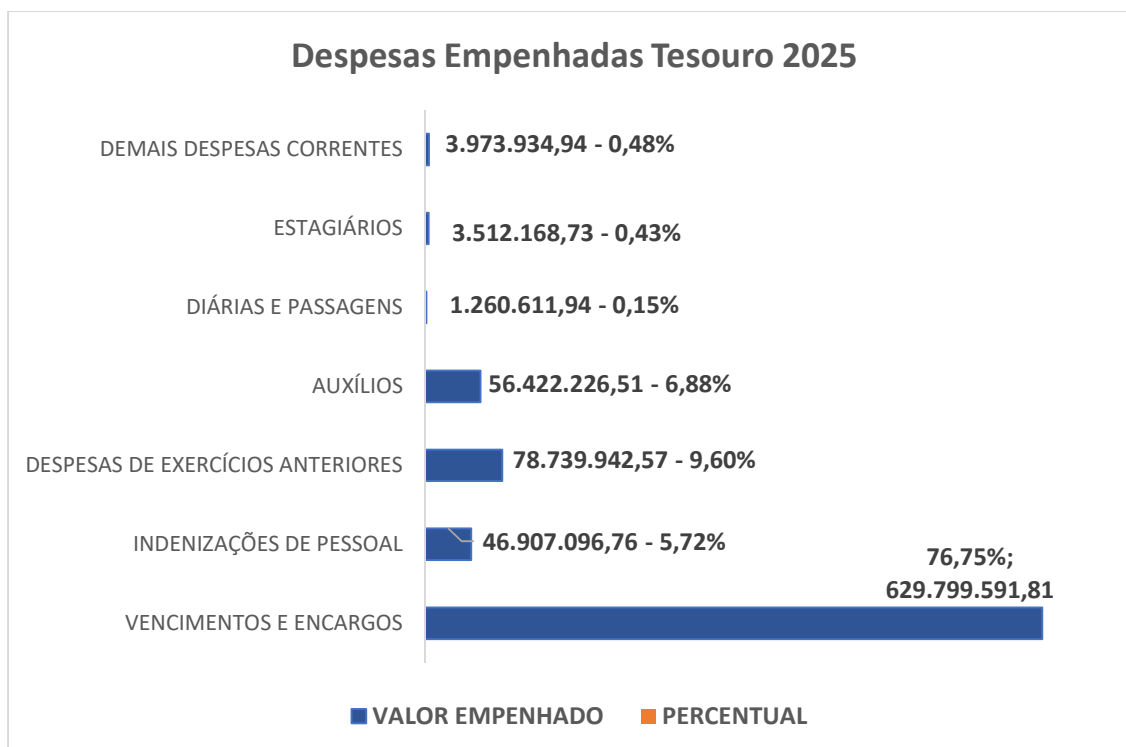
### **1.3. Execução das Demais Despesas Correntes (jan – dez/2025) (GND3)**

As outras despesas somaram R\$ 65.168.942,12 milhões, o que representa **98,57%** do orçamento final destinado ao custeio administrativo do TJSE, que totalizou R\$ 66.112.380,00 milhões.

Destacam-se:

- Auxílio-saúde dos ativos: R\$ 43.486.007,31 → a principal despesa desse grupo, apresentou crescimento coerente com a política de valorização deste benefício assistencial.
- Auxílio-alimentação: R\$ 12.936.219,20 → expressivo, porém estável, refletindo os valores programados para o exercício.
- Indenização de transporte → R\$ 2.857.670,41 milhões.
- Estagiários, diárias e passagens: somam aproximadamente R\$ 4.772.780,67 → valores previsíveis e sem expansão atípica.

O elevado percentual de execução (**98,57%**) evidencia uma gestão ajustada, com controle do custeio, e com o compromisso de não deixar o orçamento subutilizado.



## 1.4. Encerramento do exercício

Diante dos valores apresentados, vimos que a execução orçamentária dos recursos do Tesouro demonstra a observância aos princípios da legalidade, responsabilidade fiscal, eficiência e transparência, não tendo sido identificados riscos ao equilíbrio orçamentário e financeiro do TJ/SE.

Trata-se de um desempenho orçamentário considerado tecnicamente adequado, já que:

1. Não há execução excessiva, nem aproximação perigosa do limite de despesas obrigatórias.
2. Não há subexecução relevante, o que demonstra boa capacidade de utilização do orçamento programado.
3. Está em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente no que se refere aos limites de despesa com pessoal.

## 1.5. Análise gerencial à luz da LOA 2025

Quando comparada aos parâmetros fixados na LOA, a execução evidencia:

### a) Forte rigidez estrutural da despesa

Assim como identificado na própria LOA, mais de 85% do orçamento do TJSE se destina a gastos obrigatórios com pessoal. A execução confirma essa rigidez.

### b) Elevado impacto previdenciário

A contribuição patronal (Finanprev) é a segunda maior despesa do Tribunal. Sua magnitude em relação à LOA reforça a importância de planejamento previdenciário e demonstra que a previsibilidade estabelecida na lei está sendo respeitada.

### c) Controle efetivo das despesas de custeio

O conjunto de outras despesas está muito próximo do limite anual previsto. Isso significa que o TJSE executou praticamente todo o orçamento de custeio, demonstrando capacidade administrativa e aderência às projeções da LOA, sem ultrapassar o limite autorizado.

### d) Sinalização de estabilidade financeira

A pequena diferença entre o orçamento autorizado e a execução projetada é um indicativo importante:

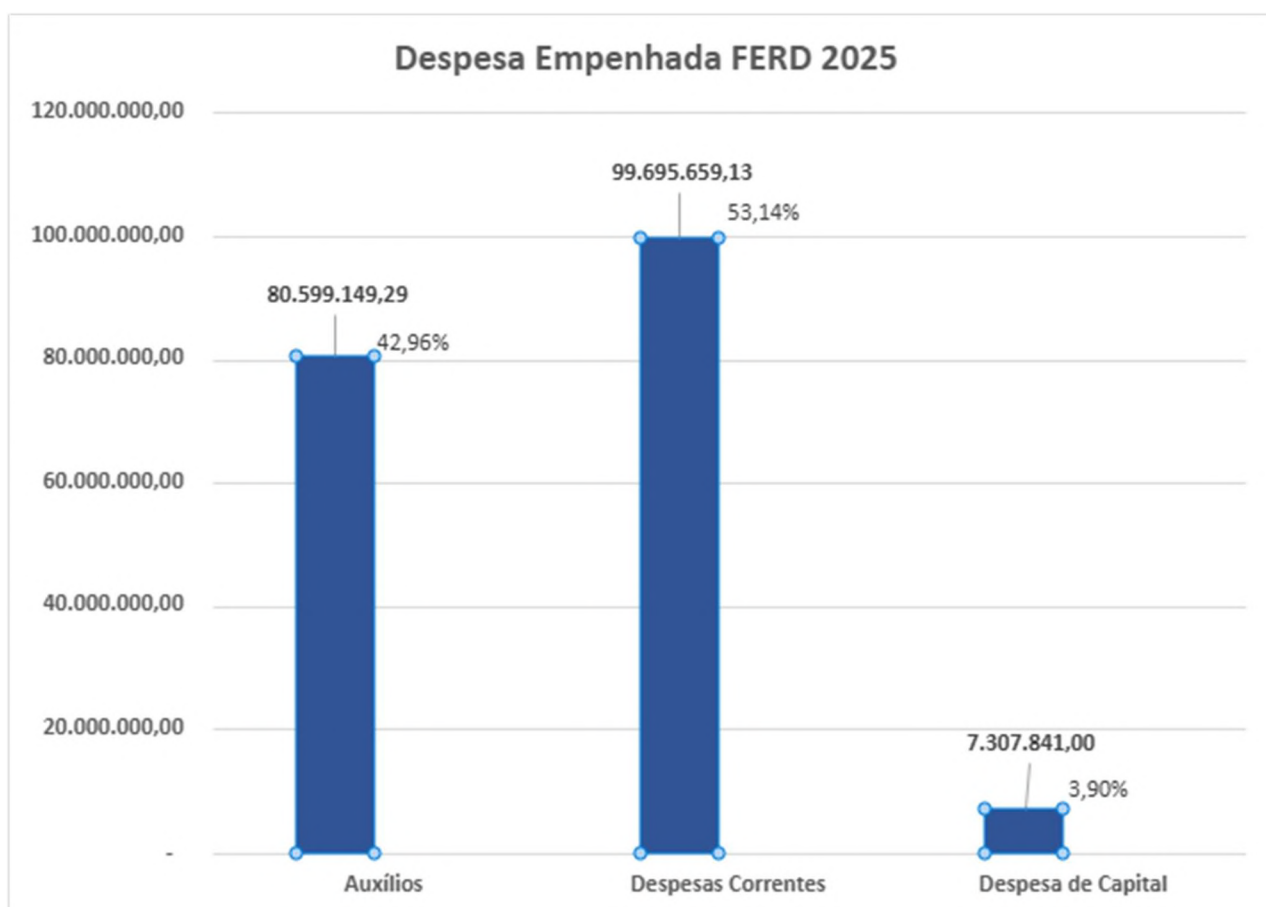
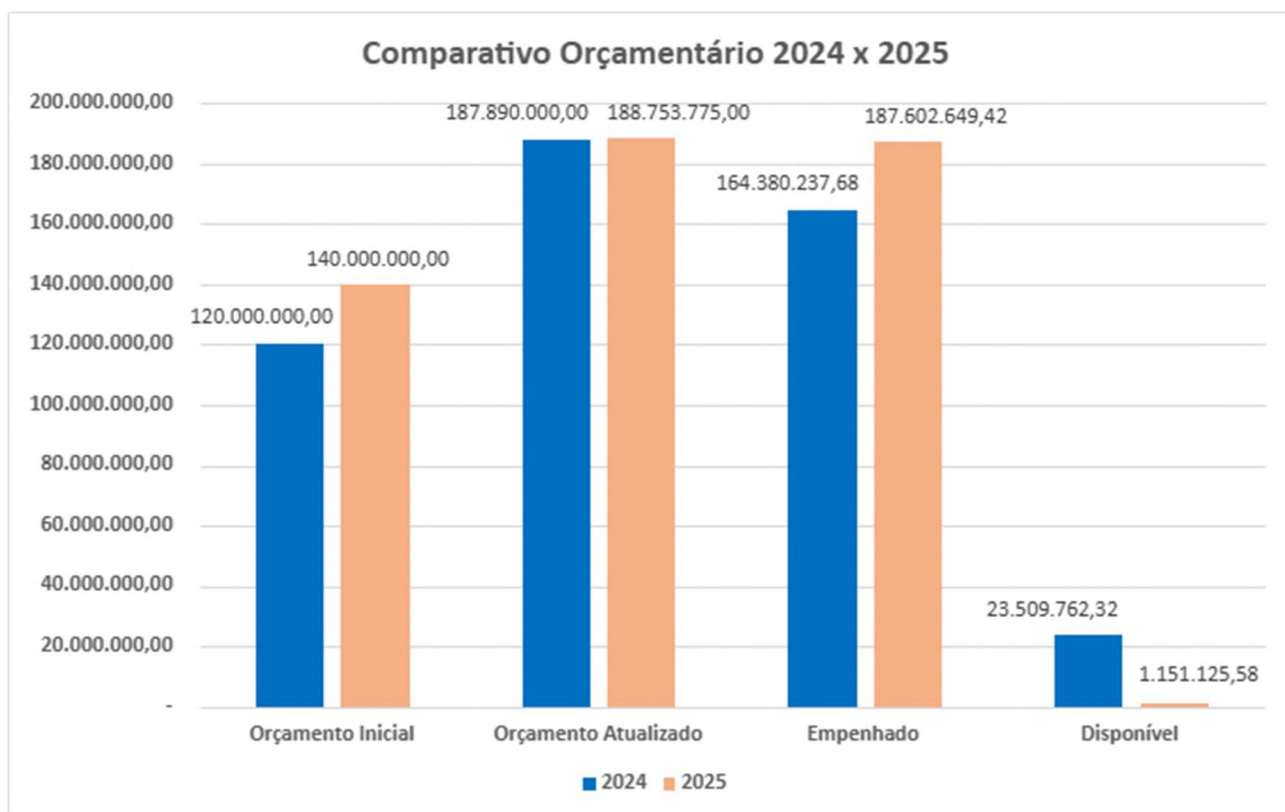
- há equilíbrio entre planejamento anual e execução;
- o Tribunal conserva margem mínima para absorver eventuais oscilações;
- o fechamento do exercício ocorreu em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

## 1.6. Conclusão estrutural da análise

A execução orçamentária do Tesouro do TJSE em 2025, quando analisada diante da LOA 2025, revela um cenário de responsabilidade fiscal, previsibilidade e aderência plena aos limites legais. A despesa de pessoal — historicamente a principal pressão orçamentária — mantém ritmo de execução compatível com a dotação vigente e o custeio encontra-se sob controle.

## 2.0 ANÁLISE DO FERD 2025 À LUZ DA LOA 2024/2025 – TEXTO CONSOLIDADO E DEFINITIVO - COMPARATIVO

Exercício	2024	2025
01 - Orçamento Inicial	120.000.000,00	140.000.000,00
02 - Orçamento Atualizado	187.890.000,00	188.753.775,00
03 - Acréscimo no Orçamento = 01 - 02	67.890.000,00	48.753.775,00
04 - Acréscimo em %	56,58%	34,82%
05 - Empenhado	164.380.237,68	187.602.649,42
06 - Percentual de Execução = (05/02)*100%	87,49%	99,39%
07 - Saldo = 02 - 05	23.509.762,32	1.151.125,58



A execução orçamentária do FERD em 2025 confirma um comportamento plenamente compatível com as metas e diretrizes estabelecidas pela LOA 2025 do Tribunal de Justiça de Sergipe. O FERD, enquanto fundo destinado ao custeio de ações estruturantes, modernização, tecnologia, manutenção administrativa e obras, foi executado ao longo do ano de modo coerente com sua finalidade institucional e com a natureza plurianual dessas despesas.

Quando se observa o conjunto global do FERD — e não apenas a fotografia pontual das dotações distribuídas por ação — verifica-se que a maior parte da dotação total prevista na LOA foi executada ao longo do exercício. A dotação final atualizada do FERD foi expressivamente superior ao montante inicialmente previsto na LOA resultando num montante percentual de 35%. Por isso, ao confrontar a execução acumulada com a dotação global autorizada pelo orçamento anual e atualizada através de superávit e excesso de arrecadação, constata-se que mais de 99% dos recursos do FERD foram efetivamente utilizados. Essa proporção caracteriza uma execução elevada, plenamente aderente ao planejamento estabelecido para 2025.

Por fim, conforme estabelece a legislação vigente, especialmente a Lei 4.320/1964, **o saldo do FERD não executado até 31 de dezembro será incorporado ao exercício seguinte como superávit financeiro do próprio Fundo**, podendo ser utilizado em 2026 por meio da abertura de crédito adicional, se autorizado. Isso assegura continuidade institucional, permite que ações iniciadas em 2025 tenham prosseguimento no exercício seguinte e garante que nenhum recurso seja perdido.

Em síntese, o FERD apresenta, em 2025: **execução elevada**, superior a **99%** do orçamento previsto na LOA e posteriormente atualizado;

– cumprimento integral das prioridades estabelecidas na LOA, com forte aderência às demandas administrativas e estruturantes;

– concentração natural da execução de investimentos no final do exercício;

– e segurança jurídica e fiscal, com o saldo remanescente sendo incorporado a 2026 como superávit financeiro, garantindo continuidade às políticas financiadas pelo Fundo.

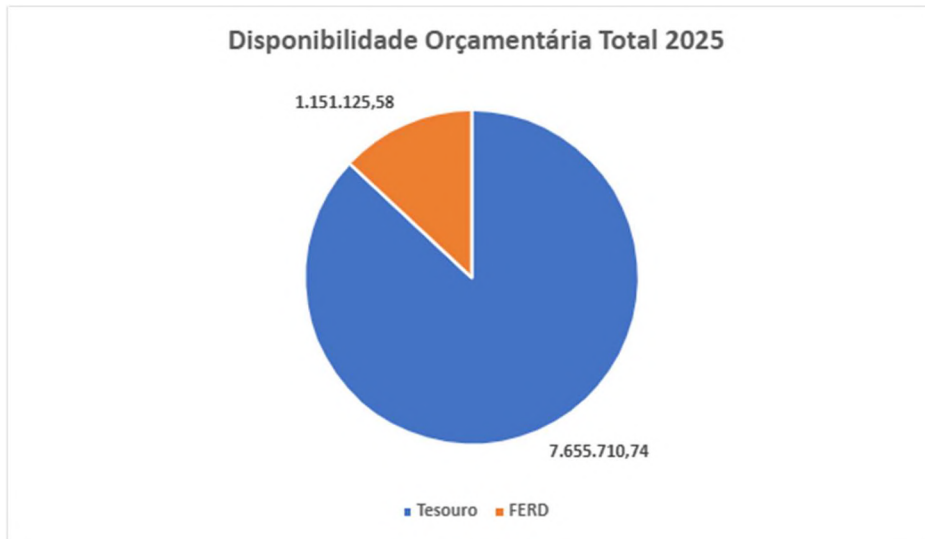
### **3.0 ANÁLISE INTEGRADA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – TESOIRO + FERD (DEZ/2025)**

#### **3.1. Situação Geral – Disponibilidade e Estrutura das Bases (Tesouro + FERD)**

O levantamento mostra que, em 31/12/2025, havia:

- Disponibilidade total: **R\$ 8.806.836,32**
- Tesouro: R\$ 7.655.710,74

- – FERD: R\$ 1.151.125,58



### 3.2. TESOURO – Execução, Obrigações e Projeções

Pelos dados consolidados:

#### Execução até 31/12/2025

- Pessoal e Encargos (GND 1 – Grupo 3.1): **R\$ 755.446.631,14**
- Outras Despesas Correntes (GND 3.3): **R\$ 65.168.942,12**

Isso confirma que:

- O Tesouro **chega ao fim do exercício praticamente no seu limite**, o que é típico em um cenário de **execução acima de 95%** do orçamento autorizado.
- A sobra orçamentária final está em **linha com o comportamento histórico** (ex.: sobra de R\$ 7.052.518,99 milhões no exercício anterior) e refere-se, conforme já citado, ao pagamento do Aporte Previdenciário que ocorre sem a realização de empenho.

### 3.3. FERD – Execução, Reservas e Projeção Final

A projeção integrada mostra:

#### Execução até dezembro

- GND 3.3 (Outras despesas correntes): R\$ **180.294.808,42**

- GND 4.4 (Investimentos): R\$ 7.307.841,00

## Saldo total em 31/12/2025: R\$ 1.151.125,58

O saldo de R\$ 1.151.125,58 **não revela subexecução**, mas sim o efeito da **execução elevada** do FERD (superior a **99%**) quando comparada à LOA;

### Pontos de destaque no FERD

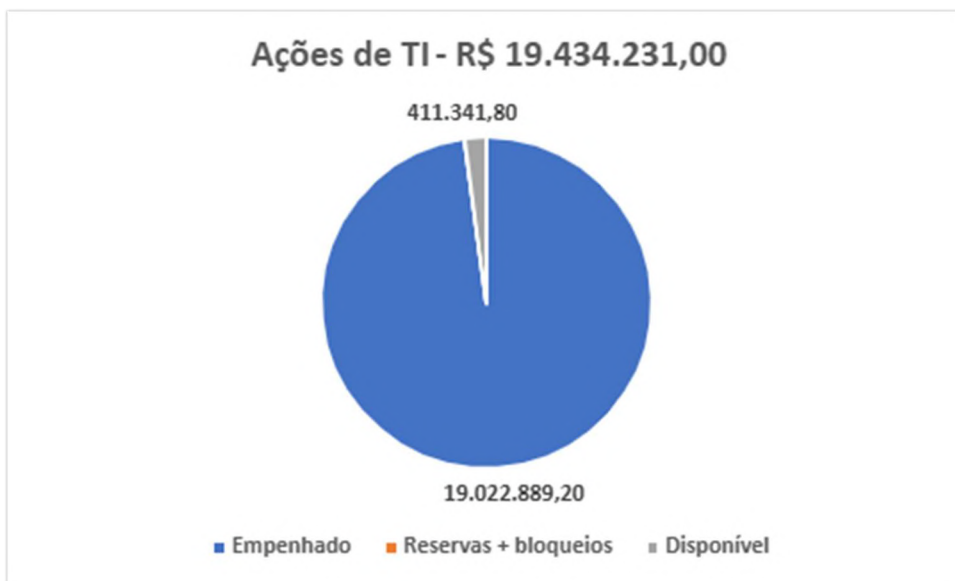
#### 1. Engenharia:

- Dotação: R\$ 5.400.000,00 (após atualização)
- Empenhado: R\$ 4.398.029,08
- Reservas + bloqueios: R\$ 0,00
- Disponível: R\$ 81.470,92



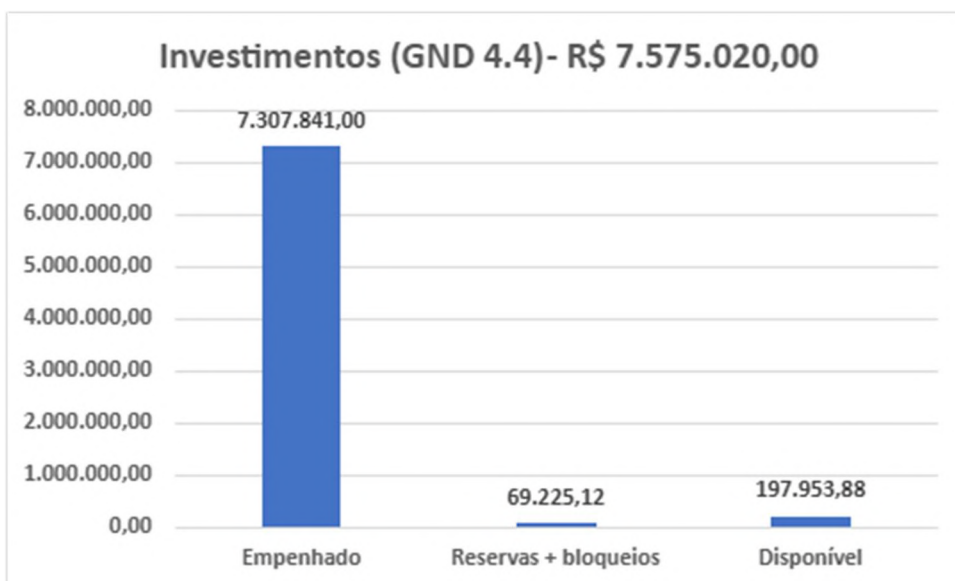
#### 2. Tecnologia da Informação:

- Dotação: R\$ 19.434.231,00 (após atualização)
- Empenhado: R\$ 19.022.889,20
- Reservas + bloqueios: R\$ 0,00
- Disponível: R\$ 411.341,80



### 3. Investimentos (GND 4.4)

- Dotação: R\$ 7.575.020,00 (após atualização)
- Empenhado: R\$ 7.307.841,00
- Reservas + bloqueios: R\$ 69.225,12
- Disponível: R\$ 197.953,88



## 4. Pedidos de abertura de créditos adicionais – Exercício 2025

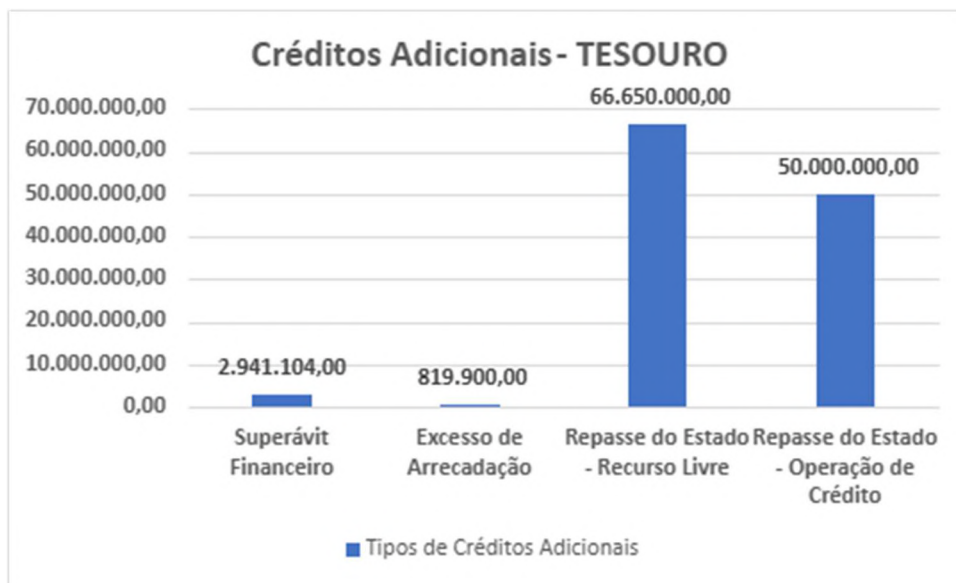
Ao longo do exercício de 2025, o Tribunal de Justiça de Sergipe promoveu pedidos de abertura de créditos adicionais com a finalidade de adequar a dotação orçamentária às necessidades reais de execução, observando rigorosamente os limites legais e os parâmetros estabelecidos na Lei Orçamentária Anual.

Os créditos abertos tiveram como principais fundamentos o superávit financeiro e o excesso de arrecadação, destinando-se, sobretudo, ao reforço de despesas obrigatórias e à adequada execução das ações administrativas, sem caracterizar expansão desordenada da despesa ou risco ao equilíbrio fiscal.

Esses ajustes orçamentários permitiram maior aderência entre o planejamento inicial e a execução efetiva do orçamento, assegurando maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

<b>Créditos Adicionais</b>	<b>FERD</b>	<b>TESOURO</b>
Superávit Financeiro	32.263.775,00	2.941.104,00
Excesso de Arrecadação	16.490.000,00	819.900,00
Repasse do Estado - Recurso Livre		66.650.000,00
Repasse do Estado - Operação de Crédito		50.000.000,00
<b>Total do acréscimo no orçamento inicial</b>	<b>48.753.775,00</b>	<b>120.411.004,00</b>





## 5. ANÁLISE INTEGRADA – TESOIRO E FERD (DEZ/2025)

Ao final do exercício de 2025, a disponibilidade financeira consolidada alcançou R\$ 8.806.836,32, sendo R\$ 7.655.710,74 referentes a recursos do Tesouro e R\$ 1.151.125,58 vinculados ao FERD.

A execução conjunta demonstra níveis elevados nos dois pilares de financiamento, com saldos residuais compatíveis com o planejamento anual e com a natureza das despesas, especialmente aquelas de investimento, cuja execução concentrou-se no encerramento do exercício.

## 5 CONCLUSÃO GERENCIAL

O Tribunal de Justiça de Sergipe encerra o exercício de 2025 com elevada execução orçamentária, tanto no Tesouro quanto no FERD, apresentando saldos residuais reduzidos e compatíveis com a programação financeira, em plena conformidade com a legislação orçamentária e fiscal vigente. O desempenho observado revela-se tecnicamente adequado e alinhado às boas práticas de gestão pública.

# Relatório de Gestão Exercício 2025

Secretaria de Finanças e Orçamento  
Diretoria Financeira



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DE SERGIPE

Made with GAMMA

## Estrutura Organizacional da DIFIN



### Divisão de Execução Orçamentária e Financeira

DIVIEEXON — responsável pela gestão da execução orçamentária



### Setor de Empenho

Controlo e emissão de notas de empenho e anulações



### Divisão de Liquidação

Conferência e liquidação de processos financeiros



### Divisão de Contabilidade

DIVICON — gestão contábil-financeira e prestação de contas

Made with GAMMA

# Principais Atribuições da Diretoria

01

## 💰 Gestão Orçamentária e financeira

Acompanhar e controlar a execução do orçamento, garantindo equilíbrio fiscal e eficiência no uso dos recursos públicos.

02

## 📄 Execução da Despesa e Receita

Supervisionar empenhos, liquidação e pagamentos, bem como o correto registro e controle das receitas

03

## 📊 Planejamento e Monitoramento

Elaborar projeções financeiras, acompanhar limites legais e apoiar a tomada de decisão da Administração.

04

## 📑 Conformidade Legal e Transparência

Assegurar o cumprimento da legislação financeira e fiscal (LRF, normas orçamentárias e contábeis).

05

## 📊 Relatórios e Prestação de Contas

Produzir relatórios gerenciais, demonstrativos financeiros e informações para órgãos de controle.

06

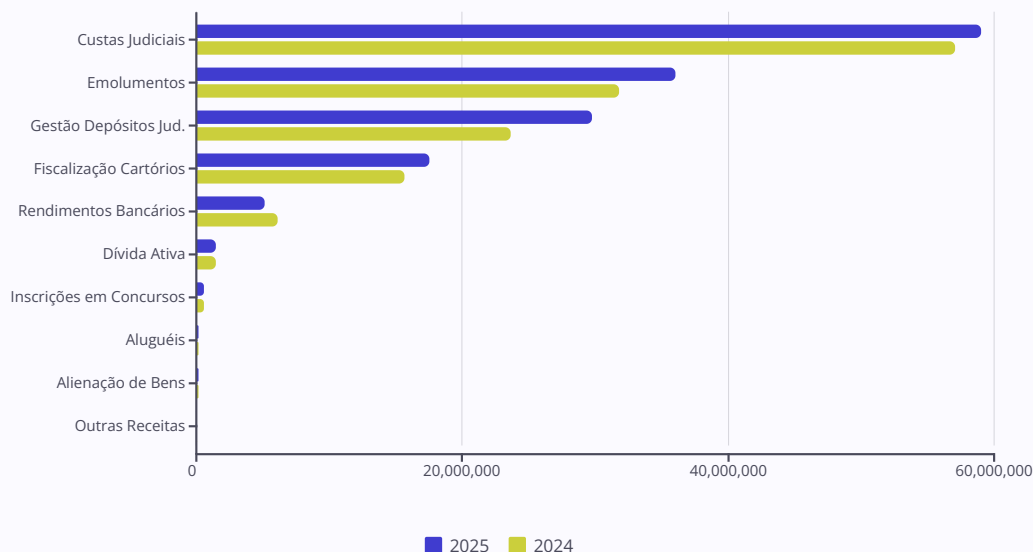
## 👏 Apoio Estratégico à Gestão

Subsidiar a Presidência, a SEFINOR e as demais unidades com dados, análises e informações financeiras qualificadas.

## Análise Financeira e Patrimonial do FERD

### 1) INGRESSOS FINANCEIROS

#### 1.1) DESTINAÇÃO LIVRE



TOTAL ARRECADADO: R\$ 149.836.571,77

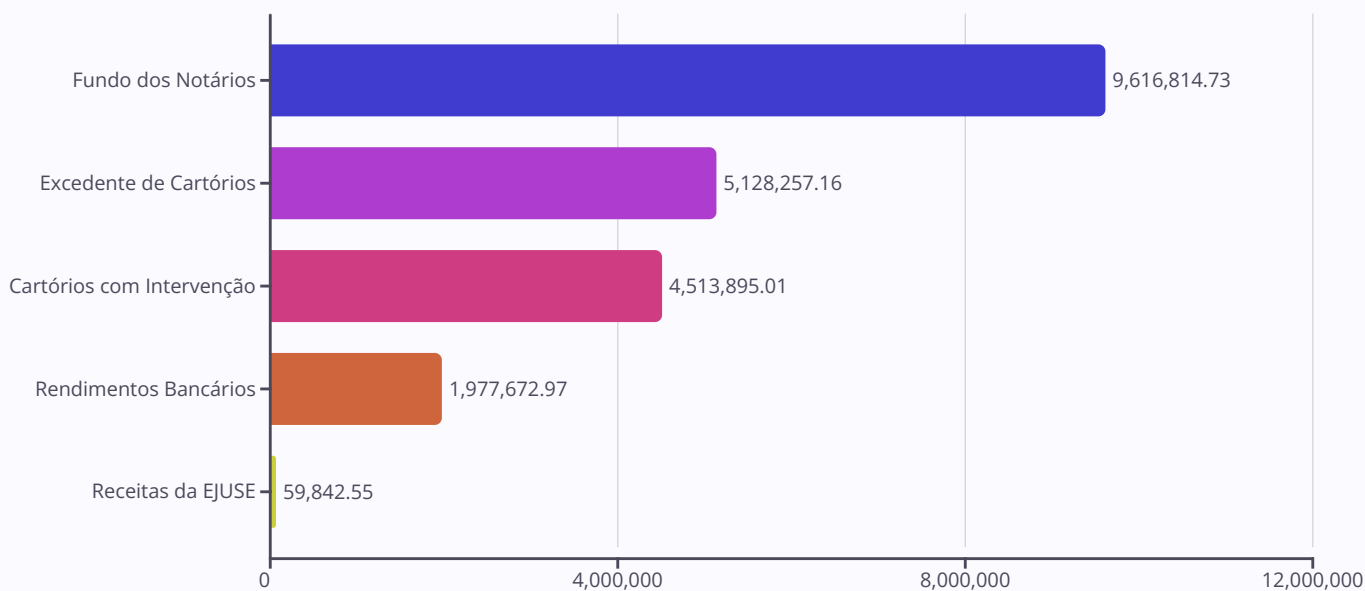
## 1.2) CRESCIMENTO ANUAL DAS RECEITAS DE DESTINAÇÃO LIVRE

Ano	Receita (R\$)	Crescimento (R\$)	Crescimento (%)
2024	135.818.902,35	—	—
2025	149.836.571,77	14.017.669,42	10,32%

Nota: Entre 2024 e 2025, a **Receita de Destinação Livre** apresentou um crescimento nominal de **R\$ 14.017.669,42**, correspondente a um aumento de **10,32%** em relação ao ano anterior.

Made with GAMMA

## 1.3) DESTINAÇÃO VINCULADA



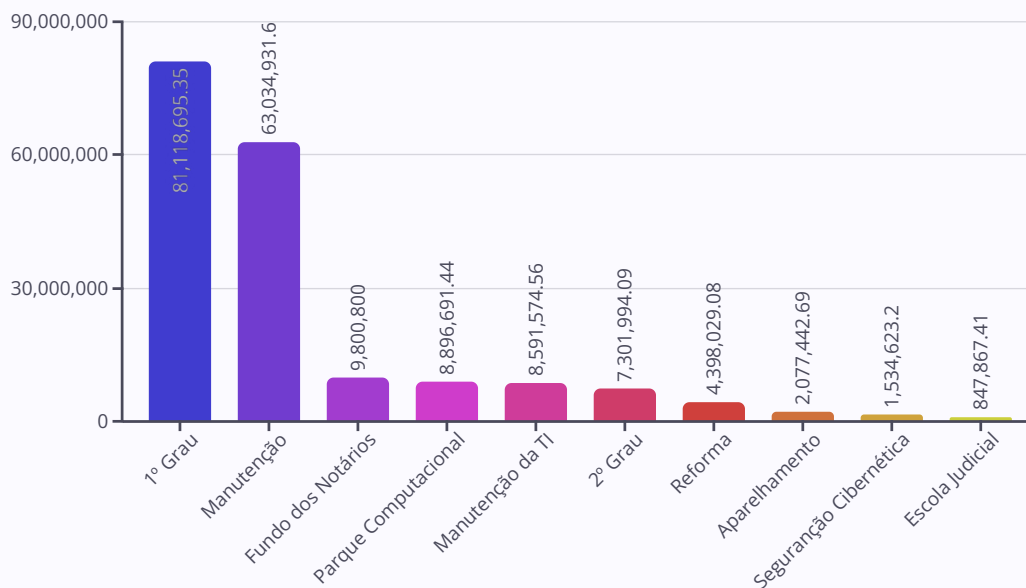
**TOTAL ARRECADADO: R\$ 21.296.483,42**

Made with GAMMA

## 2) EXECUÇÃO DAS DESPESAS

DOTAÇÃO	EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS
R\$ 188.753.775,00	R\$ 187.602.649,42	R\$ 170.647.540,13	R\$ 170.540.604,74
<b>ÍNDICE DE EXECUÇÃO</b>	<b>99,39%</b>	<b>90,41%</b>	<b>90,35%</b>

## 3) DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR AÇÃO



Made with **GAMMA**

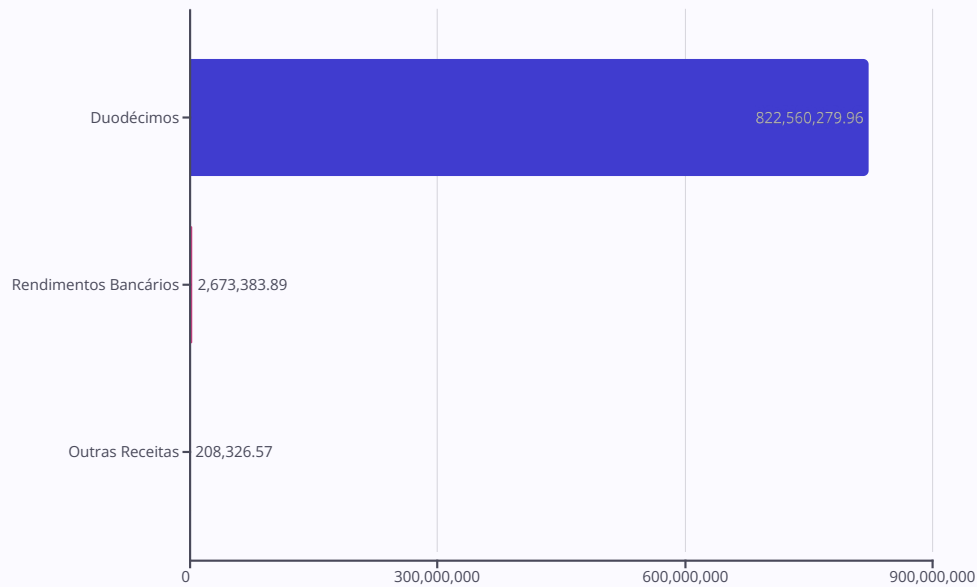
## 4) BENS MÓVEIS

CLASSIFICAÇÃO	SALDO BRUTO	DEPRECIÇÃO	SALDO FINAL
APARELHOS DE COMUNICACAO	1.887.948,00	1.071.349,01	816.598,99
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	1.775.763,07	1.492.589,32	283.173,75
APARELHOS HOSPITALARES	363.063,99	84.266,77	278.797,22
AQUISIÇÃO DE SOFTWARE	804.067,76	0,00	804.067,76
ARMAMENTOS	37.626,24	3.330,00	34.296,24
COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	199.811,97	165.602,50	34.209,47
EQUIP. DE PROCESSAMENTO DE DADOS	42.953.629,67	26.673.077,78	16.280.551,89
EQUIP.P/AUDIO,VIDEO E FOTO	5.329.917,96	1.169.749,02	4.160.168,94
EQUIP.PROTECAO,SEGURANCA E SOCORRO	2.756.299,76	1080304,62	1.675.995,14
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	224.285,00	157.387,62	66.897,38
MAQUINAS E EQUIP.GRAFICOS	33.789,60	6.721,18	27.068,42
MAQUINAS E EQUIP. AGRIC. E RODOVIARIO	46.671,15	11.881,80	34.789,35
MAQUINAS FERRAMENTAS E UTENS.OFICINA	12.122,19	7.956,29	4.165,90
MAQUINAS INST. UTENSILIOS ESCRITORIO	66.449,54	55.795,69	10.653,85
EQUIPAMENTOS DIVERSOS	2.939.653,85	1.109.687,87	1.829.965,98
MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	5.270,00	79,00	5.191,00
MOBILIARIOS EM GERAL	9.658.191,29	7.421.061,30	2.237.129,99
OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA MUSEU	221.359,00	0,00	221.359,00
OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	3.306.141,17	2.826.703,44	479.437,73
PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	457.451,63	10.847,52	446.604,11
VEICULOS DE TRACAO MECANICA	6.577.205,04	1.552.932,40	5.024.272,64
<b>TOTAL</b>	<b>79.656.717,88</b>	<b>44.901.323,13</b>	<b>34.755.394,75</b>

Made with **GAMMA**

# Análise Financeira e Patrimonial do TESOURO

## 1) INGRESSOS FINANCEIROS



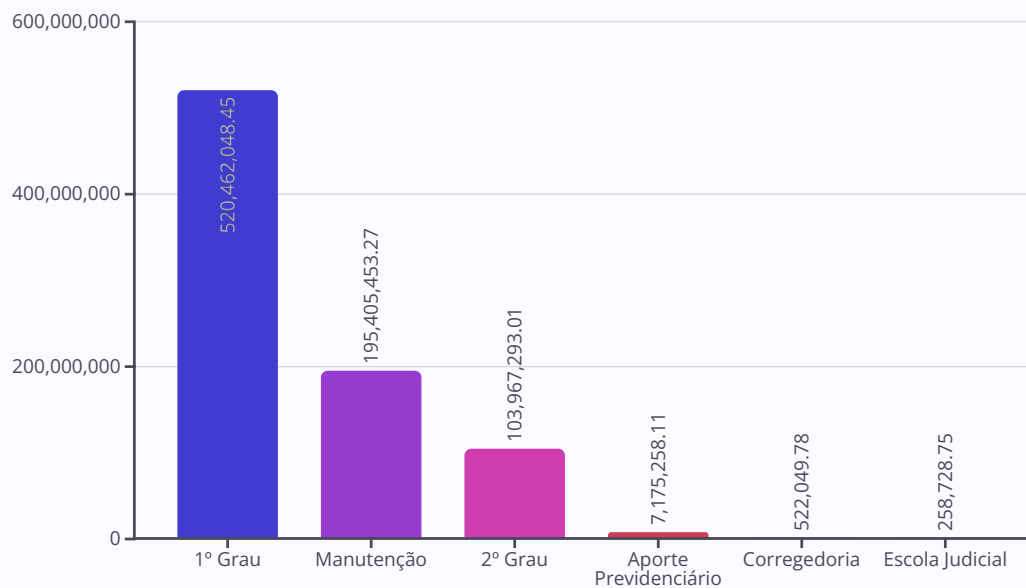
TOTAL ARRECADADO: R\$ 825.441.990,42

Made with GAMMA

## 2) EXECUÇÃO DAS DESPESAS

DOTAÇÃO	EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS
R\$ 878.271.284,00	R\$ 820.615.573,26	R\$ 820.600.573,26	R\$ 820.119.628,73
<b>ÍNDICE DE EXECUÇÃO</b>	<b>93,44%</b>	<b>93,43%</b>	<b>93,38%</b>

## 3) DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR AÇÃO



Made with GAMMA

#### 4) BENS MÓVEIS

CLASSIFICAÇÃO	SALDO BRUTO	DEPRECIÇÃO	SALDO FINAL
APARELHOS DE COMUNICACAO	365.154,15	244.012,44	121.141,71
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	366.411,49	300.648,86	65.762,63
APARELHOS HOSPITALARES	132.346,32	98.173,02	34.173,30
COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	254.822,37	204.352,40	50.469,97
EQUIP. DE PROCESSAMENTO DE DADOS	7.977.821,46	6.237.152,65	1.740.668,81
EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	2.950,31	1.027,95	1.922,36
EQUIP.P/AUDIO,VIDEO E FOTO	138.215,84	85.278,07	52.937,77
EQUIP.PROTECAO,SEGURANCA E SOCORRO	156.346,61	117.756,60	38.590,01
MAQUINAS E EQUIP.GRAFICOS	2.545,31	1.647,15	898,16
MAQUINAS E EQUIP. AGRIC. E RODOVIARIO	3.300,00	2.970,00	330,00
MAQUINAS FERRAMENTAS E UTENS.OFICINA	7.785,29	6.196,48	1.588,81
MAQUINAS INST. UTENSILIOS ESCRITORIO	54.731,63	24.631,15	30.100,48
EQUIPAMENTOS DIVERSOS	250.367,70	122.296,00	128.071,70
MOBILIARIOS EM GERAL	8.825.991,05	4.813.401,26	4.012.589,79
OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA MUSEU	60.707,00	0,00	60.707,00
OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	773.843,33	557.069,90	216.773,43
PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10.732,19	0,00	10.732,19
VEICULOS DE TRACAO MECANICA	191.262,00	172.136,00	19.126,00
<b>TOTAL</b>	<b>19.575.334,05</b>	<b>12.988.749,93</b>	<b>6.586.584,12</b>

Made with **GAMMA**

#### 5) CRÉDITOS A RECEBER POR CESSÃO DE PESSOAL

ÓRGÃOS CEDIDOS	SALDO A RECEBER
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ALAGOAS	43.460,33
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	37.064,66
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/SE	48.188,75
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 5ª REGIÃO	35.318,06
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ	22.564,04
TRIBUNAL DE CONTAS DE SERGIPE	7.623,62
GOVERNO DE ALAGOAS	7.794,58
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	65.698,48
MUNICÍPIO DE CARURARU - CARUARUPREV	10.731,62
MUNICÍPIO DE LAGARTO	33.830,80
MUNICÍPIO DE LAGARTO	39.537,84
<b>TOTAL</b>	<b>351.812,78</b>

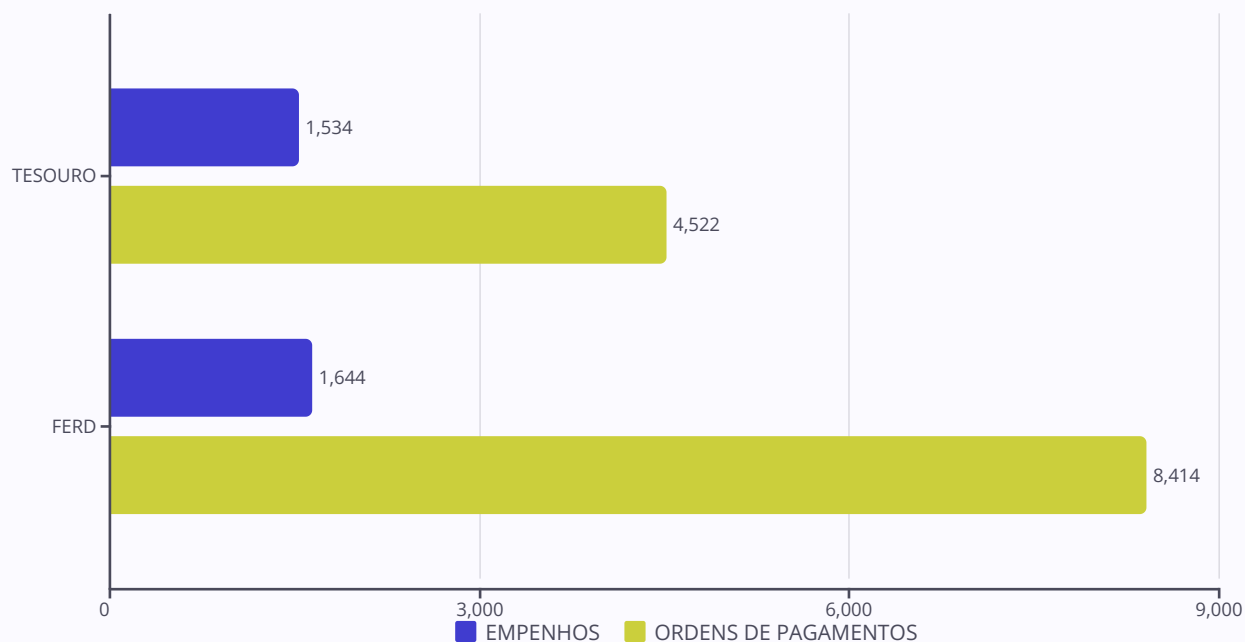
Made with **GAMMA**

## Inscrições de Restos a Pagar para 2026

UNIDADE GESTORA	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	TOTAL
FERD	R\$ 17.145.794,36	R\$ 108.554,81	R\$ 17.254.349,17
TESOURO	R\$ 15.000,00	R\$ 480.944,53	R\$ 495.944,53
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 17.160.794,36</b>	<b>R\$ 589.499,34</b>	<b>R\$ 17.750.293,70</b>

Made with **GAMMA**

## Quantidade de Empenhos e Ordens de Pagamentos



Made with **GAMMA**

# Limite de Despesa com Pessoal

Segundo o artigo 20, inciso II, alínea “b”, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, na esfera estadual, a despesa total com pessoal (DTP) do Poder Judiciário **não poderá exceder a 6% da Receita Corrente Líquida (RCL)** do Estado.

A fim de demonstrar o cumprimento dos limites legais estabelecidos, este Tribunal emitiu, ao final de cada quadrimestre do exercício em análise, o Relatório de Gestão Fiscal – ANEXO I, considerando o disposto no art. 54, inciso III e no art. 55, inciso I, alínea “a” da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

DESPESA COM PESSOAL						
Quadrimestre	Despesa Total com Pessoal	Receita Corrente Líquida	Limite Apurado	Limite Alerta	Limite Prudencial	Limite Máximo
1º	R\$ 687.267.306,31	R\$ 15.813.158.142,03	4,35%	5,40%	5,70%	6,00%
2º	R\$ 687.171.789,60	R\$ 16.819.563.642,31	4,09%	5,40%	5,70%	6,00%
3º	_____	_____	_____	_____	_____	_____

Nota: Até a presente data, 15/01/2025, este Poder Judiciário não tem informação de quanto foi a Receita Corrente Líquida do 3º Quadrimestre de 2025.

Made with GAMMA

## Demais Atividades destacadas em 2025

- **Transparência e Qualidade da Informação**

- ✓ Dados da Diretoria Financeira no Portal da Transparência **validados pelo CNJ e TCE/SE**
- ✓ Contribuição direta para a **Premiação CNJ de Qualidade – Selo Ouro**

- **Fortalecimento do Controle de Contratos Terceirizados**

- ✓ Contratação do módulo **Gestão de Contratos Terceirizados (Pólis)** visando aprimoramento do controle das **retenções de encargos trabalhistas e previdenciários efetuados sobre os valores devidos às empresas contratadas mediante cessão de mão de obra, em atendimento às Resoluções CNJ nº 169/2013, nº 183/2013 e nº 651/2025**
- ✓ **Liberação de R\$ 6.752.726,84** em 2025 referentes às retenções de encargos trabalhistas e previdenciários às empresas terceirizadas

- **Aprimoramento dos Processos de Pagamento**

- ✓ Implementação de melhorias no processo de trabalho para que **todo o fluxo de pagamento seja realizado de forma eletrônica no sistema GRP**
- ✓ Maior **integração das informações e automação das etapas**, com ganhos em eficiência, controle e rastreabilidade

Made with GAMMA



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO SERGIPE**  
**SECRETARIA DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**  
**DIRETORIA DE SISTEMA DE ARRECAÇÃO E GESTÃO FISCAL**  
**DIVISÃO DE SISTEMA DE ARRECAÇÃO DO FUNDO ESPECIAL DE RECEITAS E DESPESAS**

## **RELATÓRIO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

### **1 – INSCRIÇÕES EM DÍVIDA ATIVA**

Ao longo do ano de 2025 foram realizadas **5.785 (cinco mil setecentos e oitenta e cinco)** inscrições entre pessoas físicas e jurídicas, perfazendo um total de **R\$ 5.807.697,69** (cinco milhões oitocentos e sete mil seiscentos e noventa e sete reais e sessante e nove centavos).

Do total das inscrições realizadas, foram recuperadas 1.035 (um mil e trinta e cinco) perfazendo a quantia de **R\$ 1.456.523,79** (um milhão quatrocentos e cinquenta e seis mil reais quinhentos e vinte e três reais e setenta e nove centavos).

Para fins de monitoramento, trago a evolução dos números de 2018 até 2025, abaixo inserido:

<b>Ano</b>	<b>Inscritos</b>	<b>Recuperados</b>
2025	R\$ 5.796.512,84	R\$ 1.456.523,79
2024	R\$ 4.128.411,75	R\$ 987.476,49
2023	R\$ 3.100.002,98	R\$ 594.909,11
2022	R\$ 2.262.002,77	R\$ 686.324,93
2021	R\$ 2.293.072,52	R\$ 377.685,37
2020	R\$ 657.889,19	R\$ 321.806,05
2019	R\$ 1.345.975,80	R\$ 180.832,20
2018	R\$ 58.543,71	R\$ 0,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 19.642.411,56</b>	<b>R\$ 5.098.211,27</b>



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO SERGIPE**  
**SECRETARIA DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**  
**DIRETORIA DE SISTEMA DE ARRECADAÇÃO E GESTÃO FISCAL**  
**DIVISÃO DE SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO FUNDO ESPECIAL DE RECEITAS E DESPESAS**

## **2 – GUIAS E FICHAS DE COMPENSAÇÃO**

Através do recebimento de e-mails oriundos das varas e cartórios extrajudiciais de todo o Estado, realizamos a atividade de revalidar, vincular, desvincular, parcelar, confeccionar, cancelar, alterar a situação e prestar apoio às unidades jurisdicionais no que diz respeito às custas e fichas de compensação judicial e extrajudicial.

Outro meio de atuação do setor com relação às guias e fichas se dá por telefone, na qual os servidores prestam auxílio necessário aos membros, servidores e cidadão sobre dúvidas, valores e demais ocorrências.

## **3 – REVISÃO NO MAPEAMENTO DOS PROCESSOS DE TRABALHO:**

Foram revisados os seguintes processos:

- repasse do fundo de apoio,
- processos administrativos,
- auditoria e
- inscrição em dívida ativa.

## **4 – COMPRA E FORNECIMENTO DE PAPEL DE SEGURANÇA**

O uso do papel de segurança pelos cartórios serve para prevenir falsificações e garantir autenticidade, integridade e segurança jurídica das informações nele contido, sendo utilizado em todas certidões emitidas pelos cartórios e maternidades vinculadas ao Tribunal de Justiça de Sergipe.

## **5 – ANÁLISE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA DEVOLUÇÃO DE CUSTAS E EMOLUMENTOS**

Mediante o envio da documentação necessária para o e-mail "[dce@tjse.jus.br](mailto:dce@tjse.jus.br)", a divisão analisa a documentação com a finalidade de iniciar o processo administrativo de devolução de valores através do SEI.

Durante o ano de 2025, foram abertos **367 (trezentos e sessenta e sete) processos**, tanto de pessoas físicas como jurídicas.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO SERGIPE**  
**SECRETARIA DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**  
**DIRETORIA DE SISTEMA DE ARRECAÇÃO E GESTÃO FISCAL**  
**DIVISÃO DE SISTEMA DE ARRECAÇÃO DO FUNDO ESPECIAL DE RECEITAS E DESPESAS**

## **6 – PROTESTO**

Em paralelo às inscrições em dívida ativa, fora, iniciadas tratativas com a Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe – SEFAZ, Procuradoria Geral do Estado de Sergipe – PGE e Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil – IEPTB, com o objetivo de protestar os valores inscritos em dívida.

Através das reuniões tem se discutido a implantação do protesto na rotina do tribunal, pois a certidão de protesto tem como objetivo comprovar a inadimplência de determinada pessoa física ou jurídica, quando esta for devedora de um título ou outro documento sujeito a protesto.

SEI em análise pela Assessoria Especial da Presidência: 0029621-07.2025.8.25.8825

## **7 – MUTIRÃO**

Tratativas já foram iniciadas para realização de mutirão pela CEJUSC, a fim de compor acordos com os devedores e, com isso, conseguir buscar valores e consequentemente aumentar a arrecadação do FERD.

**Aracaju/SE, 15 de janeiro de 2025**

**RODRIGO VASCONCELOS LIMA**

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

## DIVISÃO DE GERENCIAMENTO DA RECEITA E PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

### Exercício de 2025

Este relatório apresenta as principais atividades desenvolvidas pela Divisão de Gerenciamento da Receita e Programação Financeira ao longo do exercício de 2025, abrangendo análise processual, repasses financeiros, atendimento a órgãos externos, atualizações legais e normativas, além de ações educativas e apoio institucional.

---

#### 1. Análise de Processos de Devolução de Custas e Emolumentos

No ano de 2025, foram analisados **367 (trezentos e sessenta e sete)** processos de devolução de Custas e Emolumentos, envolvendo pessoas físicas e jurídicas.

- **300 (trezentos)** processos **deferidos**;
  - **67 (sessenta e sete)** processos **indeferidos**.
- 

#### 2. Repasses aos Serviços de Registro Civil

Foram repassados aos Cartórios Extrajudiciais de Registro Civil, a título de compensação pelos atos gratuitos custeados pelo Fundo de Apoio ao Registro Civil (FARC), o montante de:

**R\$ 8.387.313,92** (oito milhões, trezentos e oitenta e sete mil, trezentos e treze reais e noventa e dois centavos)

---

#### 3. Fornecimento de Informações à Receita Federal do Brasil

A Divisão forneceu, para fins de cruzamento e confrontação de dados fiscais:

- **Receita do Cartório do 3º Ofício da Comarca de Aracaju**, referente ao ano-calendário **2022**;
  - **Informações sobre receitas de Emolumentos e do Fundo de Apoio ao Registro Civil do Cartório do 8º Ofício**, referentes ao ano-calendário **2023**.
-

#### **4. Cadastro de Multas Determinadas pela Corregedoria-Geral da Justiça**

Foram aplicadas multas no montante de **R\$ 34.802,39 (trinta e quatro mil, oitocentos e dois reais e trinta e nove centavos)** em desfavor dos seguintes cartórios:

- **Ofício Único de Malhada dos Bois – R\$ 357,57 (trezentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e sete centavos)**
  - **2º Ofício de Ribeirópolis – R\$ 4.074,39 (quatro mil, setenta e quatro reais e trinta e nove centavos)**
  - **2º Ofício da Comarca de Itaporanga d’Ajuda – R\$ 1.301,14 (mil, trezentos e um reais e quatorze centavos)**
  - **2º Ofício da Comarca de Ribeirópolis – R\$ 4.420,40 (quatro mil, quatrocentos e vinte reais e quarenta centavos)**
  - **2º Ofício da Comarca de Nossa Senhora do Socorro – R\$ 1.570,49 (mil, quinhentos e setenta reais e quarenta e nove centavos)**
  - **Ofício Único de General Maynard – R\$ 3.572,05 (três mil, quinhentos e setenta e dois reais e cinco centavos)**
  - **Ofício Único do Distrito de Graccho Cardoso – R\$ 944,29 (novecentos e quarenta e quatro reais e vinte e nove centavos)**
  - **7º Ofício da Comarca de Aracaju – R\$ 15.304,14 (quinze mil, trezentos e quatro reais e quatorze centavos)**
  - **Ofício Único da Comarca de Riachuelo – R\$ 1.956,78 (mil, novecentos e cinquenta e seis reais e setenta e oito centavos)**
  - **2º Ofício da Comarca de Itaporanga d’Ajuda – R\$ 1.301,14 (mil, trezentos e um reais e quatorze centavos)**
- 

#### **5. Atualização Monetária das Tabelas de Custas e Emolumentos – Exercício 2025**

A Divisão realizou a atualização monetária:

- **Tabela de Custas Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, conforme art. 12 da Lei Estadual nº 8.943/2021;**
- **Tabela de Emolumentos dos Serviços Notariais e de Registro, conforme art. 11-A da Lei Estadual nº 8.639/2019.**

O índice utilizado foi o **IPCA**, cujo acumulado de **2024** corresponda a **4,83%** (quatro vírgula oitenta e três por cento).

---

## **6. Atualização da Renda Mínima dos Oficiais de Registro Civil**

Foi atualizada, também pelo índice **IPCA (4,83%)**, a **Renda Mínima dos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais**, conforme previsão do art. 5º da **Resolução nº 04/2022**.

---

## **7. Prestação de Informações à Ouvidoria Geral de Justiça**

Foram prestadas informações sobre:

- **Autonomia Financeira**  
do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, conforme demanda da Ouvidoria Geral de Justiça.
- 

## **8. Atividades Educacionais e de Capacitação**

### **8.1. Tutoria de Curso EAD**

Tutoria no curso “**Noções Básicas de Custas Processuais à Luz da Lei nº 8.943/2021**”, ministrado no ambiente virtual de aprendizagem (EAD).

### **8.2. Curso de Ambientação**

Palestrante no **curso de ambientação para novos notários e registradores** do Estado de Sergipe.

### **8.3. Palestra Técnica**

Realização de palestra na **Sefinor** sobre o **Fundo Especial de Recursos e Despesas**.

---

## **9. Inconsistências nos sistema de Custas e Emolumentos**

### **Processo Sei Nº 0015259-97.2025.8.25.8825**

Há a necessidade de implantação de um sistema mais moderno para a Diretoria de Arrecadação e Gestão Fiscal, com o objetivo de possibilitar a identificação de tendências, padrões e oportunidades de melhoria no desempenho das atividades executadas tanto pela Diretoria quanto pela Secretaria. Torna-se igualmente imprescindível a integração desse novo sistema com os setores orçamentário e financeiro da Secretaria de Finanças e Orçamento.

Atualmente, as informações disponibilizadas não apresentam a devida fidedignidade, uma vez que são constatadas divergências recorrentes entre os dados do FERD e aqueles registrados nos módulos orçamentário e financeiro. Além disso, a retenção da taxa Banese tem sido exibida como zerada no detalhamento das guias, indicando inconsistência na aplicação das regras de cálculo.

Também se observam, mensalmente, inconsistências no sistema do Fundo de Apoio ao Registro Civil, sendo necessário realizar manualmente o cálculo do repasse proporcional, o que aumenta o risco de erros e retrabalho.

Por fim, destaca-se a ausência de implementação do meio de pagamento via Pix para as guias de custas e emolumentos, solicitação já reiterada por esta Diretoria junto à Diretoria de Tecnologia, cuja disponibilização é essencial para modernizar os processos de arrecadação e facilitar o pagamento pelos usuários.

## 10. RECEITA DE ARRECADAÇÃO 2025 COM PREVISÃO DE CRESCIMENTO PARA 2026

CONTA BANCÁRIA	RECEITA	FERD 2025	PREVISÃO DE CRESCIMENTO FERD 2026 IPCA 4,26%	DIVICON 2025	PREVISÃO DE CRESCIMENTO DIVICON 2026 IPCA 4,26%
400.158-2	EMOLUMENTOS	R\$ 36.103.309,66	R\$ 37.641.310,65	R\$ 32.280.524,22	R\$ 33.655.674,55
	CUSTAS	R\$ 59.129.652,08	R\$ 61.648.575,26	R\$ 54.400.470,84	R\$ 56.717.930,90
	DÍVIDA ATIVA	R\$ 1.479.555,89	R\$ 1.542.588,10	R\$ 1.329.546,18	R\$ 1.386.184,85
400.511-1	TAXA DE FISCALIZAÇÃO	R\$ 17.599.631,84	R\$ 18.349.376,16	R\$ 15.662.357,40	R\$ 16.329.573,83
400.512-0	FUNDO NOTÁRIOS	R\$ 9.520.043,22	R\$ 9.925.597,06	R\$ 8.539.620,96	R\$ 8.903.408,81
400.216-5	EXCEDENTE INTERINO	R\$ 2.621.645,59	R\$ 2.733.327,69	R\$ 3.461.127,32	R\$ 3.608.571,34

### Conclusão

As atividades desenvolvidas ao longo do exercício de 2025 demonstram o comprometimento da Divisão de Gerenciamento da Receita e Programação Financeira com a eficiência administrativa, a transparência nos processos, o suporte às unidades judiciárias e extrajudiciais, e o cumprimento rigoroso das normativas legais e regimentais.

A Divisão atuou de forma estratégica na gestão financeira e no apoio técnico, contribuindo diretamente para o aprimoramento da administração judiciária e para o fortalecimento dos serviços de registro e notariado no Estado de Sergipe.

**JANEIRO/2025**

CONTA BANCÁRIA	RECEITA	FERD	DIVICON	DIVICON - FERD
400.158-2	EMOLUMENTOS	R\$ 2.741.703,81	R\$ 2.695.373,86	-R\$ 46.329,95
	CUSTAS	R\$ 4.021.337,46	R\$ 4.019.102,56	-R\$ 2.234,90
	DÍVIDA ATIVA	R\$ 79.308,32	R\$ 82.090,89	R\$ 2.782,57
400.511-1	TAXA DE FISCALIZAÇÃO	R\$ 1.336.570,02	R\$ 1.314.024,50	-R\$ 22.545,52
400.512-0	FUNDO NOTÁRIOS	R\$ 723.271,79	R\$ 723.271,79	R\$ -
400.216-5	EXCEDENTE INTERINO	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 8.178.919,61</b>	<b>R\$ 8.110.591,81</b>	

**FEVEREIRO/2025**

CONTA BANCÁRIA	RECEITA	FERD	DIVICON	DIVICON - FERD
400.158-2	EMOLUMENTOS	R\$ 2.844.995,53	R\$ 2.845.470,92	R\$ 475,39
	CUSTAS	R\$ 4.939.447,75	R\$ 4.942.850,36	R\$ 3.402,61
	DÍVIDA ATIVA	R\$ 62.500,70	R\$ 72.019,52	R\$ 9.518,82
400.511-1	TAXA DE FISCALIZAÇÃO	R\$ 1.386.849,24	R\$ 1.387.169,01	R\$ 319,77
400.512-0	FUNDO NOTÁRIOS	R\$ 760.491,87	R\$ 760.491,87	R\$ -
400.216-5	EXCEDENTE INTERINO			R\$ -
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 9.233.793,22</b>	<b>R\$ 9.247.509,81</b>	

**MARÇO/2025**

CONTA BANCÁRIA	RECEITA	FERD	DIVICON	DIVICON - FERD
400.158-2	EMOLUMENTOS	R\$ 2.529.267,52	R\$ 2.417.203,38	-R\$ 112.064,14
	CUSTAS	R\$ 4.694.772,22	R\$ 4.689.151,71	-R\$ 5.620,51
	DÍVIDA ATIVA	R\$ 55.490,95	R\$ 57.719,39	R\$ 2.228,44
400.511-1	TAXA DE FISCALIZAÇÃO	R\$ 1.232.933,61	R\$ 1.178.385,05	-R\$ 54.548,56
400.512-0	FUNDO NOTÁRIOS	R\$ 648.527,17	R\$ 648.527,17	R\$ -
400.216-5	EXCEDENTE INTERINO			
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 8.512.464,30</b>	<b>R\$ 8.342.459,53</b>	

**ABRIL/2025**

CONTA BANCÁRIA	RECEITA	FERD	DIVICON	DIVICON - FERD
400.158-2	EMOLUMENTOS	R\$ 2.890.454,24	R\$ 2.873.894,00	-R\$ 16.560,24
	CUSTAS	R\$ 5.039.707,15	R\$ 5.037.062,40	-R\$ 2.644,75
	DÍVIDA ATIVA	R\$ 173.888,40	R\$ 168.968,59	-R\$ 4.919,81
400.511-1	TAXA DE FISCALIZAÇÃO	R\$ 1.409.015,79	R\$ 1.401.026,06	-R\$ 7.989,73
400.512-0	FUNDO NOTÁRIOS	R\$ 769.822,16	R\$ 769.822,16	R\$ -
400.216-5	EXCEDENTE INTERINO	R\$ 1.075.905,39	R\$ 1.075.905,39	R\$ -
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 9.513.065,58</b>	<b>R\$ 9.480.951,05</b>	

MAIO/2025				
CONTA BANCÁRIA	RECEITA	FERD	DIVICON	DIVICON - FERD
400.158-2	EMOLUMENTOS	R\$ 2.853.270,23	R\$ 2.886.217,35	R\$ 32.947,12
	CUSTAS	R\$ 4.849.365,63	R\$ 4.847.519,49	-R\$ 1.846,14
	DÍVIDA ATIVA	R\$ 129.761,13	R\$ 136.264,18	R\$ 6.503,05
400.511-1	TAXA DE FISCALIZAÇÃO	R\$ 1.390.893,79	R\$ 1.407.038,79	R\$ 16.145,00
400.512-0	FUNDO NOTÁRIOS	R\$ 702.729,78	R\$ 702.729,78	R\$ -
400.216-5	EXCEDENTE INTERINO	R\$ -	R\$ 839.481,73	
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 9.223.290,78</b>	<b>R\$ 9.277.039,81</b>	

jun/25				
CONTA BANCÁRIA	RECEITA	FERD	DIVICON	FERD - DIVICON
400.158-2	EMOLUMENTOS	R\$ 2.535.169,40	R\$ 2.513.025,40	-R\$ 22.144,00
	CUSTAS	R\$ 4.936.656,07	R\$ 4.933.677,99	-R\$ 2.978,08
	DÍVIDA ATIVA	R\$ 112.080,54	R\$ 102.499,38	-R\$ 9.581,16
400.511-1	TAXA DE FISCALIZAÇÃO	R\$ 1.235.841,40	R\$ 1.225.111,78	-R\$ 10.729,62
400.512-0	FUNDO NOTÁRIOS	R\$ 675.822,96	R\$ 675.822,96	R\$ -
400.216-5	EXCEDENTE INTERINO	R\$ 2.630,82	R\$ 2.630,82	R\$ -
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 8.819.747,41</b>	<b>R\$ 8.774.314,55</b>	<b>-R\$ 45.432,86</b>

jul/25				
CONTA BANCÁRIA	RECEITA	FERD	DIVICON	FERD - DIVICON
400.158-2	EMOLUMENTOS	R\$ 3.140.669,23	R\$ 3.117.017,85	-R\$ 23.651,38
	CUSTAS	R\$ 5.448.446,37	R\$ 5.443.046,63	-R\$ 5.399,74
	DÍVIDA ATIVA	R\$ 166.295,32	R\$ 148.999,75	-R\$ 17.295,57
400.511-1	TAXA DE FISCALIZAÇÃO	R\$ 1.531.018,49	R\$ 1.519.426,36	-R\$ 11.592,13
400.512-0	FUNDO NOTÁRIOS	R\$ 838.602,08	R\$ 838.602,08	R\$ -
400.216-5	EXCEDENTE INTERINO	R\$ 1.110.682,43	R\$ 1.110.682,43	R\$ -
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 10.286.429,41</b>	<b>R\$ 10.228.490,59</b>	<b>-R\$ 57.938,82</b>

ago/25				
CONTA BANCÁRIA	RECEITA	FERD	DIVICON	FERD - DIVICON
400.158-2	EMOLUMENTOS	R\$ 3.162.683,78	R\$ 3.175.988,16	R\$ 13.304,38
	CUSTAS	R\$ 5.111.660,43	R\$ 5.125.110,40	R\$ 13.449,97
	DÍVIDA ATIVA	R\$ 176.633,75	R\$ 155.888,88	-R\$ 20.744,87
400.511-1	TAXA DE FISCALIZAÇÃO	R\$ 1.541.737,80	R\$ 1.548.755,16	R\$ 7.017,36
400.512-0	FUNDO NOTÁRIOS	R\$ 843.065,72	R\$ 843.065,72	R\$ -
400.216-5	EXCEDENTE INTERINO	R\$ 8.274,14	R\$ 8.274,14	R\$ -
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 9.992.715,76</b>	<b>R\$ 10.005.742,60</b>	

set/25				
CONTA BANCÁRIA	RECEITA	FERD	DIVICON	FERD - DIVICON
400.158-2	EMOLUMENTOS	R\$ 3.434.555,96	R\$ 3.393.491,97	-R\$ 41.063,99
	CUSTAS	R\$ 5.370.877,18	R\$ 5.325.740,17	-R\$ 45.137,01
	DÍVIDA ATIVA	R\$ 199.650,76	R\$ 199.650,76	R\$ -
400.511-1	TAXA DE FISCALIZAÇÃO	R\$ 1.674.293,54	R\$ 1.654.332,49	-R\$ 19.961,05
400.512-0	FUNDO NOTÁRIOS	R\$ 913.756,32	R\$ 913.756,32	R\$ -
400.216-5	EXCEDENTE INTERINO	R\$ 30.357,80	R\$ 30.357,80	R\$ -
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 10.679.377,44</b>	<b>R\$ 10.573.215,39</b>	

out/25				
CONTA BANCÁRIA	RECEITA	FERD	DIVICON	FERD - DIVICON
400.158-2	EMOLUMENTOS	R\$ 3.341.781,50	R\$ 3.349.346,46	R\$ 7.564,96
	CUSTAS	R\$ 5.680.700,56	R\$ 5.666.148,36	-R\$ 14.552,20
	DÍVIDA ATIVA	R\$ 140.624,36	R\$ 91.421,13	-R\$ 49.203,23
400.511-1	TAXA DE FISCALIZAÇÃO	R\$ 1.629.058,13	R\$ 1.632.828,46	R\$ 3.770,33
400.512-0	FUNDO NOTÁRIOS	R\$ 894.474,97	R\$ 894.474,97	R\$ -
400.216-5	EXCEDENTE INTERINO	R\$ 234.819,89	R\$ 234.819,89	R\$ -
				R\$ -

nov/25				
CONTA BANCÁRIA	RECEITA	FERD	DIVICON	FERD - DIVICON
400.158-2	EMOLUMENTOS	R\$ 2.893.649,46	R\$ 3.013.494,87	R\$ 119.845,41
	CUSTAS	R\$ 4.397.788,30	R\$ 4.371.060,77	-R\$ 26.727,53
	DÍVIDA ATIVA	R\$ 52.801,47	R\$ 114.023,71	R\$ 61.222,24
400.511-1	TAXA DE FISCALIZAÇÃO	R\$ 1.410.607,04	R\$ 1.394.259,74	-R\$ 16.347,30
400.512-0	FUNDO NOTÁRIOS	R\$ 769.056,14	R\$ 769.056,14	R\$ -
400.216-5	EXCEDENTE INTERINO	R\$ 158.975,12	R\$ 158.975,12	R\$ -

dez/25				
CONTA BANCÁRIA	RECEITA	FERD	DIVICON	FERD - DIVICON
400.158-2	EMOLUMENTOS	R\$ 3.735.109,00	R\$ -	-R\$ 3.735.109,00
	CUSTAS	R\$ 4.638.892,96	R\$ -	-R\$ 4.638.892,96
	DÍVIDA ATIVA	R\$ 130.523,19	R\$ -	-R\$ 130.523,19
400.511-1	TAXA DE FISCALIZAÇÃO	R\$ 1.820.812,99	R\$ -	-R\$ 1.820.812,99
400.512-0	FUNDO NOTÁRIOS	R\$ 980.422,26	R\$ -	-R\$ 980.422,26
400.216-5	EXCEDENTE INTERINO	R\$ -	R\$ -	R\$ -

# RELATÓRIO GERENCIAL – DIVIGESFI

Exercício 2025

## 1. INTRODUÇÃO GERAL

O presente Relatório Gerencial tem por finalidade apresentar, em nível executivo, **os principais resultados, impactos financeiros e entregas institucionais** da Divisão de Auditoria e Gestão Fiscal – DIVIGESFI no exercício de 2025, evidenciando sua atuação no apoio técnico à administração do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe e à atividade correicional da Corregedoria-Geral da Justiça.

Ao longo do período, a DIVIGESFI atuou de forma estratégica no **fortalecimento do controle fiscal das serventias extrajudiciais, na qualificação e recuperação de valores devidos ao Tribunal, no acompanhamento das transições de delegação decorrentes do ingresso de novos delegatários aprovados em concurso público**, bem como na **análise das prestações de contas e na gestão da Conta de Excedente de Interinidade**.

As ações desenvolvidas contribuíram diretamente para a **governança, a transparência e a segurança institucional** do sistema extrajudicial, assegurando maior confiabilidade às informações financeiras, mitigação de riscos fiscais e subsídios técnicos qualificados para a tomada de decisão pela Diretoria e pela Corregedoria, conforme detalhado nos tópicos a seguir.

## 2. RELATÓRIO SÍNTESE DE AUDITORIAS

### Visão Executiva

Em 2025, a DIVIGESFI executou auditorias estratégicas em serventias extrajudiciais, com foco na mitigação de riscos fiscais, na regularidade dos repasses obrigatórios e no **suporte técnico às decisões da Diretoria**, fornecendo subsídios qualificados para deliberações administrativas e correicionais.

## **Escopo das Análises de Auditoria**

Durante as auditorias, foram analisados, de forma sistemática, os seguintes aspectos:

- Utilização do selo digital nos documentos em que foi aplicado;
- Arrecadação dos emolumentos por meio das guias geradas no Sistema de Arrecadação dos Cartórios Extrajudiciais, com confronto dos quantitativos de atos praticados no mesmo período;
- Aplicação da numeração das guias de arrecadação e dos selos digitais à margem do registro do ato cartorário no respectivo livro;
- Análise das guias de repasse e da tempestividade dos recolhimentos;
- Confronto das informações relativas aos quantitativos mensais de nascimentos, casamentos e óbitos registrados;
- Análise do Livro de Receitas e Despesas das serventias auditadas.

## **Relação das Serventias Auditadas**

As auditorias realizadas em 2025 abrangeram as seguintes serventias extrajudiciais:

### **Interior (6 serventias):**

- Cartório do Ofício Único de Gracho Cardoso;
- Cartório do 2º Ofício da Comarca de Nossa Senhora da Glória;
- Cartório do 1º Ofício da Comarca de Lagarto;
- Cartório do 2º Ofício da Comarca de Lagarto;
- Cartório do 1º Ofício da Comarca de Laranjeiras;
- Cartório do 2º Ofício da Comarca de Laranjeiras.

### **Capital – Aracaju (8 serventias):**

- Cartório do 1º Ofício Extrajudicial de Aracaju;
- Cartório do 2º Ofício Extrajudicial de Aracaju;
- Cartório do 3º Ofício Extrajudicial de Aracaju;
- Cartório do 4º Ofício Extrajudicial de Aracaju;
- Cartório do 5º Ofício Extrajudicial de Aracaju;
- Cartório do 6º Ofício Extrajudicial de Aracaju;
- Cartório do 7º Ofício Extrajudicial de Aracaju;
- Cartório do 8º Ofício Extrajudicial de Aracaju.

## Principais Entregas

- Auditorias realizadas em 14 serventias extrajudiciais;
- Cobertura equilibrada entre Capital (8) e Interior (6);
- Elaboração de **relatórios técnicos de auditoria**, assegurando-se, previamente, a **abertura de prazo para manifestação da serventia auditada**, em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa;
- **Encaminhamento dos relatórios conclusivos à Corregedoria-Geral da Justiça**, a partir do exercício de 2025, possibilitando que os achados de auditoria fossem objeto de análise e definição das providências correicionais cabíveis;
- Subsídio técnico às decisões da Corregedoria, tendo os relatórios de auditoria já ensejado, conforme o caso, **determinação de repetição de auditorias, instauração de correições pela própria Corregedoria, instauração de Processos Administrativos Disciplinares – PAD, bem como aplicação de penalidades e multas**, nos termos da legislação e das normas vigentes;
- Atuação decorrente das auditorias quanto ao **cadastro e à atualização dos funcionários das serventias extrajudiciais no Sistema de Arrecadação Extrajudicial**, atividade que se consolidou como uma das demandas permanentes da DIVIGESFI e que, no exercício de 2025, demandou **esforço operacional significativo**, em razão do volume de ajustes, revisões e regularizações necessárias.

## 3. AÇÕES DE COBRANÇA – GUIAS DE REPASSE

### Visão Executiva

As ações de cobrança conduzidas pela DIVIGESFI e da Diretoria de Sistema de Arrecadação e Gestão Fiscal (DISAGEFISFERD) em 2025 resultaram em expressiva recuperação de créditos devidos ao Tribunal, evidenciando a efetividade da cobrança administrativa e do monitoramento sistemático.

**Situação Anterior (antes das ações de saneamento e cobrança):**  
*A partir da consolidação dos dois primeiros relatórios técnicos, verificou-se um montante global de **R\$ 2.699.151,22**, correspondente a valores apontados como pendentes de repasse.*

**Situação Posterior (após análise, saneamento e acompanhamento):**  
*Após a atuação técnica da, com revisão individualizada das guias, identificação de erros materiais, exclusão de valores indevidos e cobrança dos montantes efetivamente*

*exigíveis, o saldo remanescente foi reduzido para **R\$ 278.645,63**, conforme demonstrado no relatório final consolidado.*

## **Resultados-Chave**

- Identificação inicial de passivo de aproximadamente **R\$ 2,0 milhões**, a partir de relatórios consolidados de guias de repasse, posteriormente submetidos a análise técnica detalhada;
- **Realização de auditoria in loco na serventia extrajudicial responsável pelo maior passivo identificado**, superior a **R\$ 2 milhões**, possibilitando a verificação presencial dos procedimentos adotados, a confrontação dos dados sistêmicos com a documentação física e a qualificação das informações inicialmente apuradas;
- Esclarecimento técnico de que parte dos valores inicialmente apontados como pendentes não eram devidos, decorrendo de inconsistências cadastrais e erros de processamento, devidamente saneados no curso das análises;
- Saldo efetivamente remanescente ao final do período: R\$ 278.645,63;
- Redução superior a 85% do passivo originalmente apurado;
- Intensificação do acompanhamento das guias de repasse, que passou a ser realizado de forma contínua e frequente pela DIVIGESFI, mitigando riscos de reincidência.

## **4. TRANSIÇÃO DE SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS – INGRESSO DE NOVOS CONCURSADOS**

### **Visão Executiva**

O exercício de 2025 foi marcado por relevante volume de transições de serventias extrajudiciais, decorrentes da posse de delegatários aprovados em concurso público, com impactos diretos na gestão financeira, fiscal e trabalhista das unidades.

### **Destaques Gerenciais**

- Total de 22 transições realizadas;
- 17 ingressos e 5 remoções;
- Encerramento seguro dos períodos de interinidade;
- Atuação técnica integrada da DIVIGESFI/ASSEXT/CGJ, com reflexos diretos no FERD.

## Observação – Atuação da DIVIGESFI / DISAGEFISFERD

No contexto das transições, a DIVIGESFI atuou de forma intensiva e técnica, com os seguintes eixos de trabalho:

- Encerramento dos períodos de interinidade;
- Apuração de receitas e despesas até a data da posse dos novos delegatários;
- Verificação dos recolhimentos devidos ao FERD;
- Análise dos saldos das contas de emolumentos e de provisionamento;
- Acompanhamento da quitação das obrigações trabalhistas decorrentes do encerramento das interinidades;
- Devolução de saldos remanescentes ao TJSE, quando aplicável.

Ressalte-se que o trabalho de conferência e acompanhamento das quitações das verbas rescisórias trabalhistas apresentou elevado grau de complexidade, demandando análises aprofundadas e individualizadas. Nesse processo, foram identificadas divergências relevantes, o que ensejou a adoção de medidas administrativas adicionais e, em situações específicas, a necessidade de cobranças formais por intermédio da Procuradoria-Geral do Estado de Sergipe – PGE/SE.

## Demandas Decorrentes da Posse de Concursados e Análise de Compensações de Serviços Extrajudiciais

Com o advento da posse dos delegatários aprovados em concurso público, **surgiu demanda específica formulada pela Corregedoria-Geral da Justiça**, consistente na **análise das compensações de serviços extrajudiciais pagos durante o período de interinidade, porém efetivamente praticados apenas após o encerramento desse período, já sob a titularidade do novo delegatário.**

Trata-se de demanda de caráter continuado, com perspectiva de **perdurar por período prolongado**, considerando que as guias de pagamento de serviços extrajudiciais possuem **validade de até 1 (um) ano para utilização**, o que pode gerar reflexos financeiros posteriores ao término da interinidade.

Nesse contexto, a atuação técnica da DIVIGESFI consiste em **apurar, para cada caso concreto, se, à época do pagamento da respectiva guia, o valor deveria ser desconsiderado como receita da serventia interina**, isto é, **deduzido da receita apurada no período de interinidade**. A partir dessa análise, verifica-se a eventual existência — ou não — de valores oriundos de **excedente de interinidade**, de modo a **subsidiar a definição acerca da responsabilidade pelo repasse ao novo notário que efetivamente prestou o serviço**, indicando se tal repasse é de responsabilidade do **Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe – TJSE** ou do **ex-interino**, conforme o enquadramento normativo e a apuração realizada.

## 5. MOVIMENTAÇÃO DA CONTA DE EXCEDENTE DE INTERINIDADE – 2025

### Visão Executiva

A gestão da Conta de Excedente de Interinidade apresentou desempenho financeiro positivo em 2025, contribuindo para a manutenção do equilíbrio financeiro da conta.

### Indicadores Financeiros

- Entradas no exercício: R\$ 5.130.502,84;
- Saídas (verbas rescisórias): R\$ 244.321,29;
- Resultado líquido: R\$ 4.884.508,19;
- Saldo final: R\$ 7.526.435,97. (Nov 2025) Extrato Bancário)

**Observação:** O saldo final apresentado é superior ao resultado líquido do exercício em razão da contabilização de entradas oriundas de exercícios anteriores.

## 6. RELATÓRIO DE RECEITAS E DESPESAS DOS CARTÓRIOS EM INTERINIDADE

### Visão Executiva

O presente relatório de receitas e despesas dos cartórios em regime de interinidade é **oriundo dos acompanhamentos permanentes e das conferências sistemáticas das prestações de contas** realizadas pela DIVIGESFI ao longo do exercício de 2025.

A consolidação dos dados reflete o monitoramento contínuo das informações financeiras encaminhadas pelas serventias interinas, abrangendo a análise das receitas arrecadadas, das despesas executadas, do resultado bruto apurado, do limite remuneratório aplicável e da eventual diferença a recolher.

## Aspectos Relevantes

O trabalho desenvolvido envolveu:

- Conferência técnica das prestações de contas apresentadas pelas serventias em interinidade;
- Análise contínua das receitas, despesas e devoluções informadas;
- Verificação do cumprimento do limite remuneratório legal;
- Identificação de divergências, inconsistências e excedentes financeiros;
- Subsídio técnico para adoção de providências administrativas, inclusive quanto ao recolhimento de valores devidos ao Tribunal.

## Indicadores Consolidados

- Receita total aproximada: **R\$ 19.677.188,42**;
- Despesas totais: **R\$ 7.581.105,57**;
- Resultado bruto: **R\$ 12.000.890,85**;
- Remuneração dos Interinos : **R\$ 9.320.194,04 (90,25% do teto STF)**
- Diferença estimada a recolher: **R\$ 4.214.300,87**.

Os valores apresentados são aproximados e não consideram eventuais apurações parciais posteriores, mantendo-se, contudo, aderentes ao acompanhamento técnico realizado pela DIVIGESFI no exercício.

### Observação:

Registre-se que **parcela significativa das demandas atendidas pela DIVIGESFI no exercício de 2025 decorreu de determinações, orientações e comandos emanados da Corregedoria-Geral da Justiça**, no âmbito de suas atribuições correicionais e de fiscalização das serventias extrajudiciais.

Nesse contexto, a atuação da DIVIGESFI deu-se de forma **reativa e integrada**, prestando suporte técnico especializado às ações correicionais, com execução de auditorias, análises fiscais, conferências de prestações de contas, apurações financeiras e acompanhamento de providências administrativas, sempre em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Corregedoria.

Tal dinâmica evidencia o **papel estratégico da Divisão como unidade de apoio técnico à atividade correicional**, contribuindo para a efetividade do controle, a regularização das serventias e a segurança institucional das decisões adotadas.

## **7. CONCLUSÃO EXECUTIVA**

No exercício de 2025, a DIVIGESFI consolidou-se como unidade estratégica de apoio técnico, controle fiscal e governança do sistema extrajudicial, desempenhando papel relevante na qualificação das informações, no suporte às decisões da Diretoria e da Corregedoria-Geral da Justiça e na efetividade das providências administrativas adotadas.

A atuação da Divisão abrangeu auditorias presenciais e documentais, ações de cobrança de repasses obrigatórios, acompanhamento das transições de serventias decorrentes do ingresso de novos delegatários, análise das prestações de contas das interinidades e gestão da Conta de Excedente de Interinidade, resultando em recuperação expressiva de créditos, redução de passivos inicialmente apontados, mitigação de riscos fiscais e fortalecimento dos mecanismos de controle e transparência.

Destaca-se, ainda, a relevância do trabalho técnico desenvolvido a partir de demandas oriundas da Corregedoria-Geral da Justiça, bem como o caráter continuado de determinadas atividades, especialmente aquelas relacionadas às interinidades, às compensações de serviços extrajudiciais e à conferência de obrigações trabalhistas, evidenciando a complexidade e a abrangência das atribuições da DIVIGESFI.

Dessa forma, os resultados alcançados em 2025 reforçam a importância institucional da DIVIGESFI como unidade essencial à governança do sistema extrajudicial, contribuindo para a segurança jurídica, o equilíbrio financeiro e a adequada destinação dos recursos vinculados à atividade extrajudicial no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

## **ANEXO TÉCNICO**



Relatório MOVimentação da Conta de Excedente de interinidade

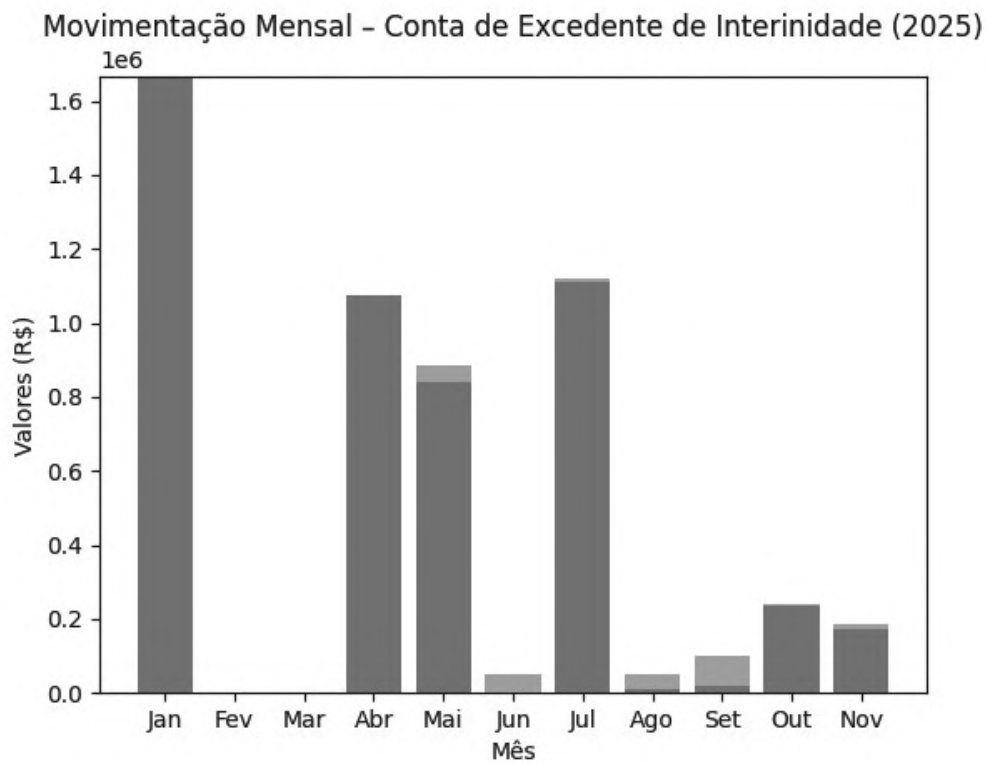
Mês/2025	Saldo Inicial (R\$)	Entradas – Excedentes/Provisionamento (R\$)	Saídas – Verbas Rescisórias (R\$)	Resultado do Mês (R\$)
Janeiro	R\$ 863,31	R\$ 1.667.957,07	R\$ -	R\$ 1.667.093,76
Fevereiro	R\$ 74.821,38	R\$ -	R\$ 11,33	-R\$ 11,33
Março	R\$ 810,05	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Abril	R\$ 810,05	R\$ 1.076.715,44	R\$ -	R\$ 1.075.905,39
Mai	R\$ 81.715,44	R\$ 839.481,73	R\$ 44.080,51	R\$ 795.401,22
Junho	R\$ 97,89	R\$ 2.630,82	R\$ 46.898,71	-R\$ 44.267,89
Julho	R\$ 78,93	R\$ 1.109.680,62	R\$ 10.023,11	R\$ 1.099.657,51
Agosto	R\$ 603.666,04	R\$ 8.274,14	R\$ 41.841,38	-R\$ 33.567,24
Setembro	R\$ 8.292,74	R\$ 19.210,88	R\$ 79.722,53	-R\$ 60.511,65
Outubro	R\$ 28,65	R\$ 234.819,89	R\$ 7.465,81	R\$ 227.354,08
Novembro	R\$ 234.911,11	R\$ 171.732,25	R\$ 14.277,91	R\$ 157.454,34
	<b>R\$ 1.006.095,59</b>	<b>R\$ 5.130.502,84</b>	<b>R\$ 244.321,29</b>	<b>R\$ 4.884.508,19</b>
			<b>R\$ -</b>	<b>R\$ 7.526.435,97</b>
			<b>SALDO</b>	

# RELATÓRIO GERENCIAL

## Movimentação da Conta de Excedente de Interinidade – Exercício 2025

O presente relatório apresenta a movimentação mensal da conta de excedente de interinidade no exercício de 2025, evidenciando as entradas decorrentes de devoluções de excedentes e valores de provisionamento, bem como as saídas relacionadas ao pagamento de verbas rescisórias ao final das interinidades.

### Gráfico Demonstrativo



Relatório de receitas despesas Dos cartórios em Interinidade em 2025 (valores Aproximados sem consideração de apurações Parciais )

Cartório	Receita Total (R\$)	Despesas (R\$)	Devoluções (R\$)	Resultado Bruto (R\$)	Remuneração (90,25% STF)	Diferença a Recolher (R\$)
3º Ofício de N. Sra. do Socorro	R\$ 469.232,06	R\$ 207.756,45	R\$ 201,84	R\$ 261.273,77	R\$ 374.481,58	R\$ -
Ofício Único de Maruim	R\$ 189.248,10	R\$ 64.174,25	R\$ -	R\$ 125.073,85	R\$ 207.099,64	R\$ -
Ofício Único de Porto da Folha	R\$ 835.434,21	R\$ 178.963,84	R\$ -	R\$ 656.470,37	R\$ 458.172,55	R\$ 198.297,82
2º Ofício de Itabaiana	R\$ 2.103.151,57	R\$ 832.988,02	R\$ 4.360,22	R\$ 1.265.803,33	R\$ 374.481,58	R\$ 891.321,75
Ofício Único de Poço Verde	R\$ 462.236,19	R\$ 170.980,94	R\$ 2.180,66	R\$ 289.074,59	R\$ 248.945,12	R\$ 40.129,47
Ofício Único de Malhador	R\$ 829.028,33	R\$ 282.095,57	R\$ 845,39	R\$ 546.087,37	R\$ 458.172,55	R\$ 87.914,82
2º Ofício de Itabaianinha	R\$ 1.468.408,60	R\$ 453.385,59	R\$ -	R\$ 1.015.023,01	R\$ 458.172,55	R\$ 556.850,46
1º Ofício de Itabaianinha	R\$ 508.443,26	R\$ 172.372,35	R\$ -	R\$ 336.070,91	R\$ 458.172,55	R\$ -
6º Ofício de Aracaju	R\$ 2.149.772,17	R\$ 1.003.016,90	R\$ 26.981,07	R\$ 1.119.774,20	R\$ 290.790,61	R\$ 828.983,59
10º Ofício de Aracaju	R\$ 938.537,34	R\$ 500.551,00	R\$ 686,02	R\$ 437.300,32	R\$ 374.481,58	R\$ 62.818,74
1º Ofício de Aracaju	R\$ 2.358.811,11	R\$ 950.966,35	R\$ 28.111,50	R\$ 1.379.733,26	R\$ 207.099,64	R\$ 1.172.633,62
2º Ofício de Aracaju	R\$ 627.277,70	R\$ 264.795,56	R\$ -	R\$ 362.482,14	R\$ 290.790,61	R\$ 71.691,53
9º Ofício de Aracaju	R\$ 488.063,85	R\$ 324.276,59	R\$ 433,45	R\$ 163.353,81	R\$ 290.790,61	R\$ -
1º/2º Ofício da Comarca de N. Sra. das Dores	R\$ 579.988,01	R\$ 253.886,30	R\$ 17.233,67	R\$ 308.868,04	R\$ 290.790,61	R\$ 18.077,43
1º Ofício da Comarca de Barra dos Coqueiros / Pirambu	R\$ 706.514,05	R\$ 223.945,25	R\$ 6.625,62	R\$ 475.943,18	R\$ 416.327,07	R\$ 59.616,11
2º Ofício da Comarca de Simão Dias	R\$ 598.514,59	R\$ 311.970,05	R\$ -	R\$ 286.544,54	R\$ 290.790,61	R\$ -
2º Ofício da Comarca de Carira	R\$ 664.137,45	R\$ 174.944,49	R\$ -	R\$ 489.192,96	R\$ 332.636,09	R\$ 156.556,87
1º Ofício da Comarca de Simão Dias	R\$ 596.589,13	R\$ 231.217,16	R\$ 2.660,15	R\$ 362.711,82	R\$ 458.172,55	R\$ -
1º Ofício da Comarca de Carira	R\$ 174.791,89	R\$ 37.689,85	R\$ -	R\$ 137.102,04	R\$ 248.945,12	R\$ -
Ofício Único da Comarca de Indiaroba	R\$ 334.877,40	R\$ 131.690,69	R\$ 3.489,02	R\$ 199.697,69	R\$ 248.945,12	R\$ -
Ofício Único da Comarca de Riachão do Dantas	R\$ 124.492,57	R\$ 51.282,29	R\$ -	R\$ 73.210,28	R\$ 207.099,64	R\$ -
Ofício Único da Comarca de Pacatuba	R\$ 292.227,32	R\$ 92.306,87	R\$ -	R\$ 199.920,45	R\$ 207.099,64	R\$ -
1º Ofício da Comarca de Ribeirópolis	R\$ 179.768,58	R\$ 23.147,47	R\$ -	R\$ 156.621,11	R\$ 165.254,15	R\$ -
Ofício Único da Comarca de Boquim	R\$ 340.201,11	R\$ 99.134,74	R\$ 1.262,29	R\$ 239.804,08	R\$ 207.099,64	R\$ 32.704,44
Ofício Único do Distrito de Salgado	R\$ 220.124,05	R\$ 14.059,48	R\$ -	R\$ 206.064,57	R\$ 248.945,12	R\$ -
3º OFÍCIO DA COMARCA DE ITABAIANA	R\$ 531.372,58	R\$ 243.595,44	R\$ -	R\$ 287.777,14	R\$ 251.072,92	R\$ 36.704,22
1º OFÍCIO DA COMARCA DE CAMPO DO BRITO	R\$ 193.588,96	R\$ 46.966,95	R\$ -	R\$ 146.622,01	R\$ 251.072,92	R\$ -
1º OFÍCIO DA COMARCA DE LARANJEIRAS	R\$ 62.330,71	R\$ 19.102,44	R\$ -	R\$ 43.228,27	R\$ 251.072,92	R\$ -
2º OFÍCIO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO	R\$ 420.632,75	R\$ 194.145,12	R\$ 121,10	R\$ 226.366,53	R\$ 292.918,41	R\$ -
OFÍCIO ÚNICO DO DISTRITO DE NOSSA SENHORA DE APARECIDA	R\$ 129.391,24	R\$ 14.399,11	R\$ -	R\$ 114.992,13	R\$ 251.072,92	R\$ -
OFÍCIO ÚNICO DO DISTRITO DE MACAMBIRA	R\$ 100.001,54	R\$ 11.298,46	R\$ -	R\$ 88.703,08	R\$ 209.227,43	R\$ -
	<b>R\$ 19.677.188,42</b>	<b>R\$ 7.581.105,57</b>	<b>R\$ 95.192,00</b>	<b>R\$ 12.000.890,85</b>	<b>R\$ 9.320.194,04</b>	<b>R\$ 4.214.300,87</b>

